



Comitê Estadual de Enfrentamento
da Violência e Defesa dos Direitos
Sexuais de Crianças e Adolescentes
de Mato Grosso do Sul.



Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável | Centro-Oeste

**“Exploração sexual de crianças e adolescentes, a relação com a BR 163
e as possibilidades de enfrentamento - representação da rede de
garantia de direitos”
Relatório de Pesquisa**

Campo Grande, MS, julho de 2013

**“Exploração sexual de crianças e adolescentes, a relação com a BR 163
e as possibilidades de enfrentamento - representação da rede de
garantia de direitos”
Relatório de Pesquisa**

Realização:



Apoio:

Secretaria Especial de
Direitos Humanos



EQUIPE TÉCNICA

Pesquisa Integrante do Projeto Fortalecimento do COMCEX/MS – Estudo: *Conhecendo a realidade da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes na BR-163: de Jaraguari (MS) a Sonora (MS)*

Coordenação Geral

Estela Márcia Rondina Scandola

Coordenação Técnica

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior

Consultoria técnica e metodológica

Cássia Barbosa Reis

Estela Márcia Rondina Scandola

Pesquisa de Campo

Cássia Barbosa Reis

Donizette Alves Oliveira

Justa Pastora Figueiredo

Maria Balbina Costa

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior

Assistente de Pesquisa

Larissa Bertin

Relatório Final

Antonio Henrique Maia Lima

Cássia Barbosa Reis

Estela Márcia Rondina Scandola

Giany da Conceição Costa

Ivanise Hilbig de Andrade

Maria Beatriz Almeidinha Maia

Rosana Santos de Oliveira

Tânia Regina Comerlato

Colaboração: Ilídio Roda Neves

*Aos observadores de campo,
Especialmente, Elisa Vieira e Célio Boscardin que,
em cada indignação colocavam
novas forças na equipe
para seguir ouvindo, analisando e
caminhando pela BR-163,
sem deixar nenhuma situação
sem orientação,
escutando sempre e
falando muito!*

*Fui conhecer o belo Mato Grosso
Lá encontrei o meu primeiro amor
Sinceramente o que me deixa triste
É viver longe dessa linda flor*

*Essa morena tem a cor de jambo
É fascinante até no olhar
Quando me lembro da
Matogrossense
Meus olhos ficam querendo chorar*

*Bate, bate, coração
Vai batendo sem cessar
Maltratando o peito amigo
Já cansado de esperar*

*Bate, bate, coração
Vai batendo sem cessar
Maltratando o peito amigo
Já cansado de esperar*

*Não posso esquecer, não posso
Não posso esquecer assim
Foi na sombra de um pé de cedro
Que ela jurou pra mim*

*Vai e volta cantando saudade
Cancioneira do meu coração
Em Coxim estarei te esperando
Para a festa da eterna união*

(A matogrossense, Zacarias Mourão).

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa coletiva sob a Coordenação do COMCEX-MS e IBISS-CO e objetivou “compreender a representação da rede de garantia de direitos sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, a relação com a BR 163 e as possibilidades de enfrentamento”. A coleta de dados foi realizada em 7(sete municípios) no tramo entre Jaraguari e Sonora, Mato Grosso do Sul. A metodologia de organização de dados foi o Discurso do Sujeito Coletivo – DSC e a análise sob os fundamentos do materialismo histórico dialético. A pesquisa registrou o contexto socioeconômico e cultural dos municípios, desenvolveu o conceito de exploração sexual de crianças e adolescentes na perspectiva dos direitos sexuais. Foram encontrados 5 (cinco) eixos que contém Ideias Centrais - IC. Eixo 1: Existência ou não da exploração sexual e vínculo com a BR-163, com as IC: a exploração sexual existe e é de fácil percepção; a exploração sexual existe, mas é pouco; a relação da exploração sexual com a BR existe, mas é relativa; a exploração sexual não existe. Eixo 2: Dinâmica da exploração sexual, com as IC: as crianças e adolescentes são de fora e/ou estão transitando; o envolvimento de crianças e adolescentes no mercado sexual ocorre por necessidades financeiras e emocionais; há diferentes intensidades de organização no mercado sexual; na exploração sexual há diferentes tipos de aliciamento; existem diferentes violências no mercado sexual; a exploração sexual se adequa às condições físicas dos territórios; Eixo 3: Responsabilidades pela exploração sexual, com as IC: a culpa está na família, especialmente da mãe, que pode promover a exploração sexual ou que são desestruturadas ou, ainda, que são negligentes/despreparadas para a educação e cuidado; as crianças e adolescentes são os próprios responsáveis e tem convivência dos adultos; a culpa é do cliente; a culpa é das políticas públicas que não deixam os adolescentes trabalhar; a legislação não pune suficientemente; o fundamento da exploração sexual é uma sociedade baseada na desigualdade e no consumo; não há culpados, é “normal”. Eixo 4, A rede de garantia de direitos e suas contradições, com as IC: há diversos serviços que compõem a Rede de Garantia de Direitos instalados no município; os serviços de atenção trabalham de forma isolada e não se articulam; a infraestrutura das políticas públicas não suporta as demandas e/ou seus trabalhadores não tem preparo; a rede de atenção não atende os “casos” porque não tem denúncias, porque não chegam até ela ou porque é difícil; as temáticas que envolvem sexualidade têm muito preconceito em toda a rede; a rede se sente incapaz de enfrentar a ESCA. Eixo 5: Possibilidades de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, com os IC: Investir nas políticas sociais básicas; realizar campanhas de sensibilização e mobilização; aumentar a denúncia; educar para a sexualidade; investir na articulação e capacitação entre diferentes serviços, políticas e organizações e potencializar o que já existe, já tem experiência; investir na fiscalização das migrações de meninas e mulheres e coibir a prostituição; desenvolver ações específicas com caminhoneiros; é preciso colocar as crianças e adolescentes para trabalhar e repreender com ameaças; investir nos valores familiares e religião. Considerações finais: os discursos são contraditórios e majoritariamente conservadores. Não pautam os fundamentos das desigualdades sociais e o modelo de desenvolvimento e o contexto propiciador de violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes não é considerado, e a maioria culpabiliza as próprias crianças e adolescentes, como também suas mães sobre a ocorrência de exploração sexual. As saídas encontradas para o enfrentamento ainda pautam no controle dos infantes e no doutrinamento físico e moral pelo trabalho e religião. Há rede de serviços em todos os municípios que, em sua maioria, mantém o senso comum e são fragilizadas pelas condições e relações de trabalho. Há possibilidades de investir nas contradições existentes.

Palavras-chave: Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. BR-163. Violência.

LISTA DE SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BEC	Batalhão de Engenharia e Construção
BR	Rodovia de Responsabilidade Federal
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEP	Comitê de Ética para Pesquisas em Seres Humanos
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMCEX-MS	Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Criança e Adolescente de Mato Grosso do Sul
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DNIT	Departamento Nacional de Infra-Estrutura e de Transportes
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EAD	Ensino à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESCA	Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
ESP-MS	Escola de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBISS/CO	Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável/Centro-Oeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PM	Polícia Militar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RGD	Rede de Garantia de Direitos

SAMU	Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SEDH	Secretaria Direitos Humanos
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
WAS	World Association for Sexology

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	Mapa da Rodovia BR-163 na sua extensão total	24
FIGURA 2:	Mapa da BR-163 na extensão interna em Mato Grosso do Sul	25
FIGURA 3:	Trecho da BR-163 de Campo Grande (Ms) a Sonora (Ms)	26
FIGURA 4:	Quadro 1: Quadro demonstrativo da população residente estimada para 2013 nos municípios da pesquisa	27
FIGURA 5:	Quadro2: Demonstrativo do IDH e Coeficiente de Gini nos municípios da pesquisa.	28
FIGURA 6:	Jaraguari e a BR-163.	30
FIGURA 7:	Bandeirantes e a BR - 163	31
FIGURA 8:	São Gabriel do Oeste e a BR - 163	33
FIGURA 9:	Rio Verde de Mato Grosso e a BR -163	34
FIGURA 10:	Coxim e a BR - 163	36
FIGURA 11:	Pedro Gomes e a BR- 163	37
FIGURA 12:	Sonora e a BR - 163	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA DA PESQUISA	17
2.1	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	21
3	O TERRITÓRIO DA PESQUISA	23
3.1	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA	23
3.2	UMA APROXIMAÇÃO COM OS CONTEXTOS MUNICIPAIS	26
3.2.1	Jaraguari	29
3.2.2	Bandeirantes	30
3.2.3	São Gabriel do Oeste	31
3.3.4	Rio Verde de Mato Grosso	33
3.3.5	Coxim	35
3.2.6	Pedro Gomes	37
3.2.7	Sonora	38
3.3	A DINÂMICA DA BR-163, SEUS TRABALHADORES E EXPLORAÇÃO SEXUAL.	39
4	EM BUSCA DE UM CONCEITO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	47
5	ANÁLISE DOS DISCURSOS	59
5.1	EIXO I: EXISTÊNCIA OU NÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL E VÍNCULO COM A BR-163	60
5.1.1	Ideia Central 1: a exploração sexual existe e é de fácil percepção	60
5.1.2	Ideia Central 2: a exploração sexual existe, mas é pouco	60
5.1.3	Ideia Central 3: a relação da exploração sexual com a BR existe, mas é relativa	61
5.1.4	Ideia Central 4: a exploração sexual não existe	61
5.2	EIXO 2: DINÂMICA DA EXPLORAÇÃO SEXUAL	63
5.2.1	Ideia Central 1: as crianças e adolescentes são de fora e/ou estão transitando	63
5.2.2	Ideia Cenral 2: o envolvimento de crianças e adolescentes no mercado sexual ocorre por necessidades financeiras e emocionais	63
5.2.3	Ideia Central 3: há diferentes intensidades de organização no mercado sexual	64
5.2.4	Ideia Central 4: na exploração sexual há diferentes tipos de aliciamento	64
5.2.5	Ideia Central 5: existem diferentes violências no mercado sexual	65
5.2.6	Ideia Central 6: a exploração sexual se adéqua às condições físicas dos territórios	65
5.3	EIXO 3: RESPONSABILIDADES PELA EXPLORAÇÃO SEXUAL	69
5.3.1	Ideia central 1: a culpa está na família, especialmente na mãe, que	69

	pode promover a exploração sexual ou que são desestruturadas ou ainda, que são negligentes/despreparadas para a educação e o cuidado	
5.3.2	Ideia Central 2: as crianças e adolescentes são os próprios responsáveis e tem convivência dos adultos	70
5.3.3	Ideia Central 3: a culpa é do cliente	72
5.3.4	Ideia Central 4: a culpa é das políticas públicas, que não deixam os adolescentes trabalharem	72
5.3.5	Ideia Central 5: a legislação não pune suficientemente	73
5.3.6	Ideia Central 6: o fundamento da exploração sexual é uma sociedade baseada na desigualdade e no consumo	73
5.3.7	Ideia Central 7: não há culpados, é “normal”	73
5.4	EIXO 4: A REDE DE GARANTIA DE DIREITOS E SUAS CONTRADIÇÕES	79
5.4.1	Ideia Central 1: há diversos serviços que compõem a rede de garantia de direitos instalados no município	79
5.4.2	Ideia Central 2: os serviços de atenção trabalham de forma isolada e não se articulam	79
5.4.3	Ideia Central 3: a infraestrutura das políticas públicas não suporta as demandas e/ou seus trabalhadores não têm preparo	79
5.4.4	Ideia Central 4: a rede de atenção não atende os “casos” porque não tem denúncias, porque não chegam até ela ou porque é difícil	80
5.4.5	Ideia Central 5: as temáticas que envolvem sexualidade têm muito preconceito em toda a rede	80
5.4.6	Ideia Central 6: a rede se sente incapaz de enfrentar a ESCA	81
5.5	EIXO 5: POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	84
5.5.1	Ideia Central 1: investir nas políticas sociais básicas	84
5.5.2	Ideia Central 2: realizar campanhas de sensibilização e mobilização	84
5.5.3	Ideia Central 3: aumentar a denúncia	84
5.5.4	Ideia Central 4: educar para a sexualidade	85
5.5.5	Ideia Central 5: investir na articulação e capacitação entre diferentes serviços, políticas e organizações e potencializar o que já existe, já tem experiência	85
5.5.6	Ideia Central 6: investir na fiscalização das migrações de meninas e mulheres e coibir a prostituição	86
5.5.7	Ideia Central 7: desenvolver ações específicas com caminhoneiros	86
5.5.8	Ideia Central 8: é preciso colocar as crianças e adolescentes para trabalhar e repreender com ameaças	86
5.5.9	Ideia Central 9: investir nos valores familiares e religião	87
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICE 1	103
	ANEXO 1	117

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados da pesquisa “Exploração sexual de crianças e adolescentes, a relação com a BR 163 e as possibilidades de enfrentamento - representação da rede de garantia de direitos” desenvolvida no âmbito do COMCEX-MS (Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul), cuja gestão e coordenação foi realizada pelo IBISS-CO (Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável/Centro-Oeste), com apoio financeiro da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH/PR) e apoio técnico da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul (ESP-MS).

O histórico das organizações e seus integrantes foram fundamentais para construir as parcerias necessárias visando operacionalizar um dos eixos dos Planos Nacional e Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual cometida contra crianças e adolescentes, ou seja, evidenciar a realidade propondo mudanças sobre ela. O eixo “Análise da Situação” passa a ser compreendido, desta forma, como aquele também apoiador fundamental para operacionalização dos demais, quais sejam: prevenção, defesa e responsabilização, atendimento, mobilização e protagonismo infanto-juvenil.

O COMCEX-MS, criado em 23 de abril de 1997, é a instância estadual da temática da violação de direitos humanos sexuais infanto-juvenis. A coordenação do Comitê se dá de forma colegiada, composta por representantes da sociedade civil e de instituições governamentais, colegiados de políticas públicas e universidades. Tem seu histórico marcado por ser um lugar que agrega diferentes forças sociais envolvidas no enfrentamento da violência sexual. A partir de 2011, em intensa discussão em diferentes eventos, agregou à sua missão, a defesa dos direitos sexuais de crianças e adolescentes.

Criado em 1993, o IBISS-CO é uma organização da sociedade civil, comprometida com a promoção, defesa e vivência dos direitos humanos. Em suas ações, o Instituto valoriza as articulações entre os grupos envolvidos com a luta por direitos humanos e a promoção do protagonismo dos sujeitos coletivos.

Além do presente estudo, o projeto “Fortalecimento do COMCEX-MS¹” realizou pesquisas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes nos seguintes

¹ O Projeto “Fortalecimento do COMCEX-MS” constituiu-se em um conjunto de ações de estudos e pesquisas apoiado financeiramente pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e gerenciado pelo IBISS-CO. Além das atividades do eixo “conhecimento da realidade” foram realizados

espaços: em cinco municípios sul-mato-grossenses onde há presença do setor sucroalcooleiro²; nas cidades de MS que estão na linha de fronteira Brasil/Bolívia e Brasil/Paraguai³; em territórios indígenas demarcados em Amambaí e Caarapó; em regiões de transporte e turismo fluvial (no caso, Corumbá e Porto Murtinho); e em municípios de Mato Grosso, onde existiu intensa atividade de garimpo.

Em todos os estudos, com diferentes composições de grupos de pesquisadores, o fundamento para a compreensão da realidade é a garantia dos direitos sexuais de crianças e adolescentes. Esta pauta frequenta a mídia como nas agendas sociais do poder público e da sociedade civil organizada, seja por conta de ações policiais de enfrentamento e responsabilização, seja por conta de atividades de promoção de direitos e prevenção da violência operacionalizadas por diversos setores da sociedade. Ainda é uma expressão da questão social que tem forte sazonalidade na sua perceptibilidade, cuja visibilidade está fortemente vinculada a “casos” sem aprofundamentos necessários para a sua compreensão.

As pesquisas sobre Exploração Sexual cometida contra Crianças e Adolescentes (ESCA) têm avançado no sentido de compreender a dinâmica dessa questão, que deve ser vista a partir de seus contextos sociais e econômicos, ou seja, de uma forma complexificada e multifacetada para além da relação réu *versus* vítima. Isso porque, por ser um tipo de violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes, que envolve trocas materiais e simbólicas, que envolve poder e o aproveitamento, pelo/pela adulto/adulta, da fase de desenvolvimento da sexualidade de meninos e meninas, é impossível considerá-la fora das relações materiais e interpessoais estabelecidas entre sujeitos e territórios.

Este estudo teve como território particular a rodovia BR-163, no trecho entre os municípios de Jaraguari e Sonora, englobando Bandeirantes, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de MT, Coxim e Pedro Gomes, considerando as diferentes possibilidades territoriais deste contexto. Dada a característica longitudinal da BR-163 e os múltiplos tipos de transporte que ocorrem nela, considerou-se na análise, não somente o intervalo físico, sobretudo o “mapa cultural”, o qual abarca também o aspecto simbólico e, por conseguinte, as representações sociais constituídas nesse contexto.

seminários de planejamento e encontro estadual das Comissões Municipais de enfrentamento da violência sexual.

² Relatório disponível em: http://www.ibiss-co.org.br/site/up/documento/2013_01_08/2013_01_08_11_01_57_0.pdf

³ Relatório disponível em: http://www.ibiss-co.org.br/site/up/documento/2013_09_19/2013_09_19_15_09_07_0.pdf

A BR-163 segundo mapeamento de pontos vulneráveis, feito anualmente pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), é um dos espaços considerados problemáticos no tocante a essa violência. Segundo o estudo (Childhood Brasil,) 2011 a 2012 na Região Cento-Oeste, no percurso que envolve os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do sul haviam 70 pontos vulneráveis.

A construção desse desenho da pesquisa passou pela busca de uma metodologia que não poderia, portanto, contemplar o intento de conhecer a realidade de exploração sexual de crianças e adolescentes na BR-163 por meio das representações dessa realidade manifestadas em discursos dos atores pesquisados. A metodologia buscada não poderia, portanto, oferecer uma visão superficial do pensamento desses atores. Optou-se, assim, pela técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), elaborada por Lefèvre e Lefèvre (2003).

Esta pesquisa objetiva “compreender a representação da rede de garantia de direitos sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, a relação com a BR 163 e as possibilidades de enfrentamento”, integrante dos seus municípios. A pesquisa qualitativa se propôs a evidenciar os discursos e busca a partir do materialismo histórico-dialético, evidenciar as múltiplas e diferentes contradições, como também construir possibilidades de intervenção na realidade.

O caminho para se estabelecer essas relações não corresponde a uma reta de causa-efeito. É um caminho que tem como pressuposto que as condições materiais (como as transformações materiais provocadas pela presença da BR no município) desencadeiam a produção e fortalecimento de ideias (como as relativas às atividades sexuais de crianças e adolescentes ou como a libido incontrolável dos “homens da estrada”). São esses pensamentos, na concretude do cotidiano, que se manifestam nas práticas sociais (como ofertar adolescentes a clientes mais exigentes em um contexto de intenso movimento do mercado sexual) e se materializam nos discursos, formando um imaginário social sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes nesses territórios.

O resultado desta pesquisa pode servir de ferramenta para a otimização de ações (governamentais e da sociedade civil organizada) de enfrentamento da violação de direitos de meninas e meninos em situação de exploração sexual. Essa contribuição prática não se restringe a ações a serem desenvolvidas em Mato Grosso do Sul, mas poderá se estender a todo o país, somando-se às colaborações resultantes do conjunto de estudos já existentes.

A quase totalidade da bibliografia existente hoje sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes em rodovias tem como foco os caminhoneiros – seja como agressor, seja como testemunha ou possível agressor, como também estabelecem as rodovias como sendo territórios apartados do convívio das cidades. Por conta disso, o presente estudo partiu do seguinte problema: “como os atores sociais da rede de garantia de direitos estabelecem relações entre a exploração sexual de crianças e adolescentes e a BR 163 nos seus municípios”?

Quanto à estrutura, este relatório divide-se em cinco partes além da introdução: metodologia da pesquisa; o território da pesquisa; em busca de um conceito de exploração sexual de crianças e adolescentes; análise dos discursos e por último as considerações finais. Mantivemos como apêndice a transcrição geral dos resultados dos grupos focais realizados, ou seja, é possível dar continuidade às análises em estudos posteriores.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

*O carvão do desenho
A tornar-se invisível
Debaixo das lãs, dos fios e das linhas
Que o copiam
O bordam
O abordam
Pela parte de cima
Maria Teresa Horta (2013)*

Esta pesquisa é fruto de um trabalho coletivo realizado por vários pesquisadores integrantes do COMCEX-MS, do IBISS-CO e da ESP-MS. Este diferencial da forma de pesquisar por si só já constitui uma metodologia que em si, carrega um objetivo que, embora não programado, foi realizado: formar pessoas com capacidade de desvelar a realidade e agir sobre ela, o que confirma um pressuposto da historicidade proposta por Minayo (2010), no qual, o pesquisador é também estar integrado no mundo em estudo. Nesta pesquisa, os pesquisadores, integrantes do mundo em pesquisa, são também partícipes das iniciativas de mudança da realidade, ou seja, de pronto, afirma-se que esta não tem nenhuma intenção de neutralidade, comungando do firme propósito de objetividade⁴.

A realização deste estudo passou pelas seguintes etapas: articulações de parcerias; capacitação dos técnicos; construção do projeto de pesquisa e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos; coleta dos dados; sistematização coletiva dos dados; produção do relatório. É importante ressaltar que todas as etapas, envolvendo diferentes conhecimentos dos integrantes constituíram-se em um trabalho conjunto, cuja gestão das diferentes visões sobre formas de apreensão da realidade, prazos estabelecidos pelo convênio financeiro e articulação das parcerias e processos, envolvem mais que conhecimento teórico, sobretudo perfil da coordenação da pesquisa como também firme desejo da necessidade do trabalho coletivo.

⁴ Segundo Minayo (2010) na pesquisa qualitativa reconhece-se a inexistência da neutralidade, disfalacioso positivista que não considera o poder do pesquisador na relação com o objeto de pesquisa, também os valores e contextos sociohistóricos que estão imbrincados o trabalho de pesquisar. É a partir deste reconhecimento que a objetividade é fundamental na coleta, organização e análise de dados.

A capacitação inicial, ou seja, aquela realizada de forma sistematizada visando equalização de conceitos, ocorreu em 16 horas com os temas: pesquisa qualitativa; contexto atual sobre a exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes e a discussão sobre esta problemática relacionada às estradas; técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, os dados atuais sobre exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas de Mato Grosso do Sul, ética em pesquisa e apresentação dos principais autores que estudam esta temática no Brasil.

A decisão pela pesquisa qualitativa decorre da necessidade de compreender a realidade a partir dos significados que ela contém, ou seja, realizar imersão intencional considerando esta como intrínseca ao comprometimento sociohistórico dos pesquisadores. Por outro lado, responde também ao compromisso de evidenciar as vozes das pessoas envolvidas, posto que muitos dados existentes trabalham com os números de denúncias (disque 100), de registros de atendimento a situações (Conselhos Tutelares e Delegacias) ou mesmo o mapeamento de pontos vulneráveis (PRF). Considerou-se, nesta pesquisa, que para além desses registros existem diferentes representações sociais que estão colocadas nos territórios que foram pesquisados.

Respondendo também à justificativa de realizar pesquisa qualitativa, esta decorre da necessidade de investigar a realidade na sua complexidade, de forma que possa considerar os seus resultados no desenho de instrumentos capazes de incidir sobre a problemática. A isso responde que, quando apenas contamos os casos e/ou situações, podem incorrer dois sentimentos que nos imobilizam à ação: a) quando há muitos casos de violação de direitos pode gerar o sentimento de incapacidade para o seu enfrentamento ou mesmo considerar de tal forma difícil que imobilizam os grupos sociais no seu enfrentamento; b) quando são poucos os casos existentes, também imobiliza a sociedade por não considerar a situação relevante.

No comprometimento com os direitos humanos, ao optarmos pela pesquisa qualitativa, consideramos que, se apenas uma criança ou adolescente teve seus direitos violados ou, mais que isso, se houve o risco de violação de direitos, esta realidade, por si só, já deve ser objeto de estudo e denúncia. Corroborando nesta linha de pesquisa, considera-se o objeto de pesquisa como contido na historicidade que se expressa em bens materiais e simbólicos, sendo necessário que ao evidenciar a realidade, a dialeticidade dos contraditórios apareça como sendo inerente ao inacabado e, portanto, podendo ser modificado ao longo do processo de coleta, organização e análise dos dados.

Para isso, também se considera que os pesquisadores, partícipes da mesma realidade que estão pesquisando ou mesmo imergindo nela, constituem-se em fonte de pesquisa, ou seja, vivem o mesmo mundo, modificam e são modificados por ele. Além de desvelar os significados e símbolos é, ao mesmo tempo, sujeito e pesquisador da realidade e o dinamismo da realidade incide sobre ele nos múltiplos olhares que vai (re) (des) construindo. Por isso, os instrumentos e técnicas da pesquisa vão promovendo “a aproximação da suntuosidade e da diversidade que é a vida dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória” (MINAYO, 2010, p. 42-43).

Embora diferentes capacitações tenham ocorrido antes do levantamento dos dados empíricos, soube-se desde o princípio que a realidade é mais rica que o que já estava estudado, sendo que, por diferentes formas e vezes, houve a necessidade de reestudar os conteúdos com vistas à compreensão do que foi levantado. Esta dialeticidade entre a base material e conceitual da pesquisa levou às diferentes revisões do que estava posto anteriormente à pesquisa, especialmente sobre os conceitos e significados que estão contidos na realidade sobre exploração sexual de crianças e adolescentes.

As coletas de dados foram realizadas entre os dias 16 de junho e 21 de setembro de 2009, por meio de oito grupos focais, sendo:

a) sete organizados nos municípios pesquisados, envolvendo os atores sociais partícipes da Rede de Garantia de Direitos de cada cidade contemplada, convidados formalmente pela coordenação da pesquisa;

b) um organizado a partir de fontes privilegiadas como trabalhadoras sexuais, moradores da região e educadores de projetos de defesa de direitos que conheciam a região. Este grupo focal, realizado em Coxim-Ms, composto por 6 (seis) pessoas, foi precedido de observação na BR-163 no mesmo tramo da pesquisa durante 2 meses.

Os discursos coletados e transcritos (Apêndice A) tornaram-se a fonte de dados para a organização dos mesmos a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003), em que as falas dos sujeitos formam discursos-síntese a partir de debates em grupos focais. A organização dos dados seguiu os seguintes passos:

a. Leitura exhaustiva visando encontrar os principais eixos existentes no discurso. Os eixos encontrados foram: 1) existência da exploração sexual nos municípios e relação com a BR-163; 2) identificação dos responsáveis pela exploração sexual; 3) fragilidades

e/ou vulnerabilidades que potencializam a existência da exploração sexual nos territórios que envolvem a BR-163; 4) a atuação da rede de garantia de direitos.

b. Construção dos discursos-sínteses, ou seja, ideias que representam o pensamento coletivo dos integrantes da rede de garantia de direitos dos municípios do norte sul-mato-grossense cortados pela BR-163, bem como das fontes privilegiadas;

c. Identificação das ideias centrais presentes no DSC.

Esta forma de organização e posterior análise das falas dos sujeitos da pesquisa está baseada nas representações sociais⁵, concebida como aquela que expressa os pensamentos, sobretudo os valores que estão subjacentes no conjunto da sociedade. Por isso, a construção dos DSCs consideram todas as ideias como válidas e organiza suas contradições na perspectiva de compreender a realidade na dialeticidade sociohistórica.

O DSC procura superar, metodologicamente, esses impasses na construção do conhecimento na pesquisa social. Nas palavras dos autores,

o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é, assim, um procedimento metodológico, próprio de pesquisas sociais empíricas de corte qualitativo, que consiste numa forma qualitativa de representar o pensamento de uma coletividade, o que se faz agregando, num só discurso-síntese, conteúdos discursivos de sentido semelhante emitidos por pessoas distintas, como respostas a perguntas abertas de questionário (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, *on-line*).

Dentro dessa perspectiva metodológica, os discursos-síntese são redigidos na primeira pessoa do singular, pois, segundo Lefèvre e Lefèvre (2003), o “eu” do discurso-síntese expressa um pensamento que, apesar de expresso numa forma individualizada, é socialmente compartilhado, o que traduz melhor a natureza do pensamento coletivo.

A análise dos dados desta pesquisa foi realizada por eixo, ou seja, busca compreender todos os discursos, suas contradições e, com isso possibilita o desenho de instrumentos de intervenção na realidade.

O relatório final foi construído a partir de diferentes olhares e, mesmo sabendo que a análise dos dados não se esgota neste primeiro instrumento, dispõe de dados suficientes para outros eventuais artigos e análises.

5 A noção de representação, considerada neste estudo, filia-se à tradição dialética materialista. Por essa perspectiva, a construção social resulta do movimento dialético entre consciência e mundo objetivo (que não são instâncias estanques). Tendo sua consciência edificada a partir de seu meio sensível imediato (MARX e ENGELS, 2001) o ser humano passa a ver o mundo social com determinado olhar, passa a representá-lo conforme sua consciência embebecida de seu contexto. Essa representação guia, dialeticamente, a ação do ser humano sobre o mundo material.

2.1 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O resultado da primeira etapa da pesquisa, trabalhosa e muito rica em termos de produção coletiva, foi a elaboração formal do projeto, que resultou na apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CEP/UFMS), cuja aprovação se deu com o número 1409. Foram consideradas todas as orientações do mesmo no que concerne ao TCLE e proposta de devolutivas da produção científica.

O relatório final está sendo apresentado em diversas instâncias de participação coletiva como o COMCEX-MS, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA e foi enviado aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA dos municípios pesquisados.

A devolutiva dos dados à sociedade em geral também ocorre por meio da disponibilização do relatório nos endereços eletrônicos das instituições participantes, como também o estímulo à produção de artigos científicos, e participação em eventos.

3 O TERRITÓRIO DA PESQUISA

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

O território da pesquisa tem como ponto de ancoragem para sua compreensão a BR-163, embora existissem diferentes experiências de mobilidade nesta região desde o século XVI. A região sempre foi ocupada por comunidades tradicionais com suas mobilidades autoprojeadas, porém, a rodovia não nasceu com o intuito de potencializar a mobilidade no território, mas com o propósito de integração nacional no período da ditadura dos anos 1960-1980.

A história da BR-163 integra um projeto de nação do período ditatorial militar, cujo, slogan era “integrar para não entregar” do então presidente da República, Castelo Branco, na década de 1960. Sendo uma das rodovias de maior extensão tem um significado de circulação de mercadorias, principalmente, para ao setor produtivo monocultor do então Mato Grosso. A construção da Rodovia BR-163 se dá no início da década de 1970 com o PIN – Plano de Integração Nacional, criado para ligar a região Norte ao Centro-Oeste e ao Sudeste do país.

Continuando este projeto de nação, o governo Médici (1969-1974) expunha que era necessário expandir a fronteira econômica da Amazônia, pressionado pelas forças internacionais que visava a extração das riquezas da Amazônia e sua exportação. O discurso oficial retratava as regiões Oeste e Norte como “abandonada” e “terra de ninguém”, visto que, o acesso externo a essas regiões somente era possível por barco ou avião, com alguns tramos de ferrovia. A mobilidade interna era feita por pequenos barcos, tração animal e veículos militares.

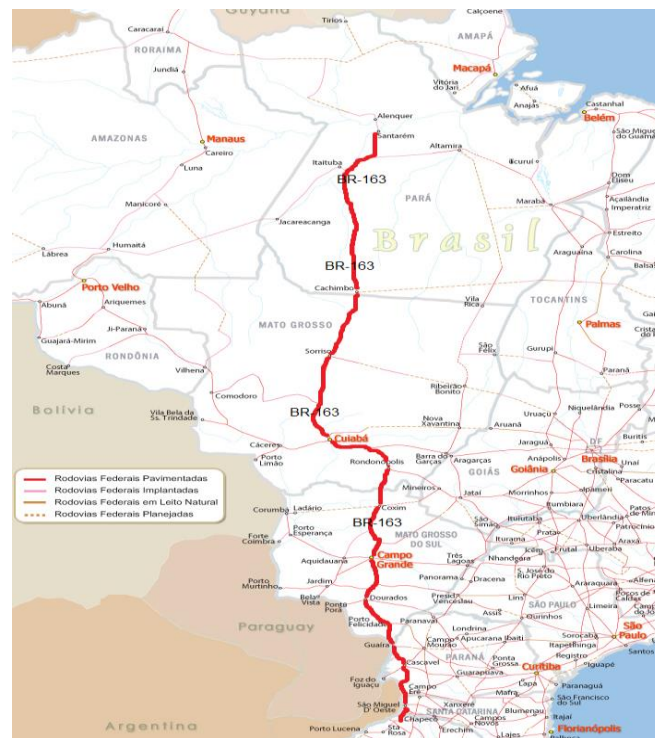
O projeto de construção da BR-163 se inicia com a instalação do 9º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) em Cuiabá com a missão de implementar mais de 1700 km da BR no ainda unificado estado de Mato Grosso. A construção se deu em dois sentidos, o primeiro, sul-norte foi encabeçado pelo 9º BEC que iniciou as obras em Tenente Portela-RS e, o segundo, norte-sul foi encabeçado pelo 8º BEC que partiu de Santarém-PA.

Segundo registros do 9º BEC, 1500 militares e civis trabalharam nas obras. Cerca de 20 pessoas morreram em decorrência de doenças e picadas de animais. Grande parte dos discursos sobre os desafios para a construção da BR-163 foi de superação pela necessidade de “abrir caminho” em mata fechada, a logística e a alimentação precária. Em outros registros aparecem a resistência indígena durante a construção, citada por alguns como “aversividade” dos nativos, sendo que em alguns trechos são citados como estratégia de negociação a inserção dos irmãos Villas-Bôas, indigenistas de renome, à equipe governamental.

A história da BR-163 é intrínseca à mobilidade dos municípios de Mato Grosso do Sul que estão no seu entorno, bem como, a passagem de gentes e mercadorias em distintos processos migratórios que ocorreram nas regiões norte e oeste.

A BR-163 é uma rodovia brasileira longitudinal que liga os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará. É uma rodovia fundamental para o atual modelo de escoamento da produção agropecuária da parte paraense da Região Norte e norte da Região Centro-Oeste do Brasil para os estados do Sul e Sudeste, visando a exportação por intermédio dos portos de Paranaguá (PR) e de Santos (SP), conforme pode ser observado no mapa abaixo:

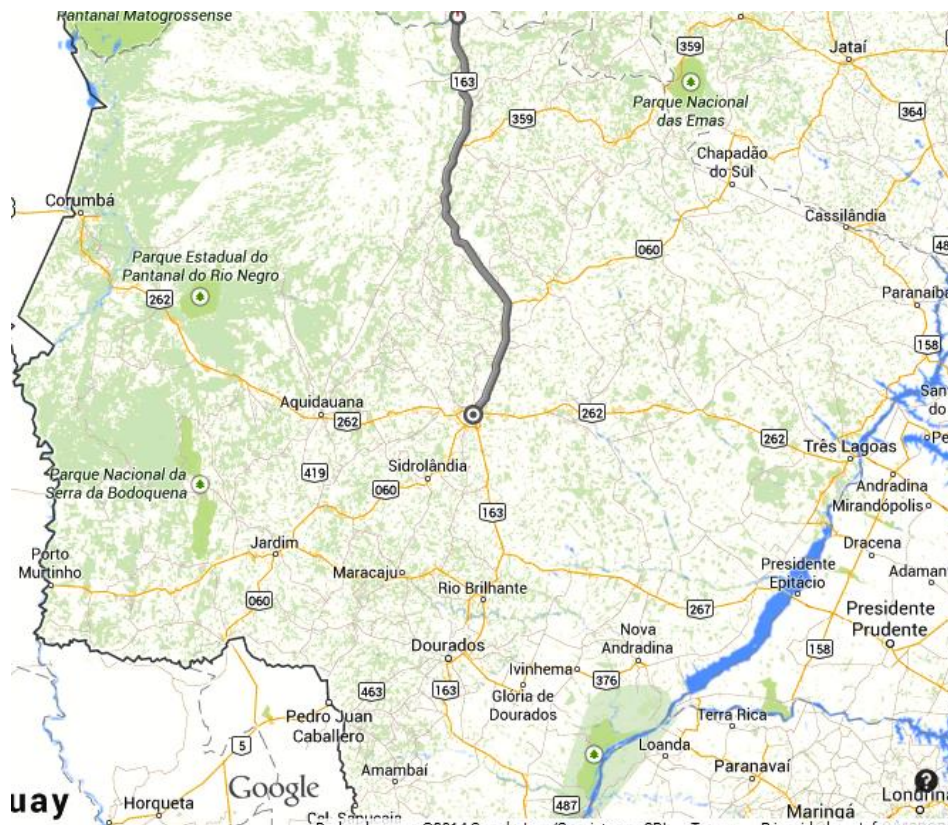
Figura 1: Mapa da Rodovia BR 163 na sua extensão total.



Fonte: Mapas-Brasil, 2014 (adaptado).

conforme figura 3. São sete municípios pesquisados, sendo que apenas um, Pedro Gomes, a BR-163 não compõe a zona urbana, conforme poderemos observar na descrição dos municípios.

Figura 3: Trecho da BR-163 de Campo Grande (MS) a Sonora (MS).



Fonte: Google Maps (adaptado)

3.2 UMA APROXIMAÇÃO COM OS CONTEXTOS MUNICIPAIS

Importante dizer que em Mato Grosso do Sul, à exceção dos municípios de Campo Grande e Dourados, a BR-163 está constituída por municípios pequenos em seu entorno, a maioria com menos de 50 mil habitantes, ou seja, ela se torna um importante elemento no território com diferentes significados percebidos e sentidos pelos moradores. Os municípios fontes desta pesquisa, por exemplo, têm as seguintes populações:

Figura 4: Quadro 1: Quadro demonstrativo da população residente estimada para 2013 nos municípios da pesquisa

Município	População Estimada
Bandeirantes	6.747
Coxim	32.948
Jaraguari	5.696
Pedro Gomes	7.908
Rio Verde de MT	19.321
São Gabriel do Oeste	24.035
Sonora	16.543
Total:	113.198

Fonte: IBGE (2010).

O conjunto dos sete municípios pode ser considerado como sendo de municípios pequenos que têm suas economias baseadas na monocultura, como por exemplo, gado, soja, sorgo, suínos, açúcar e álcool. Além de ser uma região com grande potencial turístico, destacando-se o turismo de pesca em Coxim e os balneários de Rio Verde de Mato Grosso. No discurso majoritário sobre a economia regional há uma invisibilidade da pequena produção, agricultura familiar e da própria geração de emprego e renda propiciados pelas políticas sociais.

Do ponto de vista de indicadores de desenvolvimento, consideramos que o Índices de Desenvolvimento Humano - IDH⁶ e o Coeficiente de Gini⁷ permitem uma

⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador que segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma: I - uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; II - o acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; III - o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência. O IDH ideal, ou seja, o pleno desenvolvimento é obtido com o índice 1, portanto, quanto mais baixo for a fração, menos desenvolvido é o município em apreço.

⁷ O Coeficiente de Gini por sua vez, é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. Assim como o IDH, apresenta dados entre o número 0 e o número 1, mais difere deste, pois, zero corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos

melhor compreensão da realidade socioeconômica da região, como segue no quadro abaixo:

Figura 5: Quadro2: Demonstrativo do IDH e Coeficiente de Gini nos municípios da pesquisa.

Município	IDH (2010)	GINI (2010)
Bandeirantes	0.681	0.41
Coxim	0.703	0.47
Jaraguari	0.664	0.40
Pedro Gomes	0.681	0.45
Rio Verde de MT	0.673	0.44
São Gabriel do Oeste	0.729	0.44
Sonora	0.681	0.43
Média da região	0.687	0.434
Mato Grosso do Sul	0.729	0.526
Brasil	0.730	0.536

Fonte: IBGE (2010).

Neste quadro acima se percebe quanto ao IDH, à exceção de São Gabriel do Oeste, todos os demais municípios apresentaram um índice inferior às médias estadual e nacional, o que sugere a pouca presença de políticas públicas capazes de elevar a perspectiva da qualidade de vida na região, especialmente nos quesitos educação, saúde e renda

No que se refere ao coeficiente de Gini, absolutamente todos os municípios da região apresentam aspectos positivos, já que os índices de desigualdade social registrados foram inferiores à média do estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil. Este dado, embora inicialmente possa parecer muito positivo, sugere que, nesta região, com qualidade de vida baixa, os detentores do poder econômico não residem nela.

A disparidade entre ambos os índices, vez que o IDH se apresenta relativamente baixo, ou seja, inferior em relação ao estado e ao Brasil e GINI relativamente alto, numa expectativa de haver menos assimetria econômica e social. Sobre tais premissas,

detêm a mesma renda per capita) e um que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm). O Coeficiente de Gini, portanto, idealiza a plena igualdade social representando-a com o algarismo 0. Nessa perspectiva, diferentemente do IDH, quanto mais próximo de 1 estiver o índice da região em apreço mais desigual socialmente ela será.

analisando a realidade regional pode-se verificar que há migração dos detentores de maior poder econômico para os grandes centros⁸.

Para melhor compreensão dos contextos particulares, apresentamos, a seguir, um breve resumo sobre os municípios observados.

3.2.1 Jaraguari

O município de Jaraguari é o mais próximo da capital do estado, distando desta cerca de 50 km, surgiu da instalação de famílias mineiras e goianas às margens dos córregos Marimbondo, Jatobá e Cervo no final do Século XIX. O nome Jaraguari deriva do córrego homônimo, que nas proximidades de sua confluência originou-se o povoamento.

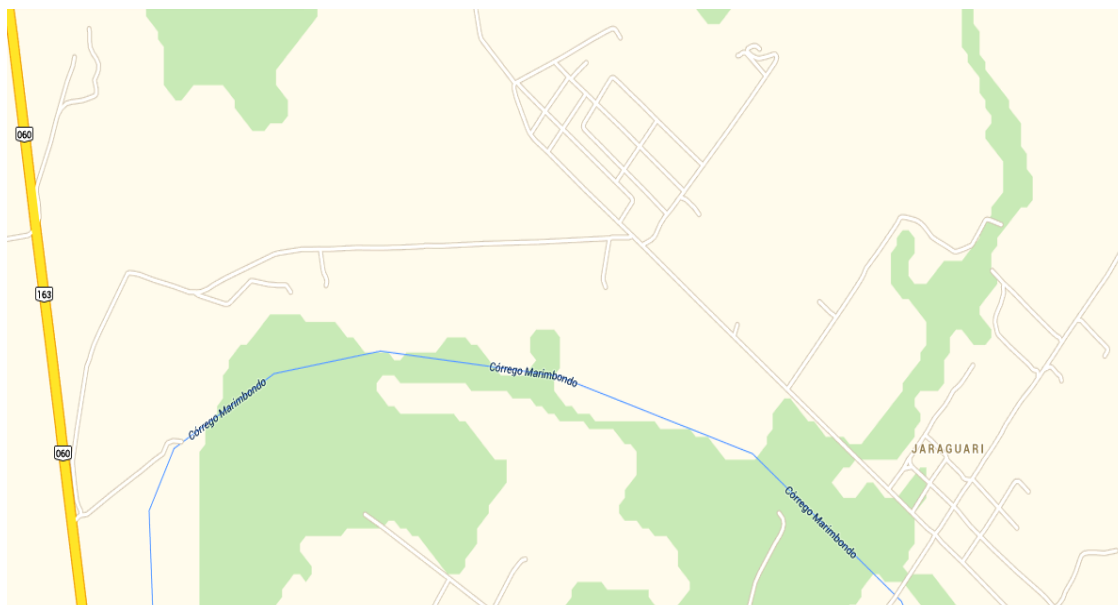
Economicamente o município tem como fonte principal segundo o IBGE (2007) a pecuária extensiva majoritariamente de gado bovino e em menor escala suíno. A produção agrícola é de cereais, leguminosas e oleaginosas, se destacam o milho, a soja e o sorgo. Já a extração vegetal e a silvicultura se dão em pequena escala, sendo o carvão e a lenha os dois únicos subprodutos que mereçam destaque.

A pequena produção se dá no âmbito da agricultura familiar dedicada à apicultura, sendo a produção de mel de abelha relevante além da produção de hortifrutigranjeiros.

Toda a produção do município tem sua circulação comercialização interna pelas estradas vicinais e externamente pela BR 163, cujo principal destino é Campo Grande.

⁸ Um exemplo é Campo Grande, a capital, cujo coeficiente de GINI é considerado elevado 0,59 (zero, cinco, nove) o que sugere alto índice de desigualdade social, ou seja, mesmo que o poder econômico seja concentrado também em municípios do interior, a residência dos detentores deste, ocorre em locais de maior acesso a serviços e consumo.

Figura 6: Jaraguari e a BR-163.



Fonte: Google Maps, 2013 (adaptado).

3.2.2 Bandeirantes

O município de Bandeirantes, por sua vez, surgiu da antiga Fazenda Cervo, cuja sede era ligada a Campo Grande à Coxim e depois, à Cuiabá, capital do estado à época pela estrada. O povoamento se deu em volta de uma hospedaria. Por volta de 1930 o Governo do Estado loteou a região, denominando-a Colônia Bandeirantes.

Bandeirantes possui economia formal centrada principalmente da agropecuária e serviços, que respondem por cerca de 93% do PIB do município.

Na pecuária, o município se destaca pelos rebanhos bovino e avícola e em menor escala suínos e caprinos. Já na agricultura se destaca a produção de milho, soja, sorgo, feijão, uma pequena produção de arroz e registra-se também extração de madeira para a produção de lenha e carvão vegetal.

Figura 7: Bandeirantes e a BR-163.



Fonte: Guiamais, 2013 (adaptado).

3.2.3 São Gabriel do Oeste

São Gabriel do Oeste é um dos municípios mais jovens do estado, muito embora, a povoação na região seja sentida desde 1885. Na década de 1970, a região começou a ser aliciada para a produção cafeeira pelo Instituto Brasileiro de Cafeicultores, o que gerou o interesse do campo-grandense Gabriel Abrão que comprou as terras onde hoje se situa o município e as loteou para a produção de café. A aglomeração de colonos sulistas teve início nesse período de cafeicultura.

Em 1975 houve uma grande geada na região que arruinou a produção cafeeira de tal forma que esta jamais se recuperou. Nesse período o povoamento de São Gabriel foi elevado à categoria de Distrito do município Camapuã e deu-se início aos primeiros experimentos com soja, iniciando-se assim, uma nova fase de desenvolvimento na região, que mais tarde, se tornaria uma das maiores produtoras de soja do estado, com forte migração sulista.

Para Ferro (2003), embora a BR-163 seja rodovia de intenso tráfego, o fato de o município se localizar às suas margens garante uma localização geográfica favorável e possibilita o escoamento de toda a produção, além de ser uma facilitadora de locomoção e acesso à capital do estado.

Ainda segundo a autora o município de São Gabriel do Oeste possui inegável vocação econômica voltada para o setor primário, carro chefe da economia local. A produção de soja foi responsável pelo grande desenvolvimento da região nas décadas de

1980 e 1990 e até os dias atuais responde pela maioria da produção agrícola do município.

Em meados da década de 2000, com a estabilização econômica da região e a necessidade de diversificação da mesma, visando a diminuição da dependência de grãos, houve diversos investimentos na suinocultura, na avicultura (avestruzes), na produção de laticínios e formação de cooperativas.

São Gabriel do Oeste talvez seja umas dos municípios no trecho pesquisado com a economia mais variada. Segundo o site oficial da Prefeitura Municipal, por ser um polo agrícola na região em abundância de matéria prima, destaca-se a produção de ração animal em virtude a sua grande geração de farelo de soja e de sorgo além de forrageiras, indústrias têxteis, algodão, leite, frigoríficos de suínos, aves e bovinos.

A cidade é, também, sede de uma empresa que comercializa bolsas, sapatos, carteiras e acessórios com o couro da avestruz de produção local, o que confere um produto de alta qualidade, atrativo para pessoas de diversos lugares. Há também no município a industrialização do leite longa-vida cuja produção iniciada em 2003, constitui-se no afluxo da bacia leiteira de toda região.

Além desta indústria, este município também conta com indústria frigorífica com maior industrialização de carne suína. Essas empresas demandam matéria prima e força de trabalho de toda a região.

Em São Gabriel do Oeste há uma forte visibilidade do setor industrial no entorno da BR-163, posto que estes empreendimentos estão dispostos à margem da rodovia. Isso significa, que além do fluxo de mercadorias também há uma mobilidade intensa de trabalhadores, sendo estes do próprio município ou da região. Tendo em vista que, todos os empreendimentos acima mencionados estão dispostos às margens da rodovia, nos limites do município, fazendo nascer um fluxo diário de pessoas/trabalhadores entre a sede do município e seus empregos. Esse micro-fluxo merece análise, pois, como se viu em apenas uma dessas empresas são empregados 20% da população economicamente ativa.

Figura 8: São Gabriel do Oeste e a BR-163



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

3.2.4 Rio Verde de Mato Grosso

A região de Rio Verde de Mato Grosso é originariamente habitada por índios Caiapós. No século XVII, no entanto, os bandeirantes adentraram pelo varadouro existente entre os Rios Pardo e Camapuã e, posteriormente, Coxim e Taquari, preando os indígenas da região.

As terras do atual município foram vendidas pelo Estado a pecuaristas, o que sedimentou o afastamento dos habitantes primários. A instalação da Fazenda Campo Alegre fez surgir o núcleo habitacional humano que hoje constitui o município.

Fundado a partir do garimpo, que no início do Século XX atraiu milhares de pessoas para a região. Rio Verde foi emancipado em 16 de dezembro de 1953 e, hoje, no lugar do ouro como chamariz, o município tem como principal atrativo, o turismo, sendo que dispõe de dois terços de zona serrana e um terço do baixo Pantanal. É uma das mais importantes áreas de turismo do estado. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE, s/d)

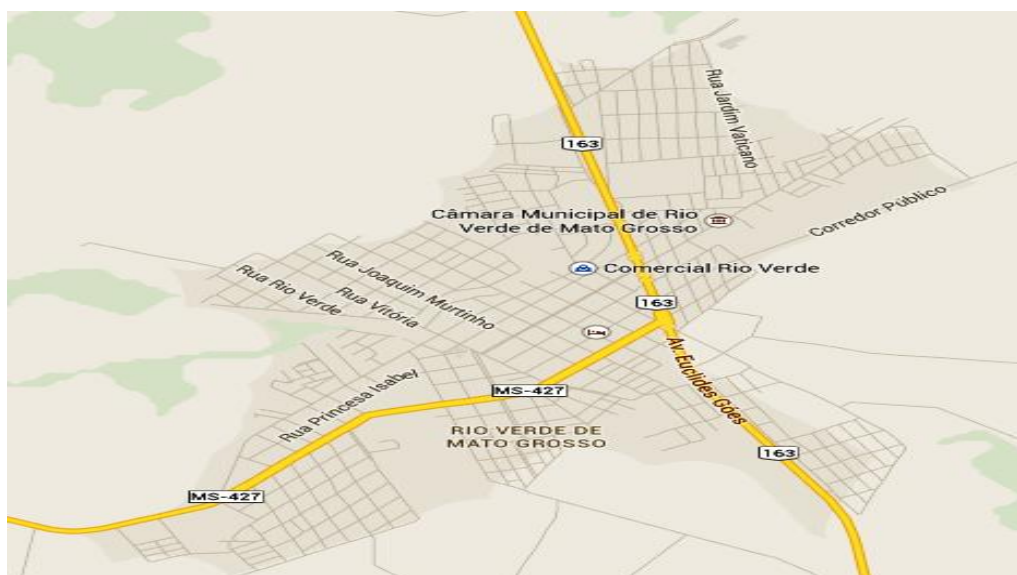
Economicamente Rio Verde de Mato Grosso certamente é um dos (senão o) municípios de maior potencial turístico no trecho da BR-163 pesquisado, contando com várias pousadas, hotéis, passeios, trilhas, balneários que mantêm um fluxo turístico sedimentado. Além disso, tem um conjunto de eventos no município, reconhecidos por todo o estado, como os carnavais de época e fora de época, atrativos de milhares de turistas anualmente.

Na agricultura, Rio Verde é produtor de banana, borracha, coco e maracujá, além de ser forte a pecuária na economia, com rebanho bovino. A indústria, no entanto, muito pouco contribui para o PIB municipal, de modo que, os serviços, dada a sua vocação turística, se sobressaem, perfazendo um total de quase 70% do PIB da cidade.

A cidade influi no fluxo diário da BR-163 no território da pesquisa, pois, é foco regional em educação, oferecendo os ensinos técnico-profissionalizante e universitário. A cidade conta com uma universidade particular que atende toda a redondeza, inclusive de municípios mais distantes como Sonora e Camapuã, além da rede Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), por meio dos sistemas Senai e Sebrae. Em Rio Verde, por conta disso, recebe diariamente centenas de pessoas de outros municípios, que chegam de veículos de transporte coletivo e de pequeno porte, inclusive motocicletas.

Também por conta da busca do ensino superior, de Rio Verde saem diariamente vários ônibus com destino à Coxim, que oferece diversos cursos por meio de universidades públicas (UFMS, IFMS e UEMS) e particulares (UNOPAR).

Figura 9: Rio Verde de Mato Grosso e a BR-163



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

3.2.5 Coxim

A região onde se encontra o Município de Coxim era, segundo o IBGE (2013) habitada, a exemplo de outros municípios vizinhos, por índios caiapós quando, ainda no século XVII, desbravadores paulistas alcançaram-na. Com a descoberta das minas de ouro de Cuiabá, a localidade tornou-se o caminho frequente na ligação São Paulo-Cuiabá, pela utilização das bacias fluviais do Paraná e Paraguai, através dos rios Pardo e Coxim.

Em 1729, Domingos Gomes Belliago e outros sertanistas estabeleceram o arraial de Belliago, à margem do rio Taquari, objetivando prestar socorro às monções que faziam a rota São Paulo-Cuiabá.

Em 1865, Coxim (então Herculânea) sofreu com os conflitos da guerra do Paraguai, sendo que aquele país estabeleceu um quartel-general na fazenda São Pedro, de onde foram desalojados pelas tropas brasileiras, comandadas pelo Coronel Camisão.

Coxim tornou-se historicamente importante entreposto dos fazendeiros de Goiás, que ali se abasteciam, especialmente de sal, iniciando-se dessa forma sua vocação econômica vinculada à pecuária.

No que toca à questão turística, Coxim é foco de intensa atividade pesqueira, já que é conhecida nacionalmente como a capital do peixe. Nesse viés, a cidade conta com centenas de hotéis, pousadas e chalés voltados para esse tipo de turismo e para o ecoturismo às margens dos rios Coxim e Taquari, adentrando no Pantanal Sul-matogrossense a partir do planalto central.

O turismo de pesca em Coxim é praticado, em sua grande maioria, por homens, que vêm desacompanhados de familiares. Esta característica fez da cidade também um reduto do mercado sexual, seja na sede no município, seja nas margens dos rios, rotas da pesca, ranchos e barcos. A cidade também sedia festas importantes no circuito turístico, como a Festa do Peixe, que potencializa o fluxo de pessoas na região na alta temporada.

Outra característica importante do município de Coxim é que detém o título de “Capital Regional”, sendo a principal cidade da Região Norte do estado, disponibilizando serviços diversos aos municípios circundantes. De Sonora à São Gabriel do Oeste, pela BR-163, Coxim é ponto de referência, inclusive em serviços de saúde, por meio de seu Hospital Regional.

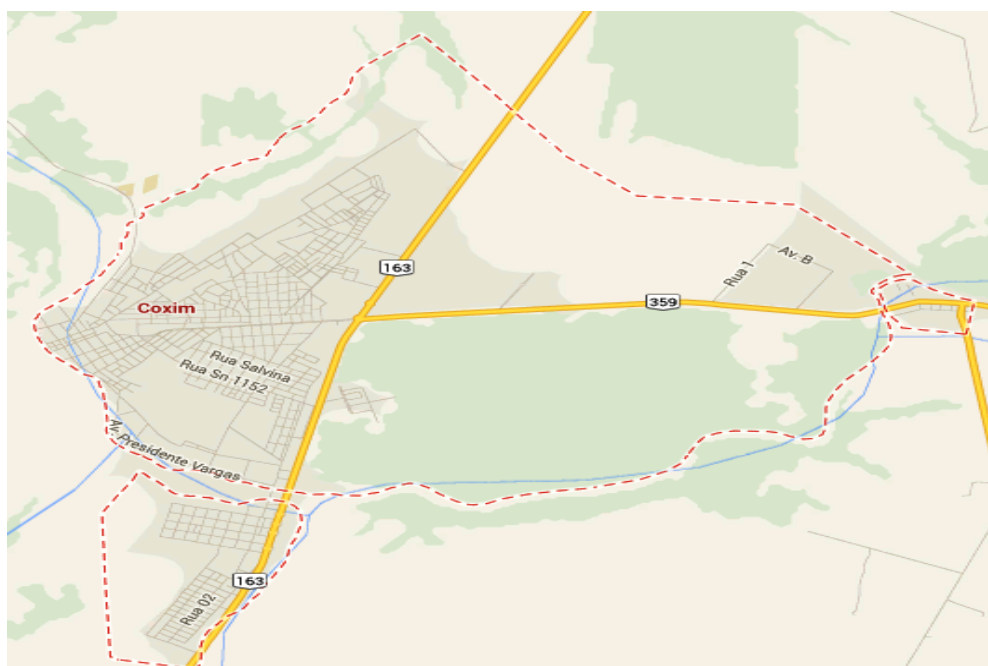
O fato de ser referência regional faz de Coxim um foco do fluxo intermunicipal de veículos, realizado quase que exclusivamente pela BR-163. A cidade recebe mensalmente centenas de usuários do sistema de saúde advindos de outros municípios e, em casos mais graves, torna-se também ponto de partida para a capital estadual.

O transporte destinado ao município de Coxim tem diferentes motivações, sendo especialmente composto por veículos oficiais, de saúde (ambulâncias, bombeiros, unidades de pronto atendimento, SAMU's, etc.), ônibus intermunicipais, outros meios de transporte coletivos, como vans, além de ser a cidade um reconhecido reduto de caminhoneiros, no período noturno.

Coxim também tem um fluxo diário de universitários de toda a região. O município conta com um campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), um da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), um do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), além de ser polo presencial de algumas instituições privadas de EAD.

Os dados explicitados demonstram o quão Coxim é importante no território da pesquisa, não só por ser entroncamento rodoviário, mas também, fluvial e político, polo universitário e de serviços de saúde.

Figura 10: Coxim e a BR-163.



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

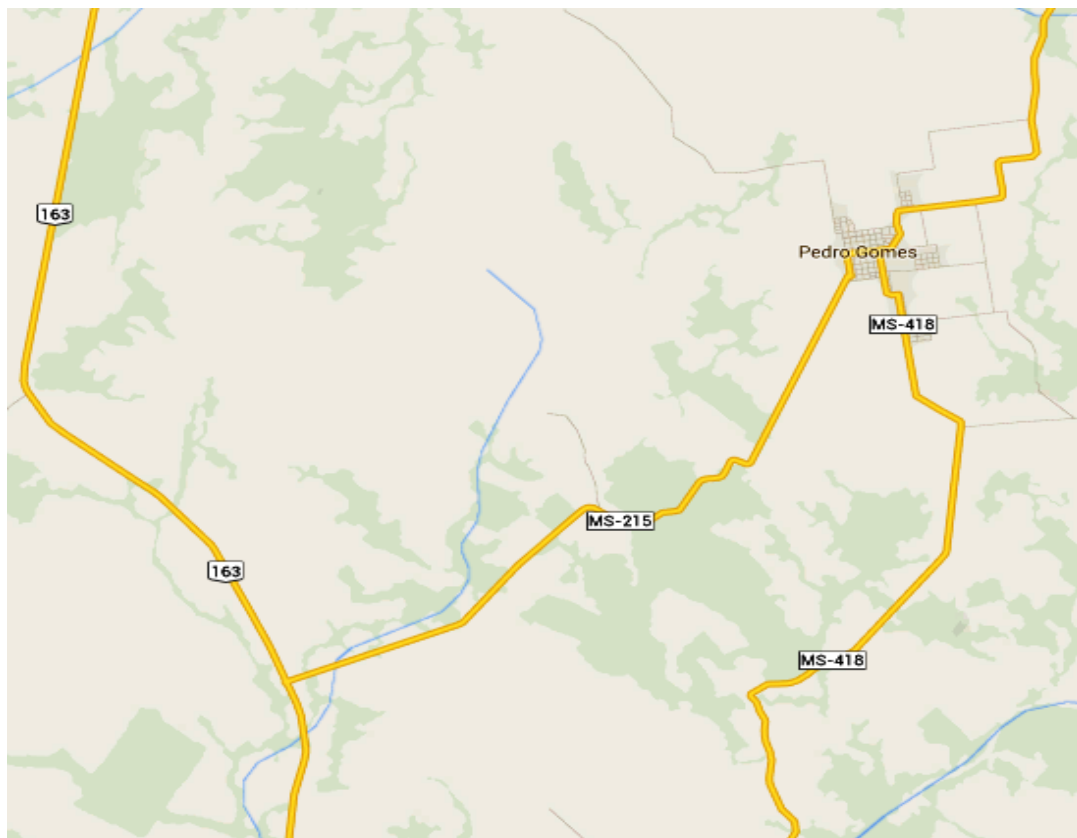
3.2.6 Pedro Gomes

A exemplo de seus vizinhos, Pedro Gomes também foi território ocupado pelo povo Caiapó. Até a década 1840 a história pedrogomense se mistura com a de Coxim e Camapuã, visto que os três eram ponto de parada das Bandeiras paulistas.

Segundo o IBGE/2013 no ano de 1838 aportaram os primeiros imigrantes na região. Entre eles, Antônio Teodoro de Carvalho, tido como primeiro habitante não índio, que se intitulava Capitão do exército reformado e que se apossou de uma extensa gleba de terras, antes ocupadas pelos índios. Em 1950, um pequeno povoado de casas residenciais pertencentes aos fazendeiros da região recebeu a denominação de Amarra-Cabelo, pois existia ali um córrego, onde os viajantes paravam para dar um retoque na indumentária. O município foi criado pela Lei nº 1.942, de 11/11/1963.

Pedro Gomes importa no fluxo diário intermunicipal na BR-163 por ser ponto de partida de centenas de universitários que rumam para Coxim e Rio Verde e também, trabalhadores canavieiros que se dirigem para Sonora.

Figura 11: Pedro Gomes e a BR-163.



Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado).

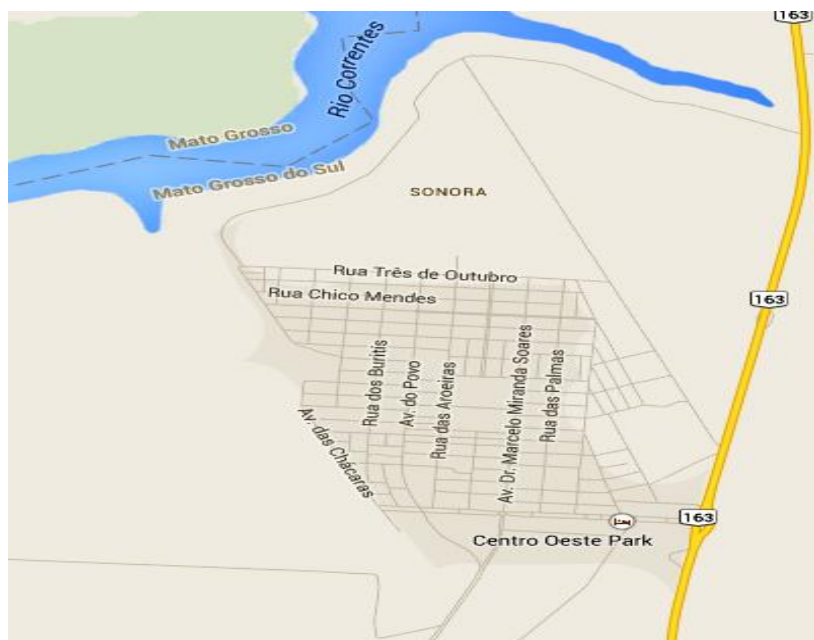
3.2.7 Sonora

O município de Sonora possui uma história bastante recente. O povoamento se deu na década de 1970 em torno da Usina de Álcool Aquárius, que, segundo o IBGE (2013) foi a primeira usina de produção de álcool projetada no Brasil para a região do cerrado. Em meados de julho de 1978, iniciou uma produção experimental, que se efetivou no ano de 1979 e que contava com cerca de 850 funcionários, formadores de um pequeno núcleo urbano e que residiam em barracos de lona.

Diante de vários problemas, a Usina Aquárius foi adquirida, por volta de 1983, pelo Grupo Giobbi e pela Cigla - subsidiária da Fiat Italiana. Passou, a partir daí, a ser chamada de Cia Agrícola Sonora Estância.

Grande parte da mão-de-obra da usina fixou residência neste núcleo urbano, desempenhando funções nas épocas, intermediárias ao trabalho na lavoura, contribuindo para a expansão populacional da comunidade. Esta expansão atraída pelo mercado de trabalho local levou este núcleo à condição de distrito no ano 1985, com o nome de Distrito de Sonora⁹. A cidade é destino diário de centenas de trabalhadores da usina local de municípios e distritos da redondeza.

Figura 12: Sonora e a BR-163



Fonte: Google Earth (adaptado).

⁹ O nome “Distrito de Sonora” foi escolhido devido aos filmes assistidos pelo Comandante Coutinho, em Rondonópolis/MT, onde nos filmes de faroeste os bandidos se refugiavam na Cidade de Sonora, México, na fronteira com os Estados Unidos, fugindo da justiça texana. (IBGE, 2013)

3.3 A DINÂMICA DA BR-163, SEUS TRABALHADORES E EXPLORAÇÃO SEXUAL

A BR-163 constitui-se em um território em si mesma e em diferentes territórios que se relacionam com os aglomerados urbanos do seu entorno, bem como com as realidades distantes que passam por ela, seja do sul e sudeste, em caminho para o norte e centro-oeste do país e vice-versa. Pode-se afirmar que dispõe de mobilidades diversas advindas do objetivo da sua própria existência. No entanto, exatamente por esta condição, possui diferentes pontos fixos necessários à manutenção da mobilidade com segurança e o apoio logístico a todos que circulam nela. Nesta linha de pensamento, é uma BR que está centrada no trabalho necessário ao fluxo de pessoas e mercadorias, portanto, a circulação do capital e suas políticas.

O fluxo de veículos na BR-163, no contexto do tramo desta pesquisa, é bastante diversificado e considerado trânsito de meio, isto é, a região é caminho e não o destino da grande maioria dos transeuntes interestaduais no perímetro Jaraguari-Sonora. Quanto aos transeuntes intermunicipais, verifica-se, que o destino destes, na grande maioria dos casos, é a capital estadual ou outros municípios que ofereçam serviços de saúde, educação e trabalho.

Nesse sentido, por conta da proximidade dessas cidades umas com as outras, alguns nichos de trabalhadores compõem uma parcela do fluxo da BR-163 que assegura diariamente diversos serviços essenciais nas áreas da saúde, educação e assistência. Por outro lado, também há uma significativa mobilidade de trabalhadores da economia predominante, como a agroindústria (frigoríficos, laticínios e cana-de-açúcar), cerâmica, serviços de alimentação e abastecimento, além dos estudantes.

A dinâmica se dá na maioria dos casos a bordo de veículos de grande porte, ou seja, de transporte coletivo (ônibus e vans) e de carga. Segundo dados do Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transportes – DNIT, o fluxo diário da BR-163 compõe-se majoritariamente de veículos longos (Classe D - mais de 15 metros de comprimento), 50,81% do total. Em segundo lugar no total de veículos que transitam pela BR-163 estão os veículos com comprimento entre 10 e 15 metros (Classe C), com 24,16% do total. Na terceira posição estão os veículos com comprimento entre 5 e 10 metros (Classe B), 18,72% do total. Por fim, respondendo por apenas 6,3% do fluxo total diário no território da pesquisa estão os veículos pequenos (Classe A- menos de 5 metros de comprimento).

Esses dados sobre o tipo de veículo que majoritariamente transitam na BR-163 poderia, de princípio, sugerir que a maioria dos trabalhadores a ele vinculados são os caminhoneiros, o que o discurso corrente também sugere. No entanto, há que se considerar, que nesses veículos, geralmente estão somente um ou dois trabalhadores, sendo eles, a sua grande maioria, homens.

Esses profissionais, que no discurso corrente, são culpabilizados pela exploração sexual de crianças e adolescentes nas BRs, foram invisíveis na grande corrida desenvolvimentista do fim do século XX e, somente conseguiram se tornar visíveis aos olhos da sociedade capitalista a partir das grandes greves de 1999 e 2000. Conforme Santos (2004) as reivindicações feitas pelos caminhoneiros serviram como denúncia de uma série de problemas enfrentados nas rodovias brasileiras em seu cotidiano, tais como: longas jornadas de trabalho, corrupção, má conservação das vias, noites sem dormir, etc. Esses problemas influíam diretamente nas suas condições de trabalho, dignidade e comprometimento das condições de saúde. A relevância econômica dos caminhoneiros no cenário nacional pode ser traduzida numa simples frase estampada nas traseiras dos grandes veículos: “sem caminhão este país não anda”. (SANTOS, 2004, p. 286)

Segundo a autora, entre os mais de 1 milhão e 200 mil caminhoneiros, menos de 30% são autônomos, ou seja, proprietários dos veículos. Mais de 70% trabalham nas 12 mil empresas transportadoras rodoviárias de carga. Os motoristas de caminhão constituem-se numa categoria heterogênea e retorna diariamente ao convívio familiar. Dentre aqueles que estão vinculados às longas viagens, as condições de trabalho estão determinadas pelo tipo de carga e metas de quilometragem e, o domínio sobre seus corpos é uma das condições necessárias para execução do trabalho. Por isso, a virilidade é construída dentro deste contexto e realizar atividades de convívio em pontos específicos de abastecimento dos caminhões, torna-se em grande parte das vezes, também o único momento de relacionamento com as pessoas. A parada pode significar a tessitura de “um rápido convívio social, rompendo o silêncio sob o qual permanecem em quase toda a longa jornada de trabalho”. (SANTOS, 2004, p.318)

A verdade expressada pelos caminhoneiros que é a classe que move a economia do país, corrobora com as estatísticas já mencionadas do DNIT, pois cerca de 75% do tráfego no trecho da pesquisa é composto de veículos com mais de 10 metros de comprimento. Essa abundância de grandes veículos (genericamente caminhões) se deve à função econômica da BR 163 que é o escoamento da produção agrícola de todo o

oeste e parte do norte brasileiro, ou seja, serve à exportação brasileira de grãos e carne, parte fundamental da balança comercial brasileira.

A complexidade do que ocorre na BR-163 nem sempre é considerada para visualizar os problemas porque passam as diferentes mobilidades existentes, como também a população adstrita. Uma das formas mais recorrentes é considerar a exploração sexual de crianças e adolescentes focalizadas em “pontos de vulnerabilidades”, ou seja, o contexto mais abrangente tem tido pouca incidência na análise desta expressão da questão social.

Um dos principais dados utilizados sobre exploração sexual nas BRs, está contido no “Mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras”, cuja edição 2011/2012, foi realizada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) juntamente com a Childhood Brasil, a Organização Internacional do Trabalho e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Nesse mapeamento as instituições consideram pontos vulneráveis os ambientes ou estabelecimentos nos quais os agentes da Polícia Rodoviária Federal identificam características (iluminação, prostituição adulta, pouca vigilância, aglomeração de veículos de trânsito, consumo de álcool, etc.) que apresentem um cenário suscetível ou propenso à ESCA, ou seja, pontos de vulnerabilidade (PRF, 2012).

O mapeamento tem sido realizado com o objetivo de subsidiar as políticas públicas, campanhas e projetos de prevenção, além de diminuir a vulnerabilidade de um cenário para que não haja nenhuma violação de direitos da infância. O que se tem percebido, no entanto, é que o maior objetivo do mapeamento tem sido de alertar sobre a realidade da exploração sexual e seus vínculos com as rodovias sem que isso, no entanto, se traduza em ações das políticas públicas.

No estudo de 2011/2012 o estado de Mato Grosso do Sul contava com: 26 pontos em situação considerada crítica; 33 pontos em estado de alto risco; 18 pontos em estado de médio risco e 18 em estado de baixo risco, totalizando 95 pontos de vulnerabilidade e situando-se na sétima colocação dentre os estados brasileiros no número de pontos de vulnerabilidade (PRF, 2012, p. 30).

Sobre o que é considerado nas diferentes classificações, o mapeamento apresenta que:

Manteve-se a subdivisão dos níveis de risco em crítico, alto, médio e baixo, conforme critério adotado em 2009-2010. [...]Com base em uma série de perguntas respondidas pelos policiais, há o cômputo da valoração, que vai sendo acumulada para a classificação dos locais nos quatro níveis de risco. (PRF, 2012, p. 26).

Ainda no próprio estudo ficou evidenciado que 91,9% dos pontos de vulnerabilidade detectados contavam com a presença de caminhoneiros no local, ao passo que apenas 33,1% desses pontos de alguma forma são assistidos pelo conselho tutelar. Nessa perspectiva, entende-se que não é perfeitamente plausível apontar o caminhoneiro como o único responsável pela exploração sexual, na medida em que o mapeamento foi realizado especificamente na BR e não em todos os territórios que a circundam, ou seja, se são os postos de combustíveis os locais de apoio logístico a esses trabalhadores e, o mapeamento ocorreu exatamente nesses locais, encontrar os caminhoneiros era a única possibilidade.

Pesquisas da Childhood Brasil, por meio do “Programa Na Mão Certa” traçaram o perfil do caminhoneiro no Brasil e obtiveram como resultado que os profissionais envolvidos com a ESCA são os que ficam mais tempo em filas de cargas ou de postos de abastecimento. Conforme o registro da pesquisa, “estar parado sem nada pra fazer, sem opção de lazer, é um fator de risco para o envolvimento do caminhoneiro com o problema” (CHILDHOOD, 2010, p. 31).

A pesquisa ainda evidenciou que os proprietários de postos de abastecimento têm plena consciência que a ociosidade (enquanto aguarda o carregamento) do caminhoneiro e a falta de opções em locais de parada, assim como o tempo excessivo passado fora de casa são fatores fundamentais para a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. Talvez por isso em alguns lugares no Brasil é comum os postos incluírem meninas na sua “lista de serviços”. Apesar disso, a falta de percepção sobre o problema, o preconceito, a resistência em assumir a responsabilidade pelo que acontece dentro da área do posto são as maiores barreiras para a sensibilização dessas pessoas a respeito da ESCA. (CHILDHOOD, 2010, p. 33).

Ao buscarmos a evidência da ligação do contexto da BR 163 com a exploração sexual de crianças e adolescentes, torna-se necessário desmistificar quaisquer possibilidades de culpabilidades dualistas, ou seja, relacionar uma vítima com um réu. Mais que isso, é fundamental compreender a inserção deste tramo da estrada nos diferentes territórios em que se insere ou passa por eles, na perspectiva do significado

da inserção desta região do Brasil no capitalismo e, a serviço deste, com políticas neoliberais de pouca ou nenhuma incidência nesta problemática.

Ao não pautar um modelo de desenvolvimento que pudesse incidir na garantia de direitos das crianças, adolescentes e jovens, as realidades municipais ficam à mercê da implantação de médios e grandes empreendimentos de forma que viabilize sua inserção na mundialização do capital. Em torno desses empreendimentos, nesta região, basicamente a agroindústria e a extrativa, criam o imaginário do pertencimento ou não ao desenvolvimento. Conforme Scandola (2012), há por parte do capital mundializado, a necessidade de expandir-se territorialmente e, para isso, constrói consensos sobre o des-envolvimento que é a desvalorização do que existe e a supervalorização da industrialização como forma de inserção mundial. Para isso, incide em localidades com baixa organização dos trabalhadores, desemprego, ou seja, com menor poder de resistência e, inclusive desresponsabiliza o capital pelos problemas gerados:

Com as condições de poucos empregos nos pequenos municípios, dentro dos padrões industriais aliados à ideologia desenvolvimentista, com apelo à inserção global, pode-se afirmar que as comunidades locais, incluindo gestores e população, “absorvem” as necessidades e os impactos criados [...] e “absolvem” os donos do capital dos problemas gerados, geralmente culpabilizando a população local pelos problemas, sendo estes vistos na sua imediaticidade, longínquos do real (SCANDOLA, 2012, p. 9).

Ao relacionar a exploração sexual apenas à presença de caminhoneiros, ou seja, busca-se um culpado de forma maniqueísta, focaliza-se o problema no seu âmbito primário. Esta forma alienada de apenas visualizar o que é oferecido pelo senso comum, impossibilita compreender que todos os trabalhadores e transeuntes que chegam, saem, passam e circulam neste tramo da BR163 vivenciam as mesmas condições de descanso, segurança, atenção à saúde e possibilidades de convivência com os pontos fixos de apoio logístico.

A inserção subalternizada da região ao capital transnacional com quase ou nenhum investimento em atividades de sustentabilidade local e, nas políticas sociais, a máxima neoliberal de privatização, precarização dos serviços e das relações de trabalho, sobretudo, a inexistência de serviços de atenção aos direitos, compõem um quadro de negligência do Estado brasileiro frente à garantia de direitos de toda a população. As crianças, adolescentes e jovens de forma evidente, tornam-se as maiores vítimas deste modelo de des-envolvimento, na medida em que a condição de pessoas em

desenvolvimento e sujeitos de garantias de direitos não estão considerados como prioridades absoluta e nem de outra qualquer forma..

O papel da BR-163, conforme demonstrado, é também de “corredor” entre as municipalidades e os empreendimentos, que embora estejam localizados na região, pertencem à economia globalizada. Nesse sentido o fluxo de pessoas gera uma demanda de serviços não só na própria BR, mas também no entorno dos empreendimentos, sendo que este processo, embora adensado com a intensificação do comércio, é histórico na região. A mobilidade de chegada à região, historicamente ocorreu para a exploração das riquezas ou para, passando por esta região, inserir parte da região norte no projeto de exploração da natureza e na inserção capitalista.

Neste contexto, o mercado sexual esteve sempre atrelado ao mesmo sentido de manter a exploração, servindo aos diferentes ciclos de desenvolvimento econômico, ou seja, não estamos falando de um fato novo na região, mas de uma realidade que foi se modificando de acordo com as exigências do mercado.

Um exemplo importante a ser citado é da localidade de Sonora-MS, que é uma cidade cuja economia gira em torno da presença de uma usina sucroalcooleira de grande porte. Em trabalho anterior, Scandola (2012) ao estudar a ESCA na realidade de municípios inseridos nesta cadeia produtiva verificou que a implantação de uma usina em municípios de pequeno porte gera divisões de opinião a respeito dos benefícios e/ou malefícios oriundos desta sendo que, o mercado sexual existente ou criado a serviço da agroindústria, utiliza-se de trabalhadoras sexuais de outras localidades, podendo, inclusive traficar crianças, adolescentes e mulheres para suprir as necessidades sazonais.

O surgimento, manutenção e intensificação de um determinado mercado sexual, ainda conforme as inquietações de Scandola (2012, p. 9-10) estão ligadas à diferentes motivações e, no caso, do atendimento a trabalhadores dos empreendimentos econômicos, este mantém a coesão dos trabalhadores por meio de relações também de sociabilidade e afeto. Para isso vale-se de pessoas da própria localidade já inseridas na rede do mercado sexual, de pessoas da localidade ainda não inseridas nesse mercado, de migrantes de diferentes localidades, inclusive por meio do tráfico humano.

Nas pesquisas anteriores do COMCEX-MS/IBISS-CO (2010 e 2011) ficou evidente que no mercado sexual tradicional composto em territórios identificados como presença de prostituição, há pouca ou nenhuma presença de crianças e adolescentes. A política brasileira de enfrentamento da exploração sexual por meio de campanhas de sensibilização como também as operações policiais, fez com que mudasse as formas de

aliciamento e locais de prestação de serviços sexuais por meio da utilização de infantes e adolescentes. A utilização de agenciamento por telefone e mídias diversas, especialmente aquelas de internet, constitui-se nas principais redes utilizadas para o aliciamento. Os locais de exploração sexual de crianças e adolescentes são diversos e estão praticamente dispersos de acordo com diferentes convívios de hotéis, motéis, taxistas, bares e outros pontos de encontro.

Na BR-163 o fluxo de trabalhadores e trabalhadoras que são integrantes do mercado sexual tem também significados diversos pois, ao mesmo tempo que serve ao direito migratório deste público, este acontece com diferentes níveis de autonomia e/ou engano. Nos municípios pesquisados é possível verificar a existência de trânsito permanente desses profissionais e, em algumas épocas do ano, tem-se um aumento significativo desse fluxo para cada um dos municípios, de acordo suas atividades econômicas e turísticas da cada cidade. É o caso da Festa da Cana em Sonora, da Festa do Peixe em Coxim, dos Carnavais de Rio Verde de Mato Grosso e da Festa do Porco no Rolete em São Gabriel do Oeste. Estes eventos atraem turistas de todo o estado e de outras regiões do país inclusive e, a depender da característica de cada um, atrai também um mercado sexual que se insere na programação de forma mais ou menos velada a depender dos constrangimentos locais.

Como também é apontado em pesquisa anterior COMCEX-MS/IBISS-CO (2011), a adolescência é também caracterizada pela necessidade de aventurar-se, tendo nas viagens um ponto culminante desta peripécia. As viagens remetem aos sonhos de conhecer outros lugares, bem como a necessidade de sair dos seus locais. A saída em busca de outros territórios tem relação, muitas vezes, com a inexistência de quaisquer atrativos de lazer, cultura e esporte nos seus municípios, bem como também e, sobretudo, afastar-se de locais e situações de violência que estão vivenciando. Então, a BR pode significar possibilidades de exercício da juventude como ir em busca de sonhos, desejos e direitos ou concretizar estratégias de sair de situações de violência.

As migrações juvenis, portanto, caminantes na BR, precisam ser compreendidas nas contradições entre as fortalezas da juventude e, exatamente pela existência desta, a utilização dessas crianças, adolescentes e jovens em diferentes formas de aliciamento, alojamento e utilização no mercado sexual complexo e diverso. As estradas, desta forma, não são somente palco para se “buscar casos”, mas precisam ser contextualizadas como integrantes de diferentes possibilidades de violações e de garantia de direitos, em contradições que convivem dialeticamente no mesmo território.

Neste sentido, ações de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes em contextos conviventes com estradas, devem considerar que necessariamente não são somente os transeuntes, sejam eles migrantes, turistas ou trabalhadores, os integrantes da rede de violação de direitos. É preciso desmistificar as ideias que “o vilão vem de fora” ou “o vilão passou por aqui” não correspondem ao real, mas ao senso comum que desresponsabiliza a complexa rede violadora de direitos seja por negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. É fundamental analisar as realidades que propiciaram com que crianças, adolescentes e jovens tivessem seus direitos garantidos e/ou violados nas localidades e que impuseram condições de vulnerabilidades à exploração sexual. Quaisquer atitudes e análises maniqueístas podem induzir em ações de enfrentamento equivocadas e, possivelmente, violadoras de direitos.

4 EM BUSCA DE UM CONCEITO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Desista da necessidade de simplificar tudo...

Reconheça que a

vida é complexa

M. SCOTT PECK

Ao buscar a conceituação sobre o significado de exploração sexual de crianças e adolescentes, reafirmamos que se trata de um conceito historicamente construído e que o papel desempenhado nesta pesquisa é, a partir da realidade, potencializar a crítica necessária. O mundo real, por sua complexidade e riqueza exige um processo permanente de colocar em questionamento a teoria existente. Minayo (2010. P. 177) instiga que o processo de desconstrução e reconstrução ocorre em bases materiais e simbólicas datadas, ou seja, os conceitos devem ser “analisados em sua origem e percurso de forma crítica”.

Considerando a dialeticidade da pesquisa qualitativa, seu objeto é colocar em evidência a realidade e suas múltiplas contradições, pode-se ancorar no pensamento de Horkheimer (1972. P. 219) a orientação que conceitos certos não existem e, é intrínseco à teoria crítica, defini-los a partir de um compromisso emancipatório que “reclama pela transformação global da sociedade”.

Gadamer (1999) afirma que o sentido de um texto sempre supera o seu autor e buscar a compreensão de um conceito é duca ist-lo primeiramente como preconceito, colocando-o sob suspeição. A compreensão parte da alteridade diante de um conceito dado (portanto, preconceito) e “começa aí onde algo nos interpela [...] (e) de suspender por completo os próprios preconceitos. Porém, a suspensão de todo juízo e de todo preconceito, visto logicamente, tem a estrutura da *pergunta*.” (GADAMER, 1999. P. 448).

Nas políticas sociais, por influência da epidemiologia em saúde, há a cultura de se buscar respostas a partir da ocorrência de agravos, ou seja, a realidade é conhecida a partir dos “problemas” e não propriamente pela reafirmação de direitos. Nesta pesquisa,

entre a discussão do que consideramos exploração e o que consideramos direitos sexuais, a tendência primeira é conceitualizar a exploração sexual. No entanto, há que se considerar, do ponto de vista de uma pesquisa que reafirma a garantia dos direitos humanos que a pergunta inicial deve ser: **o que consideramos a garantia de direitos de crianças e adolescentes, nela incluídos os direitos sexuais?**

Consideramos que os direitos sexuais se inserem no contexto dos direitos humanos e são balizadores de uma infância saudável, livre de discriminações tanto do ponto de vista das crianças, como na educação destas no relacionamento com as demais pessoas. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no seu artigo 3º temos que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990)

Os direitos sexuais, portanto, estão garantidos como sendo intrínsecos a todos os direitos e, a garantia deles, ocorre com responsabilidade compartilhada da família, comunidade, sociedade e governo. Além disso, como inscreve o Art. 5º. Da mesma Lei, a criança deverá ser livre de quaisquer formas de violação de direitos como “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (BRASIL, 1990)

A sexualidade como um dos universos da vida humana que se processa como aprendizado e se manifesta em diferentes fases da vida, precisa ter garantida a sua vivência como criança e adolescente, exatamente nos mesmos preceitos do ECA, ou seja, sujeitos de direitos e pessoa em desenvolvimento. Portanto, negligência das políticas públicas e da família em informações e proteção; discriminação por orientação sexual e identidade de gênero ou por gravidez; violências de gênero e geração no que se refere à erotização precoce; opressão religiosa e não acesso às informações seguras e livres de preconceito, como também a crueldade do abuso sexual e da exploração no mercado sexual, constituem parte do que poderíamos descrever como violação dos direitos sexuais.

Nogueira Neto (2009) ao discutir os significados dos 19 anos do ECA no Brasil afirma que, de forma geral, a atuação das políticas públicas pendulam entre dois extremos: a) a proteção integral com o significado de desconsideração da criança e do

adolescente como pessoa, ou seja, com direitos emancipatórios e, portanto, tutela-a em nome da proteção e viola exatamente os direitos fundamentais; b) de outro lado, de forma também irresponsável, jogam meninos e meninas ao seu próprio processo educativo, retirando-se do papel educador dos adultos, família, comunidade, sociedade em geral e Estado. O discurso de garantia da autonomia é, na verdade, uma fachada para a não realização dos processos educativos com aqueles grupos sociais resistentes à ideologia dominante. Em ambas as posturas, a violação de direitos é a regra.

Há que se considerar que a sociedade vive uma intensa contradição no que se refere à sexualidade das crianças e dos adolescentes. Como afirma Neckel (2003), as crianças sempre participaram do mundo adulto no interior das famílias, até o século XVII e isso significava também a participação nas brincadeiras e jogos sexuais. A tentativa de dessexualizar as crianças e quaisquer atividades serem consideradas impróprias têm a ver com o “alvo de controle por parte das autoridades médicas, religiosas e jurídicas.” (NECKEL, 2003, p. 59)

No mundo capitalista as contradições são acentuadas, pois crianças e adultos são transformadas em consumidores. Ao mesmo tempo em que o discurso é da proteção de direitos, são utilizadas na sedução para o consumo de adultos como também são estimulados a consumir¹⁰. A transformação dos direitos sociais em direitos de consumo é uma das regras necessárias à manutenção do modelo de des-envolvimento imposto pela mundialização do capital, sendo que a avaliação da garantia de direitos pauta-se na capacidade de consumo de indivíduos, desconsiderando as necessidades coletivas. No caso da infância, por exemplo, o acesso ao celular torna-se vital para avaliação de acesso aos direitos em detrimento de bens como educação emancipadora. Neckel (2003) afirma que ao mesmo tempo, a criança é transformada em consumidora, veículo de consumo e “objeto a ser apreciado, desejado, exaltado, numa espécie de ‘pedofilização’ generalizada da sociedade.” (NECKEL, 2003, p. 56)

As relações de poder econômico, político e ideológico, conformam a base material e simbólica dos territórios que, na dialética sociohistórica reconhece o tensionamento nas suas formas de resistência e dominação. No caso dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, é a visão machista e adultocêntrica que se manifestam de

¹⁰ Vide as propagandas dirigidas às crianças, ou seja, para que elas reivindiquem marcas e produtos desde alimentos, roupas e lugares como também as propagandas que utilizam as crianças como seduzindo adultos para o consumo, incluindo aí, carros, bebidas, alimentos e roupas. Assim as crianças são consumidoras ou instrumentos para influenciar adultos ao consumo. Em grande parte das propagandas as crianças tornam-se sedutoras de uma forma mais geral e, em alguns casos, de forma erotizadas na sedução de adultos para diferentes consumos.

forma a dar visibilidade aos valores hegemônicos dos territórios. Corroborando com Nogueira Neto (2009), há uma tendência de restrição teórico-conceitual e de ação política preponderante maniqueísta, ou seja, para cada situação de violência sexual, por exemplo, encontra-se apenas um abusado ou um abusador. A culpabilização ocorre de forma unilateral com mera atuação penal (quando ocorre, pois também a impunidade – perpetrada na histórica divisão de classe e raça - impera nesta temática) ou, quando muito, psiquiatrizada e demonizada, “livrando” a própria sociedade de um pensamento contextual complexificado e espia sua responsabilidade.

Nesta linha de pensamento conceitualizar a exploração sexual exige não somente o esforço de levantar os autores, sobretudo de compreender o que foram discutindo até então. Já se sabe por diferentes fontes que a exploração sexual é, por vezes, encontrada como abuso, prostituição infantil e até pedofilia. Não são meras palavras, mas o movimento das forças sociais traduzidas, inclusive nas ciências, que vão dando o tom e que é preciso um esforço de desvelamento.

No caso da pedofilia, esta se infiltra e expande nas discussões a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito denominada “Pedofilia”¹¹, cujo relatório apresentado em 2010, não somente manteve o seu título como desconsiderou as recomendações feitas pelo Comitê Nacional de Enfretamento da Violência Sexual e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA no que se referiu ao nome e ao crime que se estava investigando. Tal CPI além de arregimentar forças religiosas conservadoras em relação aos direitos sexuais de crianças e adolescentes, carimbou a pedofilia como sinônimo de violência sexual e, na sequência todos que cometeram a violência sexual como pedófilos. O uso impróprio e estendido das expressões pedofilia e pedófilo desconsidera que a primeira é uma parafilia relacionada à perversão sexual e que esta ocorre em número infimamente pequeno em relação a todas as situações de abuso e exploração sexual. Esta nomenclatura, portanto, desvia a discussão de suas verdadeiras raízes, ou seja, as assimetrias de poder econômico, machista, adulto e etnocêntrico.

Reafirmando os direitos sexuais de crianças e adolescentes como direitos humanos é preciso considerar que não é possível fazer um retorno a uma história escrita hegemonicamente pelo pensamento judaico-cristão que linearmente considerou o

¹¹ A Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, Criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005-CN, teve como objetivo investigar e apurar a utilização da Internet para a prática de crimes de ‘pedofilia’, bem como a relação desses crimes com o crime organizado” e funcionou entre os anos de 2008-2010

passado como sendo a infância ingênua, terna e destituída de sexualidade¹². Mais que isso, é preciso registrar que a sexualidade na infância esteve datada por diversos pensamentos baseados nas práticas sexuais existentes em cada particularidade sociohistórica. Isso também significa reconhecer que “as representações sobre sexualidade, corpo e gênero veiculada em especial pela mídia tem subjetivado não só adultos, homens e mulheres, mas também tem trabalhado minuciosamente para formação das identidades infantis e juvenis nos nossos dias.” (NECKEL, 2003, p. 64)

Internacionalmente, a World Association for Sexology (WAS), aprovou em seu XV Congresso Mundial, em 1999, realizado em Hong Kong, China, a Declaração Universal dos Direitos Sexuais que passaram a ser assim registrados:

1. O Direito à Liberdade Sexual: A liberdade sexual diz respeito à possibilidade dos indivíduos em expressar seu potencial sexual. No entanto, aqui se excluem todas as formas de coerção, exploração e abuso de qualquer época ou situações de vida.

2. O Direito à Autonomia, Integridade Sexual e à Segurança do Corpo Sexual: Este direito envolve a habilidade de uma pessoa em tomar decisões autônomas sobre a própria vida sexual num contexto de ética pessoal e social. Também inclui o controle e prazer de nossos corpos livres de tortura, mutilação e violência de qualquer tipo.

3. O Direito à Privacidade Sexual: o direito às decisões individuais e aos comportamentos sobre intimidade desde que não interfiram nos direitos sexuais dos outros.

4. O Direito à Liberdade Sexual: liberdade de todas as formas de discriminação, independentemente do sexo, gênero, orientação sexual, idade, raça, classe social, religião, deficiências mentais ou físicas.

5. O Direito ao Prazer Sexual: prazer sexual, incluindo autoerotismo, é uma fonte de bem estar físico, psicológico, intelectual e espiritual.

6. O Direito à Expressão Sexual: a expressão sexual é mais que um prazer erótico ou atos sexuais. Cada indivíduo tem o direito de expressar a sexualidade através da comunicação, toques, expressão emocional e amor.

7. O Direito à Livre Associação Sexual: significa a possibilidade de casamento ou não, ao divórcio, e ao estabelecimento de outros tipos de associações sexuais responsáveis.

8. O Direito às Escolhas Reprodutivas Livres e Responsáveis: é o direito em decidir ter ou não ter filhos, o número e o tempo entre cada um, e o direito total aso métodos de regulação da fertilidade.

9. O Direito à Informação baseada no Conhecimento Científico: A informação sexual deve ser gerada através de um processo científico e ético e disseminado em formas apropriadas e a todos os níveis sociais.

¹² Registre-se que nas imagens disponibilizadas reforçadas a partir de valores religiosos católicos, as crianças são representadas como anjos, ou seja, destituídas de identidade de gênero, sem sexo definido e, geralmente, louros.

10. O Direito à Educação Sexual Compreensiva: este é um processo que dura a vida toda, desde o nascimento, pela vida afora e deveria envolver todas as instituições sociais.

11. O Direito à Saúde Sexual: o cuidado com a saúde sexual deveria estar disponível para a prevenção e tratamento de todos os problemas sexuais, preocupações e desordens (WAS,1999).

Reconhecendo os direitos sexuais de crianças e adolescente, é necessário considerar que a violação destes, em muitas situações está vinculada ao trabalho, ou seja, a sexualidade é disponibilizada a serviço de outrem. Internacionalmente a Convenção 182 de 1999 da OIT¹³, vai considerar a exploração sexual de crianças e adolescentes como uma das piores formas de trabalho infantil.

No artigo 3º da referida Convenção, explicita-se que as piores formas de trabalho infantil ocorrem na forma de escravidão ou análoga à escravidão, servidão, trabalho forçado (inclusive conflitos armados), utilização na pornografia e prostituição, atividades ilícitas, produção e tráfico de entorpecentes, sobretudo “o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças.” (BRASIL, 2000, p. 3)

Pensar a partir do trabalho é pensar as contradições do mundo do trabalho que podem trazer desgastes diversos, mas também podem ser a centralidade do viver, a identidade do ser social. Na história, o senso comum foi ditando o trabalho significa aquele que tem preço, ou seja, produz um salário. O mundo do trabalho reprodutivo, particularmente aquele executado pelas mulheres no âmbito doméstico, que tem valor mas não é apreçado, este geralmente é desconsiderado no mundo do trabalho. (SCANDOLA, 2012)

No caso do mercado sexual, o trabalho reprodutivo é desconsiderado pois desloca-se a discussão unicamente para a violência, sem considerar a centralidade do trabalho. Como o consumo no mercado sexual está centrado no trabalho de outrem, considerar a violação de direitos sem ligar esta ao trabalho é despossuir os trabalhadores deste mercado da capacidade de trabalhar.

Na sociedade de consumo, incluindo aqui o mercado sexual, esta está pautada pelo consumo individual e a ascensão social é dada pela capacidade de consumir. O atributo de consumir (tanto para quem procura o mercado ou para quem trabalha nele) está na capacidade de uma busca de consumo seja para reprodução da força de trabalho,

¹³ Esta Convenção foi promulgada em 12/09/2000, por meio do Decreto 3597.

seja para sua manutenção própria. Assim, o desejo de consumo é uma forma alienada de prazer quando este não é compreendido dentro da sociedade de consumo.

Para Scandola (2012, p. 4) a ideia de discutir prostituição e exploração sexual a partir da ótica do trabalho é reconhecer como premissa, que tem sido feita pouca coisa no campo de conhecimento e de atenção das políticas públicas. E acrescenta que o trabalho sexual como o uso do corpo sexuado e criativo incomoda a nós todas/os, posto que restitui às pessoas a existência da sexualidade. Isso significa também forçar o repensar do senso comum e dos pré-conceitos a respeito do mercado sexual, dos significados de honra, honestidade e os papéis sexuais que envolvem a nossa cultura.

A questão não está em incluir ou excluir os conceitos de exploração sexual que envolve crianças e adolescentes, mas, considerar os vários contextos e transformações dos quais participam¹⁴. Torna-se importante compreender a realidade como um todo, as assimetrias de poder e as situações particulares que vulnerabilizam e/ou potencializam as violações dos direitos humanos a partir das violações dos direitos sexuais.

FALEIROS (*apud* CASTANHA, 2008) afirma que há estudiosos que negam o caráter de trabalho às atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no mercado do sexo. No entanto, a pesquisadora diz que é importante distinguir no mercado do sexo os trabalhadores adultos, os adolescentes e as crianças. “Enquanto os adultos reivindicam o *status* de profissionais do sexo, as crianças e adolescentes são trabalhadores infanto-juvenis, pobres, excluídos, abusados e explorados”. Ressalta ainda que o mercado do sexo é um mercado de trabalho, sendo uma alternativa de trabalho para adolescentes e crianças excluídos das políticas sociais e que têm violados seus direitos fundamentais previstos no ECA.

Diante do exposto, **“o que é exploração sexual de crianças e adolescentes?”**

Na busca de situar conceitualmente a exploração sexual, Santos (2007) critica o uso genérico dessa expressão, que, muitas vezes, é tomada como sinônimo de prostituição. O autor considera exploração sexual somente a prática involuntária da prostituição, quando há a figura do agenciador. Segundo ele, esse conceito estrito funciona como uma estratégia de superação do tratamento moralizante comumente

¹⁴ A autora identifica diferentes formas de organização presentes no mercado sexual: casas tradicionais, comércio pela internet individualizado, turismo com trabalho sexual agregado, boates e wiskerías, casas de massagem, agências, repúblicas, prostituição de rua e rituais religiosos. Para cada tipo de organização, há que se considerar as diferentes autonomias e vulnerabilidades.

conferido à prostituição e como uma forma de salientar o protagonismo de crianças e adolescentes em situação de prostituição. Para o autor, a equivalência entre ESCA e “prostituição infanto-juvenil” corresponde a uma visão moralizante que rejeita o direito de adolescentes de exercerem o trabalho sexual, ou seja, toda “prostituição infanto-juvenil” passa a ser proibida como se fosse sempre exploração sexual.

Faleiros¹⁵, diferentemente de Santos, inclui no conceito de exploração sexual o trabalho sexual autônomo. Conforme ela, “na exploração sexual do mercado do sexo, os trabalhadores são submetidos a dois contratos: o sexual (com os clientes) e o de trabalho (na maioria das vezes informal) com os empregadores”. Segundo essa concepção, no contrato sexual, o cliente explora o serviço e, no contrato de trabalho, o empregador explora a força de trabalho.

A questão não está apenas em incluir ou excluir a modalidade “trabalho sexual autônomo” no e do conceito de exploração sexual. Mais que isso, é preciso considerar, no conceito, cruzamentos de aspectos diversos – essa consideração é necessária para que seja possível a percepção das violações de direitos humanos sexuais em meio às transformações dos contextos dos quais participam as crianças e os adolescentes. Esses aspectos são: a produção constante e paulatina de pensamentos a partir das alterações da realidade material, o desenvolvimento da sexualidade e as situações que vulnerabilizam as potencialidades de crianças e adolescentes provocadas pelas alterações dos meios em que vivem.

A atenção dirigida às múltiplas dimensões em que está inserida a ESCA (econômica, histórica, cultural, social) nos faz compreendê-la como camadas indissociáveis que se movimentam das totalidades para as particularidades e vice-versa. Para Libório (2007) a violência sexual está inserida no conjunto das demais violências e as identifica como:

[...] a violência estrutural (em cujo interior encontramos a exclusão social, a influência da globalização e da imposição das leis de mercado), a violência social (expressa nas dimensões de gênero, raça/etnia e geracional), a violência interpessoal (presente nas relações interpessoais, tanto intra como extrafamiliares), aspectos psicológicos (a construção da identidade e o processo de vulnerabilização), sendo entendidos dentro do contexto da adolescência/violência e violação de direitos (LIBÓRIO, 2007, p. 26).

A compreensão que a violência ocorre simultaneamente em diferentes âmbitos não significa minimizar a importância da prática sexual com criança e adolescente,

¹⁵ Em apresentação no Simpósio “Pesquisa, Extensão e o Enfrentamento da Exploração Sexual”, realizado em Goiânia nos dias 20 e 21 de agosto de 2009.

independentemente de ser autônoma ou agenciada e compreendê-la como impactante no seu processo formativo como ser social. A relação não se estabelece, nesta linha de pensamento, apenas interpessoalmente. Ou seja, mesmo que não haja a exploração visível - o contrato e a execução do trabalho sexual, há que se considerar que as demais dimensões da violência vão incorrer em aprendizados de violência e/ou cuidado para os infantes.

Scandola (2012) afirma que além dos âmbitos acima explicitados, há a violência institucional que se estabelece entre as diversas violações e a ação das políticas públicas, especialmente no que se refere ao descumprimento do Art. 5º. Do ECA, ou seja, por negligência, discriminação e opressão, na medida em que não garantem os direitos sexuais de crianças e adolescentes. Ainda conforme a autora, as dimensões da violência colaboram entre si para a manutenção e aprofundamento da violação de direitos:

[...] percebemos a indissociabilidade, a simultaneidade e potencialização entre estas. Ou seja, sedimentam a “normalidade” da realidade vivenciada e ainda aprofundam a assimetria entre a violação de direitos (a partir da ordem estabelecida) e a garantia de direitos (que significaria uma nova ordem econômica, social, cultural, institucional e interpessoal) (SCANDOLA, 2012, p. 7).

Há situações registradas em campo em que meninas e meninos não recebem explicitamente pagamento material pelo ato sexual. Tais situações, no entanto, não podem ser entendidas como abuso sexual. Trata-se de uma violação sexual que não é somente abuso, mas sem a ocorrência de uma transação comercial explícita, própria da ESCA. Nesses casos, percebeu-se que a relação de troca era de outra ordem: a “recompensa” pela prática sexual correspondia à provocação pelo autor de situações de consumo ou de possibilidades de consumo excepcionais (lazer, viagens, vestuário e alimentação) ao cotidiano das meninas com os direitos violados, o que suscita uma ilusão de *status* e de ganho, ou seja, trata-se de um pagamento simbólico.

Deve-se dizer que essas duas dimensões – material e simbólica – ajudam a compreender a complexidade da ESCA para além da criança e do adolescente. Bourdieu (2005) afirma que no espaço social capitalista, pessoas e grupos se distanciam e se aproximam conforme seus capitais materiais e simbólicos. A ascensão no espaço social decorre do acumulado desses capitais. Para o agenciador, a ESCA representa, sobretudo, ganho de capital material, senão vejamos: ao homem em situação de cliente, principalmente, elevação de capital simbólico (será bem visto como *o homem, o macho,*

em um contexto machista e adultocêntrico); intermediadores diversos (donos de bares, de hotéis, taxistas, trabalhadores sexuais, familiares, etc.) ganho material, sobretudo; e à criança e ao adolescente, como visto, retornos material (dinheiro, “presentes”) e simbólico (elevação à posição de mulher adulta, valorização da homossexualidade ou travestilidade, condição de autonomia e liberdade). É importante salientar que essas “elevações de *status*” ocorrem numa estruturação social capitalista e atendem às necessidades criadas por esse sistema.

As violações de direitos não nascem, simplesmente, das vontades das pessoas. As vontades e desejos são alimentados pelo contexto material – neste caso, marcado por relações que se estabelecem com o sistema capitalista (que não está restrito à dimensão econômica, mas abarca as demais dimensões: sociais, culturais, políticas, etc.). É, assim, necessário observar a presença do capital e as características dos territórios particulares para se compreender a ESCA.

Essas considerações permitem traçar o posicionamento conceitual de ESCA que, em diferentes estudos realizados no âmbito do COMCEX-MS foram tomando formas não somente de aprendizado, mas de concepção política. A exploração sexual de crianças e adolescentes se constitui como uma violação dos direitos humanos sexuais agravada pelas condições materiais e pelos pensamentos construídos num determinado território e manifestada, de modo imediato, na prática sexual, intermediada ou não, entre alguém com algum poder de compra (material e/ou simbólico) e a criança ou adolescente, tornada mercadoria. O poder de compra material pode ser dinheiro ou produtos diversos; e o poder de compra simbólico é, por exemplo, a ilusão de consumo, de liberdade e de vida melhor sem que haja algum tipo de pagamento material.

Nas pesquisas “Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul” (COMCEX-MS/IBISS-CO, 2010), e “Exploração sexual de meninas e meninos brasileiros da fronteira Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul” (COMCEX-MS/IBISS-CO, 2011) o conceito construído foi:

“Exploração sexual de crianças e adolescentes diz respeito aos relacionamentos sexuais, nos quais se estabelece algum tipo de poder de um indivíduo adulto sobre a criança ou adolescente, podendo existir ou não, intermediação para a prática sexual e podendo o pagamento ser material e/ou simbólico”

Scandola (2012), aprofundando a responsabilidade das organizações empresariais na violação de direitos de crianças e adolescentes, pauta o conceito como

exploração sexual de crianças e adolescentes diz respeito à utilização da sexualidade infanto-juvenil na qual se estabelece algum tipo de poder de um indivíduo adulto, de um grupo ou mesmo de uma organização, podendo existir, ou não, intermediação para as práticas sexuais e podendo o pagamento ser material e/ou simbólico, visando a satisfação sexual de si ou de outrem.

A autora ainda afirma que a exploração sexual serve ao mercado sexual como cadeia produtiva própria e às demais cadeias produtivas como os grandes empreendimentos do agronegócio, ao turismo, à siderurgia, ou seja, ao modo de produção capitalista que está organizado em cada território. Isso necessita compreender que a exploração sexual não é de responsabilidade somente individual, sobretudo dos grupos, organizações e do próprio Estado que se coloca ausente no enfrentamento real desta fratura social (SCANDOLA, 2012).

A exploração sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) deve ser situada dentro das dimensões social, étnica, histórica, cultural, política e econômica que a constitui e, portanto, existente pela negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, de indivíduos, famílias, grupos, organizações e do Estado. A sua manifestação se dá pelo trabalho de crianças e adolescentes cuja sexualidade é utilizada para a inserção no mercado sexual, em suas diferentes formas de organização, no qual, o pagamento pode ser financeiro e/ou material e/ou simbólico, associados ou não.

5 ANÁLISE DOS DISCURSOS

*Estranhem o que não for estranho.
Tomem por inexplicável o habitual.
Sintam-se perplexos ante o cotidiano.
Tratem de achar um remédio para o abuso
Mas não se esqueçam de que o abuso é sempre a regra.*

(Bertold Brecht, 1898-1956).

O discurso está na base da produção da existência humana que, segundo Orlandi (2002), este é um objeto sociohistórico que só faz sentido se dimensionado no tempo e no espaço, e produz o próprio sentido da existência humana. Para a autora, “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2002, p. 30).

Essa conjuntura sociohistórica a que se refere a autora constitui-se como as condições de produção do discurso, reunindo os sujeitos e a situação, seja ela o contexto imediato ou um contexto em sentido mais amplo (histórico, econômico, social e ideológico). Em outras palavras, a pessoa discursiva a partir da posição histórica e ideológica em que se encontra. Desta forma, conforme Orlandi (2002), o contexto é um elemento que, ao influenciar as condições de produção, reflete-se no discurso tornando-se também peça-chave na construção de sentidos e significados.

Os discursos são formados, ainda, por outros discursos, em uma relação dialógica. Segundo Maingueneau (2002), o discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho.

Partindo desses pressupostos teóricos, os discursos analisados neste estudo são vistos como prática social, fruto de formações ideológicas e sociais dos sujeitos e influenciados pelo contexto sociohistórico em que foram produzidos. Além do mais, em se considerando que as representações e o imaginário sobre a exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes é resultado simbólico das práticas e pensamentos da sociedade. Os discursos aqui analisados são a materialização desse imaginário.

A organização dos discursos do sujeito coletivo permitiu encontrar 5 (cinco) Eixos temáticos e neles 32 (trinta e duas) Ideias Centrais – IC’s e nestas 68 (sessenta e Oito) Discursos – DSC’s. Para melhor evidenciar os resultados da pesquisa optamos por apresentar todos os discursos, as ideias centrais em cada eixo e realizar a análise a partir destes.

5.1 EIXO I: EXISTÊNCIA OU NÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL E VÍNCULO COM A BR-163

5.1.1 Ideia Central 1: A exploração sexual existe e é de fácil percepção

DSC1: “Aqui virou um centro de prostituição há muitos anos, mas a gente sabe que não é só aqui. Tem os postos de gasolina onde os caminhoneiros param pra dormir. O que eu percebo nas visitas que eu faço às boates, são crianças que você vê ali dentro. Só que como é durante o dia, não existe nada que impeça”.

DSC2: “Na época de safra é que aumenta a quantidade de prostitutas na cidade. Eu acho que por conta da usina. Está somando tudo: a facilidade da rodovia mais a usina. Tem a questão da soja, então tem um fluxo de caminhão bem constante na BR. Aqui também é um município turístico e eles vêm procurando as meninas pra exploração. Aonde você vê um barzinho, você pode saber que ali é barzinho que tem. E tem muito. Lá, o foco de prostituição é muito grande. Tem muito na véspera de pagamento. Tem o pessoal do turismo também, que vem tudo pra cá. Não tenho noção, mas são muitas, mais de cem, de duzentas...”

DSC3: “Possível que seja maior esse número. Muitos vêm pra cá como indigência, maus-tratos, inadequação de convivência familiar e depois a gente diagnostica como sendo exploração.”

5.1.2 Ideia Central 2: A exploração sexual existe, mas é pouco

DSC1: “Tem, tem. (é) Pequena, mas tem. Um quantitativo em função a essa ida e volta das caronas. Hoje em dia eu vejo que diminui bastante. Não é tão simples assim, a cidade assumir que tem problemas, né? É colocada uma máscara pra proteger a imagem do município. Algumas situações são maquiadas pra poder dizer: não, isso não acontece lá. Pra nós aparece bem pouco a questão dos meninos, mas existe. Eu acho que a exploração sexual de meninos na nossa cidade é pequena até por causa do preconceito em relação a homens.”

DSC2: “Na BR quase que a gente não tem caso, geralmente são pessoas mais adulta. A Polícia Federal pegou aqui nuns bares perto da BR, mas aqui não tem nada (de adolescentes)”. A gente não sabe se fica animado com isso porque realmente não tem

ou se é camuflado de alguma forma. Carona é até mais difícil porque há um deslocamento de um lugar pro outro muito rápido”.

5.1.3 Ideia Central 3: A relação da exploração sexual com a BR existe, mas é relativa

DSC1: “Um fator que eu penso ser interessante pra falar da questão da BR é que aqui na nossa região é agropecuária, é agricultura, então tem um fluxo de caminhões, de caminhoneiros. E essas meninas têm conhecimento desse fluxo. Existe uma ligação muito grande em termos de BR-163. Isso é fato! É coisa confirmada. Tem de menor trabalhando na BR. Pega carona com caminhoneiros e saem de um município para o outro e daí se prostituem durante essa trajetória. Elas ficam passeando o dia inteiro, na prostituição. E ali vai fazendo a vida, desse jeito. Eles chegam, vem de outros lugares e vão movimentando. E vai. (Os meninos) esses que estão se prostituindo são mais velhos, de 13, 14, 15. Estão envolvidos com a BR. Principalmente nos bairros mais próximos dos postos fica uma maneira mais fácil delas irem pra vida, tem um movimento muito grande. Aqui é a rota, por estar bem dentro da BR tem fácil acesso. É porta de entrada de tudo. Esse é um trajeto que corta norte-sul de transporte de cargas. É muita passagem. Ninguém para e permanece, ou passa uma noite, é muito raro o caminhão que encosta. Tem um fluxo de caminhão bem constante na BR”.

DSC2: “A BR colabora, mas não é a causadora, tirando ela não vai resolver o problema, amenizaria, mas não resolve o problema. Eu acho assim: a BR foi uma coisa que veio depois. Entendeu? Começou com o turismo. Eu acredito que não só na extensão da BR. Na avenida aqui também tem bastante e mais os ranchos que estão na beira da BR. Tem aqui na cidade, retirado. Tem rancho pra tudo quanto é lugar. Aqui é privilegiado de todas as formas: na beira do rio, na beira da estrada”.

5.1.4 Ideia Central 4: A exploração sexual não existe

DSC1: “Mas quele movimento assim de prostituição, que a gente vê na televisão que tem assim em lugares maiores, nas paradas de caminhões, de movimento de mocinhas, de mulheres, aqui assim eu não vi. E você vê essa característica, vê mais como carona. Pode até ser....”

A existência da exploração sexual na totalidade do território que foi pesquisado reflete o pensamento da presença histórica, permanente e pré-existente do mercado sexual, sem necessariamente estar vinculado à presença da BR ou, quando a relaciona, relativiza. Quando os DSC's que relacionam a exploração sexual com a BR-163, estes apresentam-se em duas direções, uma que se refere à carona e o aumento desta na sazonalidade do transporte de bens agrícolas e outra que desfoca a BR-163 em favor de aspectos socioculturais, preexistentes ou de outras cadeias produtivas, ou seja, a BR é um dos elementos constitutivos da exploração sexual nesse território.

O vínculo pode acontecer com mercado sexual já tradicional, com aqueles instalados para atender a outras cadeias produtivas, como o turismo e o próprio setor sucroalcooleiro. Esses discursos concebem que a exploração sexual ocorre com adolescentes que também estão em trânsito, “soltos”, advindos de problemas familiares, originários de outras localidades.

Quando os discursos admitem a existência, também o fazem dizendo que o número é pequeno e que vem diminuindo, seja porque estão de passagem, pelo preconceito contra os meninos que “fazem programa” ou porque as situações são camufladas e não chegam até a Rede de Garantia de Direitos.

O discurso da negação, relativização, existência histórica e a presença da BR é o conteúdo dos diversos discursos do EIXO “existência ou não da exploração sexual e vínculo com a BR-163”. Segundo os integrantes da rede há contradições sobre a existência dessa problemática, também apresentando roupagens de incredulidade da existência de casos de exploração sexual nos moldes representados muitas vezes pela mídia ou pela literatura.

O *sujeito-coletivo* justifica sua crença na não existência de casos comparando com o que considera “prostituição” com base em representações sociais sobre essa prática, ou seja, que são mulheres adultas, vestidas de maneira escandalosa, paradas em postos de combustíveis, avenidas e rodovias, oferecendo-se aos clientes. Dessa forma, ao analisar a presença de adolescentes, principalmente meninas, em rodovias e postos de combustíveis ao longo da BR-163, o sujeito considera apenas como uma carona e não como um possível serviço sexual comercializado. No entanto, no processo de relativização o *sujeito-coletivo* reflete que a carona “pode até ser” exploração sexual.

Essa reflexão leva o discurso a deslocar-se, ou seja, saindo da negação completa para a concordância geral da existência da exploração sexual, sendo que, quando afirma sua existência, ou a considera como sempre existente ou relativiza a sua relação com a movimentação ocorrida na BR-163.

5.2 EIXO 2: DINÂMICA DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

5.2.1 Ideia central 1: As crianças e adolescentes são de fora e/ou estão transitando

DSC1: “A maioria das adolescentes não é daqui do município. Não. Não. (concordam alguns). Não tem caso daqui, são pessoas de fora, que passa pelo município e circula. São flutuantes. Essa migração de adolescentes, aspas, profissionais. Você vê menininha nova, de duas assim. Menininha que você não dava 15, 16 anos pra elas. As meninas menores pegam carona aqui pra ir lá. Você acredita? Elas saem daquele posto ali e vão direto pra lá. Eu trabalhava no posto em frente ao frigorífico e acontecia muito isso: as meninas pegavam um caminhoneiro aqui e iam até no posto. Dali já desciam de um caminhoneiro, iam no banheiro, faziam alguma coisa lá no pátio, já montavam em outro, e daí ficava o dia inteiro nesse vai e volta até chegar de noite e voltar pra casa. Essa BR- 163 realmente corta aqui. Ela favorece os traslados de muitas adolescentes das cidades vizinhas. É um dinheiro fácil, então é uma luta constante. Tem os postos de combustíveis”.

DSC2: “A observação que eu tive das crianças que ficam na BR ali, é assim: elas pegam carona até certo ponto, né, faz programa com o cara, depois volta com outro caminhão e desce no mesmo ponto. É de 15 anos, tem menina de 12. Vem meninas de fora também, de outros estados, fica dois, três dias.

5.2.2 Ideia Central 2: O envolvimento de crianças e adolescentes no mercado sexual ocorre por necessidades financeiras e emocionais.

DSC1: “Nós temos casos no CREAS de meninas que fazem sexo oral em velhos por dois reais, por uma bala. E tem os gays, principalmente os homossexuais que se descobrem agora. Aqui tem um monte” Essas meninas também costumam ficar com senhores de idade, aposentados, pra fazer sabe o quê? Uma boa chupetinha né? Por que? Porque a má situação que eles vivem lá é financeiramente. A maioria é pra comprar bebida pro pai e outras já são pra se alimentar...”.

DSC2: “Elas falam assim: o que eu ganho numa noite, tenho que trabalhar um mês pra ganhar numa casa como empregada doméstica. Em uma alta temporada (turismo ou colheita) ganha-se quatro mil por mês e em baixa ganha-se mil reais por mês e elas têm essa noção. De que é fácil pegar uma carona, já faz um programa, já tem um dinheiro. Elas sabem que estão se prostituindo. Ela sabe que é época de circulação de pagamento dos peões. Quando o pagamento sai na quinta ou na sexta, final de semana, Deus me livre! Isso aqui frita...”.

DSC3: “Elas acham que é apenas um namoro mais moderno. Na verdade elas ganham alguma coisa em troca. As meninas fazem sexo a procura de amor, em busca de afeto. Tudo carente. É uma forma de ter contato com outra pessoa, ela não tem esse carinho ela não tem esse contato físico com o outro. O presente as vezes é duca ist reais, um lanche, um passeio, um cheeseburger. É a vontade. Ela sai pro rancho, fica lá não sei com quantos caras, bebendo, se drogando, fazendo inúmeras coisas. E é uma festa pra elas. É uma rede que as namoradas levam as amigas. A prostituição é aquela mulher

que cobra lá 50, 100, 150 reais e que trabalha lá num prostíbulo. Elas não são prostitutas”

DSC4: “Elas já ficam ali porque o caminhoneiro vai se interessar e vai parar pra comprar o doce, e já para e já dá aquela cantadinha.”

5.2.3 Ideia Central 3: Há diferentes intensidades de organização no mercado sexual

DSC1: “Se for ver quantas boates a gente tem cadastrado. Às vezes nesses bares já existe sim um lugar pra... pra.. existe sim. As meninas que vão até lá precisam usar roupas curtas pra atrair os homens e ali acontece o contrato e eles vão pra outros lugares. Até mesmo pro próprio quarto do trabalhador rural. A gente viu meninas beijando os caras, mas a dona [da boate] bateu o pé e disse que não era lugar. As meninas menores, principalmente as que estão no bairro ali, o que tem de menor ali com homem casado, porque eu presenciei não foi só uma vez não, foram várias vezes. Você chega assim, às 2, 3 horas da manhã, meia noite, pega um carro e desce lá pro (bairro) o que você de menor... “.

DSC2: “Não tem assim uma pessoa voltada para a exploração sexual, visando o lucro, uma pessoa forte por trás, nada. São coisas assim, momentâneas, pequenas. Uma pessoa aqui, leva uma, outra leva duas e vai indo. Eu diria que não há uma rede, eu diria que há cabra safado e sem vergonha, cada um num interesse em particular. Tem casos de falsificação de documentos. Elas falsificam à beira dos 18, assim com 17, 16. Então às vezes as meninas passam pela casa, faz o trabalho, e eles nem sabem se é maior ou não né. Elas já vêm aliciadas de outros lugares. Tem alguém atrás. Não é sozinha que elas fazem”.

DSC3: “lá é o ponto, o ponto da BR 163 mais forte de prostituição, que tem mais profissionais do sexo”.

5.2.4 Ideia Central 4: Na exploração sexual há diferentes tipos de aliciamento

DSC1: “Ih... Oh... Se for ver, essa é a cidade mais forte de prostituição. Se você contar quantas putas, desculpa, perdão pela palavra, quantas putas têm no posto. Geralmente, tipo assim, lá mesmo, onde a gente foi fazer, é uma biba que arrumou uma guria que é maior, que arrumou a sobrinha, que tem 11 anos. Ou a pessoa oferece. Tem casos aqui que a mãe que alicia as filhas pra prostituição.

DSC2: “A profissional do sexo mesmo, à vezes vai indicar: ‘você não quer, não gostou de mim, mas tem uma bonitinha, novinha, de 15’; ‘ah...quanto eu vou ganhar?’. Geralmente é ligação... Elas só vão pra avenida agora. Tanto que tem uma de 13 anos que está grávida que faz programa desde os 10 anos. Teve um caso também que veio pra cá que a mãe né, a mãe cria as filhas, também são menores, uma de 13, agora tem 14 né? E a mãe alicia as filhas e as amigas né. Tem muitos meninos também. Geralmente eles não ficam bem na frente de escola. Os mais velhos que encostam o carro pegam os meninos uma quadra, duas quadras pra baixo. É de 14, 15 aninhos. E é

a fase de desenvolvimento do pênis, já estão tudo em fase de transformação, estão se conhecendo.”

DSC3: “É a cafetinagem: A pessoa vai e procura uma guriuzinha novinha ou um menino novinho. Eu vou, ligo pra alguém, um dos meninos ou das meninas, que passam. Nisso eu vou ganhar um troco, vou ter um comissão sua, e do menino também. Aí, outra fica sabendo que a outra tem (contato com o cliente), que fulana arruma programa pra ela, e eu também quero, “põe o meu número”. Todos com celular. Liga, ou muitas vezes pega um mototáxi, vai lá.”

DSC4: “Quer ver outra coisa, a máfia como está se expandindo? Quando eu comecei lá no posto, tipo assim, eu sou a única loira lá. Aí se tem uma loira nova, já passa no rádio pro outro, pelo rádio amador, que passa pro amigo, e o outro que já escutou, porque o rádio num fica só entre um caminhão e outro, os outros que estão em outros caminhões também estão escutando. Aí vira toda uma máfia, quando eles tã numa rota. Aí quando chega na cidade, já vão no ponto certo.”

5.2.5 Ideia Central 5: Existem diferentes violências no mercado sexual

DSC1: “Nós temos acompanhado casos de estupro, que talvez essas meninas que sofreram estupro estavam vinculadas à exploração sexual, mas não necessariamente relacionados à BR. Nos casos que você pega de exploração sexual teve a violência. Ou física, ou psicológica, ou maus-tratos, ou algum tipo de abandono. Quantas vezes eu tive (que ir) em casa de família”.

DSC2: “Teve um crime, aqui no município, uma menor matou uma outra, sei lá se era rival, as duas de Campo Grande, eu acho, num quartinho, num desses quatinhos. No fundo a gente acaba entendendo que é por rivalidade né, invasão de domicílio, de atuação profissional, mais ou menos isso.”

DSC3: “Nós (trabalhadoras adultas) não deixamos, não permitimos. Vão achar que a gente está, né (‘cafetinando’). Essas meninas que ficam vendendo doce lá, é tudo na fachada. Tipo assim, lá em cima não fica, porque a gente bate o pé. Porque assim, acaba prejudicando a gente entendeu?”.

5.2.6 Ideia Central 6: A exploração sexual se adéqua às condições físicas dos territórios

DSC1: “Os postos de gasolina são praticamente dois e dentro da cidade. Aí tem, além de usuários de drogas, a presença de menores na redondeza do posto. Tinha a questão da iluminação, então causava o acúmulo de pessoas pra essa questão de drogas e exploração sexual. Agora ficou mais fácil de identificar as situações”.

DSC2: “Na área rural, em um assentamento também, mais pra frente, mas que fica fora da BR então lá é mais calmo, realmente. O assentamento, que ta longe da BR é mais calmo. É difícil o acesso. Têm muitos assentamentos rurais no município, super populosos”.

DSC3: *“Quando não tem a zona, casa de mulheres adultas (é mais difícil). Porque quando tem, todo mundo sabe que tá indo pra aquele sentido, lá que mora o perigo...a gente sabe que existe e aonde tá acontecendo (a exploração)”*.

A dinâmica da exploração sexual de crianças e adolescentes no território pesquisado, a partir dos DSCs organizados em Ideias Centrais indica que há diferentes formas de ocorrência desta exploração. Ao mesmo tempo que afirmam que as crianças e adolescentes estão em trânsito e/ou são de outros municípios, também anunciam as situações que estão em atendimento nos serviços das políticas públicas.

A negação inicial de ser de seu município, é uma forma de negar o problema, pois, a partir do momento em que se alega que adolescentes são de outro lugar, de outra cidade, o problema deixa de ser deste local, deixa de ser do município e desta rede de garantia de direitos, embora a prática da exploração sexual aconteça em seu território. A dinâmica constitui-se basicamente de idas e vindas de meninas e meninos ao longo da rodovia indicando, inclusive, uma baixa intensidade de articulação entre os próprios municípios.

Sobre a organização do mercado sexual, segundo o discurso dos atores da Rede de Garantia de Direitos dos municípios pesquisados, há situações de maior ou menor intensidade de organização e podem ou não estar vinculados à BR. Segundo os atores/atrizes da RGD, as adolescentes conhecem a importância econômica da rodovia para o país, por ser uma via imprescindível para o transporte de mercadorias entre o norte e o sul do Brasil. É um fluxo constante, dia e noite, lotando postos de combustíveis localizados ao longo da BR-163, o que favorece o aliciamento e o contrato sexual entre as/os adolescentes e viajantes, sejam eles caminhoneiros ou não.

Dois aspectos são particularmente interessantes para análise desse trecho do discurso sobre a dinâmica da exploração. Primeiro, quando afirma a iniciativa das meninas em “buscar” os caminhoneiros e as caronas. Tais afirmativas revelam que, na visão dos atores da rede de garantia de direitos, as adolescentes são protagonistas dentro do esquema da exploração sexual. São elas que seduzem e escolhem os clientes, bem como a forma como se dará o serviço sexual.

Na Ideia Central 2 reconhece-se que as crianças são da própria localidade, ou seja, a exploração sexual não tem a ver somente com a existência da BR. No entanto, há de se registrar que no discurso sobre a BR, desloca-se essa como não pertencendo ao território do município, como se fosse possível desvencilhar o papel desempenhado pela

rodovia, também na integração local e no acesso. Ao relatar situações envolvendo as pessoas das localidades com maior ou menor distância dos centros urbanos admite-se que o mercado sexual ocorre não somente em função da BR, mas também nesta. Ao citar as situações atendidas nos serviços, observa-se que se fala de crianças e adolescentes da própria localidade, mantendo-se distante da BR.

O discurso também apresenta a dinâmica da presença de crianças e adolescentes no mercado sexual com diferentes tipos de organização – desde programas individuais, diversas formas de aliciamento e programas em locais fixos, como boates. Nesses discursos, destina-se um julgamento de total vitimização ou de completa autonomia aos adolescentes, inclusive imputando a esses a autonomia de conhecimento da sazonalidade de acesso aos salários dos trabalhadores e aposentados. Nesses discursos, a fortaleza da adolescência, ou seja, as capacidades de atuar sobre suas vidas só é vista de forma negativa, sem considerar as possibilidades de se desenvolverem plenamente como seres humanos, o que preconizam as políticas públicas.

O discurso se contradiz quando o assunto é a existência, ou não, de uma rede articulada de exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios próximos à BR-163. No início, o sujeito coletivo afirma que “não tem, assim, uma pessoa voltada para a exploração sexual, visando o lucro, uma pessoa forte por trás, nada”, evidenciando, mais uma vez, a ideia de que as adolescentes, vítimas segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, são ativas e autônomas na prestação do serviço sexual. Dizem que não há uma rede, mas sim “cabra safado e sem vergonha, cada um num interesse em particular” que estaria explorando e consumindo sexo com menores de idade. Ou seja, que não há algo organizado formalmente, mas interesses pessoais de pagar pelos serviços sexuais de adolescentes. Esta visão dualista que impõe a culpabilização do cliente e dos adolescentes, ou seja, extrai a exploração sexual do contexto em que ela ocorre, é uma forma da RGD eximir-se de analisar de forma mais profunda as situações e mesmo *re-colocar-se* no processo de responsabilização diante dos fatos.

Na sequência, porém, o discurso se inverte e os trabalhadores da rede de proteção admitem a existência de uma rede de exploração. O trecho “elas já vêm aliciadas de outros lugares. Tem alguém atrás. Não é sozinha que elas fazem”, demonstra que há um conhecimento sobre o funcionamento da rede de exploração sexual, que se preocupa em falsificar documentos, transportar meninas de uma cidade

para outra, bem como em convencer meninos e meninas a entrarem para o mercado do sexo.

Ao buscar enunciar quem são os aliciadores, o DSC afirma que são as prostitutas e os homossexuais mais velhos, ou seja, novamente um julgamento de valor está colocado, separando o mundo em pessoas socialmente aceitas e não aceitas, ou seja, uma visão maniqueísta impingindo o aliciamento às trabalhadoras sexuais e aos homossexuais, retirando as “pessoas de bem” deste processo. No entanto, se considerarmos o discurso sobre as disputas existentes no interior do mercado sexual, as mulheres adultas que estão neste trabalho, elas próprias afirmam que não permitem a presença de adolescentes porque não querem ser confundidas com cafetinas, como também para evitar a própria disputa por clientes, diminuir ou evitar a “concorrência”.

Sobre o aliciamento dos jovens homossexuais por aqueles mais velhos, há que se considerar que o DSC não se vê como responsável pela garantia dos direitos referentes à diversidade sexual. Assim, os jovens que estão sendo “expulsos” dos seus territórios conforme resultados da pesquisa (COMCEX-MS/IBISS-CO, 2011), vão buscar em diferentes localidades a possibilidade de expressar-se na sua diversidade de orientação sexual e identidade de gênero. Nesta pesquisa BR-163, há que se considerar que também na rodovia pode ser uma forma de exercício mais livre da sua sexualidade, como também distanciar-se de territórios onde o preconceito predomine e lhe cause discriminação e, por conseguinte, sofrimento.

O reconhecimento da presença de um forte mercado sexual, não somente no território estrito da BR, mas também, no restante dos limites dos municípios, impõe a necessidade de buscar novas investigações sobre os processos de aliciamento que ocorrem, como afirmam os discursos anteriores.

Sobre os locais em que ocorre a exploração sexual, a ideia predominante é de buscar localizar fisicamente a ocorrência de pontos que possam ser identificados. Se de um lado o discurso centra-se sobre os postos de gasolina, ou seja, locais pertencentes a BR e, portanto, fora do controle social e da política pública, há também a ideia da necessidade de delimitação de espaços que possam ser de fácil identificação do que poderiam ser locais de exploração sexual. Neste caso, voltaríamos ao senso comum que o mercado sexual ocorre nos âmbitos das “ruas de luz vermelha”.

Há também uma afirmação sobre o vínculo entre grande movimentação de pessoas e exploração sexual, destinando aos locais de pouca densidade, como assentamentos, onde se imagina não haver situações de exploração sexual. Esses

discursos partem do senso comum de que a exploração sexual de crianças e adolescentes são estáticas em sua ocorrência, ou seja, estão em espaços delimitados, o que difere frontalmente das pesquisas anteriormente realizadas pelo próprio COMCEX-MS, ou seja, a exploração sexual de crianças e adolescentes tem passado por intensas transformações, especialmente com o advento de novas tecnologias e das redes sociais.

A Rede de Garantia dos Direitos da Criança mantém um discurso estático, não se aproximando da realidade amplamente conhecida por parte da sociedade, mantendo-se numa zona de conforto com um discurso sobre a dinâmica longe de si. Na contradição dos DSCs, observa-se que a dinâmica da exploração sexual ocorrida em todo o território que contém a BR-163 é muito diversa, em significados, formas de ocorrência, e os papéis desempenhados pelos diferentes sujeitos sociais.

5.3 EIXO 3: RESPONSABILIDADES PELA EXPLORAÇÃO SEXUAL

5.3.1 Ideia Central 1: A culpa está na família, especialmente na mãe, que pode promover a exploração sexual ou que são desestruturadas ou ainda, que são negligentes/despreparadas para a educação e o cuidado.

DSC1: A família às vezes sabe e participa, muitas vezes a família, os pais, explora essa criança também, por dinheiro. Muitas vezes até o pai consente ir pra outros municípios, mesmo a criança sendo de menor, adolescente. Alguns pais até acreditam que isso seja uma coisa boa pra filha e aceita achando que sua filha terá uma condição melhor. Junto com o financeiro vem o álcool, o uso de drogas e a desestrutura da família, que não orienta as filhas, e essa questão de achar que é normal. Os valores das famílias estão mudados, invertidos. Modernismo. Muita promiscuidade. A liberdade se confundiu muito com libertinagem, sabe? Isso é muito agravante. A família assim descontrolada desequilibrada. A criança não teve um lar estruturado e aí de uma hora pra outra ela surtou e entrou na exploração. Há, salvo melhor juízo, uma questão cultural que implica numa tolerância dos pais permitirem, aspas, ou tolerarem, que as filhas, sobretudo, participem da prostituição infanto-juvenil.

DSC2: Em algum momento, essa instituição família faliu. Também está faltando Deus na vida dessas famílias. Infelizmente são pessoas que não tem religião, que não tem fé, que não vão na igreja. A gente vê que (o problema) é familiar então. Muito mais familiar que social. Porque tem escola gratuita, tem a saúde gratuita. Não estão preparados pra serem pais, serem mães. O que falta na vida dessa criança, desse adolescente, é a valorização. Falta amor na família. E o que dizer daquela família em que a menina é filha de comandante, filha de general, que ganha 10, 15 mil reais por mês e ela se prostitui? Então, por isso que não é somente uma desestrutura familiar. Mas ter dinheiro também que não significa ter estrutura familiar. Tem famílias com

condição financeira ótima e bem estruturada e que mesmo assim acontece da criança e da filha se encaminhar pra onda da prostituição.

DSC3: A família é vítima, pessoal. Não dá pra responsabilizar a família em um problema dessa magnitude (algumas discordâncias com a cabeça. Alguns dizem “não”. Outros se chocam). Uma família, pelo menos nos moldes que a gente conhece, bem estruturada, com pai sendo pai, mãe sendo mãe, filho sendo filho.... faltou educação na mãe, no pai, ou da mãe que é pai, do pai que é mãe, da família que não é tão normal como a gente imagina que tenha que ser. Os pais de hoje não querem exercer seu papel de pais. Ficam transferindo responsabilidades. Transfere pro conselho, pra rede de proteção, pra escola, pra polícia. Se a menina provoca é porque não teve essa orientação. Todo mundo sabe dessa dificuldade que os pais tem. Eu não estou dizendo todos, claro, mas uma grande maioria. Tem mãe que não tem coragem de chegar no filho e falar sobre sexo. E as famílias não têm mais controle sobre os seus filhos. Os pais não respeitam mais os filhos e com isso faz com que a criança, o adolescente, não tenha mais essa estrutura e eles vão pra esse mundo da prostituição. A maioria das famílias fica só sob controle a mãe, ela não tem a presença paterna. Aí a mãe quando é chamada pra ver o problema diz “ahhh, eu perdi o controle. Todo mundo, os pais inclusive são os culpados porque ocupam todo o tempo da criança colocando em curso, no futebol e não deixam a criança viver a infância dela dentro de casa, brincar. Não tem mais limites, o pai não impõe mais, não tem aquele tempo mais de estar com os filhos. Os pais já estão tão envolvidos com as drogas, às vezes, que não conseguem cuidar dos seus filhos pra saber se estão sendo explorados ou não sexualmente. Tem mãe que nem sabe. Tem menina que estuda à noite: “vou pra escola” e esconde o material e a mãe nem sabe o que está acontecendo.

DSC4: as mães sabem que estão se prostituindo. Tem mães que levam as filhas pros bailes, né? Lá a mãe e as filhas se prostituem, aí você vai abordar ‘mas tá acompanhada comigo, ela é minha filha’. E aí você pergunta: e aí sua mãe não vai brigar? Não, minha mãe não liga não. A mãe é conivente e deixa a filha ficar com o homem dela porque apaixonada de pedra pelo cara. Por isso que a maior culpada disso tudo é a mulher que está dentro da casa, porque a filha dela é concorrente dela. Tem tantas mulheres que sabem que o cara tem um caso com ela e com a filha, mas ela não consegue se desvencilhar disso. Agora você imagina como é que ela vai orientar essa filha. É um problema social que vai gerando isso: prostituição, dinheiro fácil, drogas e vai aumentando. A avó era prostituta, a mãe se tornou prostituta e a filha é prostituta. Às vezes essa mãe se prostitui diante das próprias filhas que é aonde que a criança ou adolescente vai praticar os mesmos atos depois como exemplo”.

5.3.2 Ideia Central 2: As crianças e adolescentes são os próprios responsáveis e tem conivência dos adultos.

DSC1: “Em relação a eles ficarem com meninas eu acho que tem relação mais com a sem-vergonhice. Sem-vergonhice, sim, e das próprias meninas, né, do que por eles. Ora, eu ‘to aqui na minha a menina vem aí e tal’. Elas crescem muito rápido e desenvolvem com uma mentalidade diferente, com o pensamento desvirtuado para o outro lado. Pra mim não justifica a mãe ou o pai que, por exemplo, percebe, em algum momento, porque a criança dá sinais, de que ela tá indo pra exploração sexual, pro abuso. Então, as meninas se habituaram a se prostituir, independente se é velho, se é

moço, com quem elas quiserem, o que tiver na reta, isso é natural pra elas. É uma opção delas, às vezes, né? Na época que os idosos recebem o benefício, há muitos adolescentes que exploram eles, chega ao ponto deles ficarem sem comida entendeu? E é o meio de vida delas sabe, vai lá, mostra o corpo, e aí tira o dinheiro que ele tem, e ele passa a necessidade durante um mês. E não é só culpa de quem praticou da violência, aquele que foi violentado também tem culpa, isso você pode ter certeza absoluta. Não é só eles que fazem a cabeça, elas estão tão com tanta vontade de ter esse sexo que elas fazem a cabeça dos rapazes também. Foi porque quis ir, né... a fuga delas de ir e vir com carona. Se você perceber é bem provocativo. A gente cansa de ver diálogos assim: “puxa, como você tá gostosinha hoje”. E acabam as vítimas virando os culpados. Mas na maioria das vezes são peões da usina, que vem do nordeste e ficam aqui quatro meses sem família. Se uma menina de dez anos chegar lá e querer entrar no quarto dele e fazer sexo, ele vai aceitar. Ignorante, de uma forma ignorante. Não sabe nem que é crime. E elas vão. Elas vão. Se quiser que vai, eles aceitam, sem medo da polícia. Eles são machos”.

DSC2: “A criança tem desejos. As adolescentes, elas tem a primeira iniciação sexual depois ela sente livre para fazer o que quiser, aí vem um intruso, oferece alguma coisa. Cara, parece que estimula, que aflora mais ainda a vontade delas. Fica mais exacerbado os desejos sexuais. Então, pra elas que estão acostumadas com esses valores trabalhar como empregada doméstica, passando roupa e aguentando “encheção” de saco né... aguentando gritos e tudo mais ganhando 50 reais, 500 reais, não é interessante. Tudo bem que lá fazendo programas eles têm isso, tem que se submeterem a certas coisas horrorosas, né.. Eu acho que esses adolescentes são assim..... abortados os sonhos deles, então muitas vezes eles acabam ficando a mercê da prostituição. As adolescentes têm sonhos, elas querem uma roupa nova, querem um CD, enfim querem ter coisas, né... e através do sexo elas estão adquirindo isso. Eu já presenciei um caso de uma adolescente numa época contando... Ela falou chorando que ela não queria se prostituir, mas se ela não se prostituísse ela não teria roupa nova, ia ser o maior mico chegar na escola com roupa velha e não ia ter dinheiro pra sair”.

DSC3: “O jovem não tem como se manter. Isso vai fazer com que elas prefiram optar por essa vida. Elas saírem pra rua e, entre aspas, a gente sabe que elas sabem que estão se prostituindo. O maior problema mesmo é com relação a menores que não tem educação, não tem visão de futuro”.

DSC4: “Tem a questão cultural, desse empoderamento da adolescente. Elas se sentem poderosíssimas, livres. Eu dou pra quem eu quero, cobro. Tenho meu dinheiro, celular da melhor qualidade. Elas se vestem bem, não é? Prostituição infanto-juvenil tem esse elemento complicador. Meu pai não manda em mim. Minha mãe não manda em mim. Eu sou dona da minha vida. Porque uma coisa é você fazer sexo com o namorado, lá um menino, outra é dá pra todo mundo assim, sem nenhuma consciência, não é? Fala desse jeito pra mãe “você num tem nada a ver com a minha vida, eu vou procurar o que é bom pra mim!”. Criança de 12 anos falando isso pra mãe. É... a evolução hoje é muito grande”.

DSC5: “Eu particularmente acredito que criança e adolescente também têm seu direito à sexualidade, que também deve ser preservado. Essas questões (falta de diversão, lazer...) conduzem a um comportamento em que a criança se sente bem. Ela não sente essa carga de destruição desgraçada. E aí deixam de usar camisinha, aí vem uma

gravidez, mas e uma Aids? Porque o risco é o mesmo né. Exploração sexual é o número de DSTs e Aids no município. Tem um dado importante agora: tem penças de adolescentes hoje convivendo com o vírus da AIDS e não sabem. Tem uns dois, três anos, com HIV sem saber. (tem adolescente) Na prostituição... Mas deve ter controle e qualidade de saúde. Relação sexual com menores de 14 anos é estupro presumido, não cabe prova, mas você chega em situações em que tá lá a menina casada 'mas quantos anos você tem? 12, 13'. E aí o que você faz?"

5.3.3 Ideia Central 3: A culpa é do cliente

DSC1: "É uma rede. É uma rede muito grande. Muitos param ali né, e perguntam se eu conheço rapaz de 14 e 15 anos pra fazer programa. Não é só caminhoneiro, é viajante qualquer, turista, peões de fazenda, peões da usina, pessoas da própria cidade".

DSC2: "Porque eles são safados! Eles não têm com eles que isso é errado, que não podia estar acontecendo, que do mesmo jeito que estão fazendo isso com essas meninas, podia ser uma filha deles. O caminhoneiro não é o bonzinho, mas também não se pode vê-lo unicamente como esse diabólico, esse pedófilo, esse psicopata que está na estrada. É realmente muito complexo. A gente coloca o caminhoneiro como o capeta. E não é assim. O cara tá há 10, 15, 20 dias nessa estrada, a situação dele também é de vulnerabilidade. Ele tá estressado. É uma vida de cão. Entendeu? O cara tá rebitado, tá drogado. Tanto que eles morrem. Não se tem discutido muito essa questão? O profissional da estrada sofre pra caramba".

DSC3: "A gente fala do produtor rural que detém o poder econômico. Eu vejo muito coronelismo nesse sentido: de ter poucos que tem domínios de muitas coisas: influência na política, influência em tal coisa, influência naquilo, que se dá um jeitinho e aí as coisas vão acontecendo. A criança continua a ser de baixa renda, mas o explorador é que é de alta, média".

5.3.4 Ideia central 4: A culpa é das políticas públicas, que não deixam os adolescentes trabalharem

DSC1: "A culpa é do governo porque antigamente criança com 13, 14 anos trabalhava. E como o governo proibiu trabalhar então o que elas têm que fazer: se prostituir. Enquanto as mães vão trabalhar, as meninas ficam em casa, geralmente ficam sós. Aqui as meninas de 16 anos, 14, podem trabalhar, sim, como aprendiz, mas trabalhar, por exemplo, de empregada doméstica, ganha muito pouco. Uma coisa que friso é que trabalhar não mata ninguém, tipo assim, num certo ponto, a criança tem o direito de brincar, mas tem que ter o brinquedo, tem que ter o parque pra criança brincar. Num pode vender um picolé, mas a criança fica lá, às vezes tem até vontade de vender um picolé, mas aí fica na esquina com mais 3, 4 amiguinhos tomando tereré, a mente vazia, aí um deles fala: "vamos fazer aquilo ali". Vai no embalado. Chega outro amiguinho, oferece outra coisa além. Uma macoinha, um pozinho pra cheirar".

DSC2: "E se a gente não cuidar, a rede acaba também violando. Quando ela discrimina uma determinada situação acaba sendo uma violência institucional".

5.3.5 Ideia Central 5: A legislação não pune suficientemente

DSCI: “A nossa lei é falha, porque se você não pegar em flagrante. Você tem que esperar acontecer o ato. As leis têm que ser mais rigorosas, tanto para os pais, responsáveis, que sabem que seus filhos se prostituem, tanto para aqueles que pegam também na prostituição. É uma questão de responsabilização. Não adianta nós fazermos o nosso trabalho e na hora que bate lá em cima, nosso trabalho é totalmente desmanchado. A gente chegava lá e “nãooo, só dá cadeia com 13 anos, 14 anos já sabe o que quer, já faz o que quer”, isso eu escutei de um delegado. Nós estamos num beco sem saída.”

5.3.6 Ideia Central 6: O fundamento da exploração sexual é uma sociedade baseada na desigualdade e no consumo

DSCI: “A base maior desse problema todo é o financeiro, questão econômica e o choque de renda entre duas comunidades distintas. A nossa sociedade é muito perversa. Ela é excludente. Há uma concentração de renda nas mãos de poucos e a maioria não tem acesso aos bens materiais mínimos. É uma sociedade que a essência dela é o consumo. Os pais dizem que não querem os filhos dentro de casa porque não tem o que comer. Poder aquisitivo. Pobreza. O problema é a falta de emprego, o emprego mal remunerado, o subemprego, o baixo salário. Eles vêem aquelas coisas na televisão e querem ter, ter... E os pais não têm condições. E aí que elas vão sair com o tio e o tio paga uma roupa pra elas, então elas estão bem, porque o pai e a mãe não podem pagar isso. Elas não têm essa consciência que nós temos da prostituição, do mal que é isso. E é assim, normal.

5.3.7 Ideia Central 7: Não há culpados, é “normal”

DSCI: “Essa questão cultural de que há uma relativa normalidade na prática deve ser pontuado. Essa tolerância quanto à prática dessas violências com as crianças. Quando a gente trata de crimes sexuais ou crimes contra a criança parece que tem menos valor, pra todo mundo, pra sociedade. A gente fica até preocupado. É aquela ideia mesmo da naturalização. As pessoas vêem... ‘ah, é criança, né’. Tudo pode contra a criança. Eu sou pai, eu faço o que eu quero, né. Parece que não se rompeu aquela ideia de código de menores. Você chega em casa e fala pra alguém, ou até pra seu colega mesmo, que uma menina de 14 anos estava se prostituindo, tava usando bebida, geralmente você vai escutar: “ta querendo dar, o que você vai fazer?” Aí a gente cita o agressor e ouve que a guria que tá se oferecendo, que acha um absurdo o conselho ir atrás disso. Chega assim pra fazer uma determinada ocorrência: ‘ah, mas essa daí já lá do ramo’. As pessoas têm essa mentalidade de achar, por exemplo, que a menina não é mais virgem e ta fazendo programa. Pode tudo. Pode tudo de ruim acontecer com ela. Banaliza a violência. É normal. A gente ouve: ‘ah, minha mãe falou que pra que ficar guardando esse negócio aí, a terra vai comer’.

A tentativa de entendimento sobre a complexidade da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes configura um discurso de culpa que aponta responsáveis em alguns setores da sociedade: família, as próprias crianças, clientes,

políticas públicas, legislação. Há dois discursos discordantes: a) o primeiro trata dessa problemática como fruto de organização da sociedade, b) o segundo versa sobre a compreensão que a sociedade tem sobre o exercício da sexualidade, sendo que esta quando se dá sob o “manto” do casamento é legitimada. Diferentemente de todos esses há um discurso sobre “ninguém é culpado”.

Trata-se, de acordo com a análise, de uma maioria de discurso inflamado, revoltoso, pincelado por palavras de ordem, senso comum e estereótipos, uma tradução de representações sociais sobre o que é a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, baseada em uma dissociação do contexto das ocorrências. Na ânsia de entender a situação, o sujeito coletivo lança acusações para todos os lados, desde a família, o caminhoneiro, até a rede de atendimento, passando inclusive pelas próprias adolescentes, vistas como “sem-vergonhas”.

A questão financeira, gerada pelo desemprego dos familiares e da proibição do trabalho pelas crianças e adolescentes levaria, conforme o discurso da rede de garantia de direitos, a menina ou menino a “optar” por entrar no mercado do sexo. É importante pontuar que o debate sobre a autonomia de crianças e adolescentes é recente. Embora o senso comum reforce que a partir de 13 ou 15 anos o/a adolescente decide se quer ou não manter relações sexuais com um adulto, mediante ou não algum pagamento (culpabiliza o adolescente), há que se considerar que estão em desenvolvimento e, portanto, a rigor, não poderiam decidir sobre o tipo de trabalho que iriam se envolver. Considera-se ainda que o trabalho no mercado sexual é uma das piores formas de trabalho infantil.

O fator cultural, em suas várias facetas, também é elencado no discurso como sendo causa para a entrada no mercado do sexo. Aliado à cultura do empoderamento das adolescentes e da falta de “controle” pelos pais que são, conforme a rede de garantia, despreparados para desempenharem seu papel social de pai e mãe, está a influência da mídia que estaria provocando e acelerando um processo de erotização nas/os adolescentes.

Uma variante de culpa imposta à família é quando o DSC enfatiza que é “muito mais familiar que social”, justificando que há uma tolerância que faz com que os pais permitam que as filhas “participem da prostituição infanto-juvenil”. E segue afirmando que os pais são culpados por não imporem mais limites aos filhos, por não exercerem seu papel de pais, transferindo responsabilidades, enfim, por não conseguirem mais controlar os filhos.

Outra causa apontada no discurso é a falta de religiosidade das famílias e das vítimas da exploração. No trecho: *“também está faltando Deus na vida dessas famílias. Infelizmente são pessoas que não tem religião, que não tem fé, que não vão na igreja”*, fica evidente que quem não está do lado do “bem”, do lado de Deus, da religião, não consegue resolver seus problemas e não consegue deixar de ser vítima da violação dos direitos sexuais dos integrantes da família. Essa visão dualista, do bem e do mal, percorre praticamente todos os discursos.

O registro da culpa da mãe nos DSC's aparece de forma enfática, sendo à ela destinada o papel de “negociar” a filha com o “seu homem”, ser negligente diante da inserção da filha no mercado sexual ou mesmo por que diferentes gerações da família estão no mercado sexual. Esse discurso parte do senso comum que a exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre a partir da ação e da omissão das mulheres sendo essas consideradas permissivas ou coercitivas no envio de suas filhas à exploração sexual. Admite-se a possibilidade dessa dinâmica, já amplamente estudada e que trata da presença de diferentes gerações de mulheres no mercado sexual, no entanto, ao não se levar em consideração o papel do homem na educação das filhas estar-se-á absolvendo-o de suas responsabilidades, sendo também provedor e cuidador da família. Não há a figura do pai nesse contexto, logo, ao menos a sensação de negligência em relação às crianças e adolescentes explorados sexualmente deve ser compartilhada. Serve como justificativa para isso a histórica culpabilização das mulheres por todos os “desvios” sexuais, essa forma linear de pensamento cria a necessidade da presença masculina na vida de uma mulher ou de uma filha, mesmo que este seja também um causador de violência no interior da família.

Os discursos também demonstram que a busca dos culpados gera respostas pontuais e simplistas. Em algumas situações transformam os adolescentes em seus próprios algozes. Há uma tendência do discurso de transformar a vítima, no caso as meninas e meninos menores de 18 anos em culpada, criando um ciclo de re-vitimização em que, não se conseguindo atender de forma a acabar com a violência sexual cometida, repassa a responsabilidade à vítima, por ser, na fala do sujeito, aquela que busca a prática sexual, que escolhe, que quer e que provoca.

Outro aspecto a ser analisado no discurso da negação é o tabu acerca da temática do sexo. É possível identificar algumas dificuldades em falar de sexo aproximando-se, em última análise, a um discurso moralista sobre a temática. Tal afirmativa demonstra desconhecimento sobre o desenvolvimento saudável da

sexualidade de meninos e meninas, pois reduz às necessidades a afetivas “*o toque, a expressão do carinho e do afeto*”. Ao estabelecer essa barreira conceitual, os integrantes da rede, em seu discurso, acabam, então, delegando aos pais e mães, exclusivamente, a tarefa de educar para a sexualidade.

O discurso enfatiza também uma crítica ao que considera a iniciação sexual de crianças e adolescentes, afirmando que falar sobre sexo com meninos e meninas seria um estímulo para a prática sexual, posto que a criança estaria em um momento de descoberta, de curiosidade, e uma conversa sobre o assunto aguçaria os desejos sexuais. Este discurso vai na contramão da educação sexual necessária a uma vida saudável, prazerosa e com desenvolvimento responsável entre todas as forças sociais.

Ao localizar a culpa nas próprias crianças e adolescentes, pela iniciação sexual que as empodera e imputa liberdades, o DSC faz do exercício sexual, a causa de se tornarem incontroláveis. A iniciação sexual, desta forma, é tratada de forma diferente entre meninos e meninas, sendo que a estas últimas, há o senso que se tornariam disponíveis para o mercado sexual, por desejos incontroláveis. Esta mesma forma de raciocínio não refere a meninos, mantendo a ideia machista de divisão de papéis socialmente estipulados para homens e mulheres no mercado sexual e na vida privada. Este raciocínio transforma os meninos em clientes, portanto, desempenhando seu papel sexual de incontrolável sexualmente e as meninas, vítimas ou vitimizadas e, cuja normalidade seria de não possuírem desejos sexuais.

O discurso discordante (DSC5 da Ideia Central 5.3.2) ao relatar a situação de exploração sexual em que envolve a discussão dos direitos sexuais pontua que há posturas diferenciadas da RDG e da própria sociedade quando este ocorre de forma sem parceiro fixo ou sob o “manto” do casamento. Nesse sentido, a menina que, mesmo com doze anos, sendo casada, estaria protegida, ou seja, a sociedade não a veria como estando em situação de exploração de sexual. Esta postura que parece no grupo entrevistado parece ser consensual demonstra mais uma vez como os fundamentos religiosos e do patriarcado se encontram. Nessa visão maniqueísta, a liberdade sexual se reduz à “fidelidade matrimonial”, isto é, divide as adolescentes que fazem exercício de sua sexualidade entre “senhoras bem-casadas” e em situação de exploração sexual, exigindo daquelas, comportamentos e responsabilidades de mulheres adultas.

O discurso pondera, no entanto, que é preciso pontuar e debater essa “relativa normalidade” quanto à prática da violência contra crianças, criticando a ideia de que parece, para a sociedade, que “crimes contra a criança tem menos valor” e que o poder

familiar daria plenos poderes aos pais e mães, inclusive violar seus direitos, como o direito ao desenvolvimento saudável de sua sexualidade ou, pior, o poder familiar de “fazer o que bem quiserem” com seus filhos.

Ao culpabilizar os clientes pela exploração sexual de crianças e adolescentes, os discursos, embora apontem diferentes destinatários é no caminhoneiro a centralidade do discurso e também sobre este trabalhador, residem as justificações do porque ocorrem as situações de exploração sexual. A ideia de que os homens são incontroláveis diante da sedução de meninas, da necessidade de sexo com frequência e por estarem longe de casa, bem como, as condições de trabalho e a possibilidade ainda de estarem sob efeito de drogas, são elementos constitutivos da justificação. Mesmo nesse discurso, a culpa se concentra no caminhoneiro não no modo de produção em que ele é parte e que o obriga a diferentes socialibilidades durante o processo de trabalho, podendo ou não violar direitos de outrem.

Por razões semelhantes, os trabalhadores das usinas sucroalcooleiras também são apontados como culpados por estarem longe das famílias durante um longo período e por serem “ignorantes”, no sentido de não conhecerem a legislação e não saberem que é crime explorar sexualmente menores de idade. Outro grupo ligado ao modelo econômico da região, o dos produtores rurais, por deter o poder econômico, são apontados, no discurso analisado, como culpados por terem influência política para livrar-se de possíveis acusações. Infere-se isto do seguinte discurso: “Eu vejo muito coronelismo nesse sentido: de ter poucos que tem domínios de muitas coisas”.

O discurso de responsabilização da política pública é realizado a partir do reverso da garantia de direitos, pois afirma que as crianças e adolescentes estão no mercado sexual porque a lei as impede de trabalhar ou mesmo porque estão em locais de convívio. Imediatamente se localiza no ócio dos adolescentes a oportunidade de acesso as drogas e ao mercado sexual, não relacionando com a possibilidade de lazer e atividades culturais e mesmo do direito de convivência consigo mesmo e com os demais em espaços não formais. O discurso aponta para a necessidade de trabalho e cita como exemplo, inclusive, o trabalho doméstico. Essa representação mantém a ideia dominante em nossa sociedade que é pelo trabalho que se educa e não pela garantia de todos os direitos assegurados no ECA.

No que se refere à punição de responsáveis pela exploração sexual o discurso projeta a impunidade legal em dois réus: o cliente e a família. De forma maniqueísta não compreende toda a complexidade da realidade que provocou as condições para que

ocorresse a exploração sexual. É como se o poder judiciário punindo caso a caso fosse suficiente para o fim da problemática.

Nos discursos a questão financeira é apontada como uma das principais causas e a ela são relacionadas o desemprego/subemprego na família, o consumismo reforçado pela mídia, a concentração de renda, a proibição legal de trabalho para menores de 16 anos, a necessidade de dinheiro para obter bens que possibilitem maior *status* para a/o adolescente, como um celular, um tênis ou uma roupa de marca. Não vincula este discurso à própria necessidade do adolescente de ser inserido nos grupos a partir dos modelos de consumo trazidos pela própria organização do capital. Assim, parece que para os diferentes sujeitos, o consumismo é uma característica individual de cada adolescente e não uma necessidade socialmente construída e que insere todas as pessoas no mesmo modelo de desenvolvimento.

Nesse processo há também a não atribuição de culpa a qualquer pessoa que seja, fazendo da exploração sexual um problema social consolidado. Banalizar, tornar banal, natural, naturalizar. O discurso do sujeito coletivo, gerado pelas entrevistas da presente pesquisa, evidencia uma fala descrente com a possibilidade de acabar ou minimizar os casos de exploração sexual nos municípios pesquisados, pelos mais diversos motivos, entre eles: que se trata de um ciclo, uma cultura que passa de mãe para filha; que a sociedade vê com naturalidade a prática; que a violência contra crianças e adolescentes está banalizada; que os envolvidos são pessoas públicas e ricas da cidade, dificultando o encaminhamento das denúncias. Diante desse posicionamento da sociedade sobre a violência cometida contra crianças e adolescentes, o discurso da rede incorpora a naturalização e revela-se como de “mãos atadas” frente à situação, ou seja, desliga-se do rol de responsáveis.

A maioria dos DSCs que tratam da responsabilização frente à exploração sexual de crianças e adolescentes revela um discurso machista que dialoga com o discurso da culpa a partir de um pensamento judaico-cristão que individualiza e localiza na pessoa a origem do problema e não nas condições históricas em que vive. O ser feminino é apontado como o grande causador dos males da sexualidade, enquanto o ser masculino é colocado no papel de vítima dos desejos sexuais das adolescentes, ou, no mínimo, relativiza suas responsabilidades.

5.4 EIXO 4: A REDE DE GARANTIA DE DIREITOS E SUAS CONTRADIÇÕES

5.4.1 Ideia Central 1: Há diversos serviços que compõem a Rede de Garantia de Direitos instalados no município

DSC1: “Aqui (tem) a polícia que pega, a Polícia Militar e tem também a Delegacia, o Conselho Tutelar, a escola (onde) os profissionais estão todo dia, o Judiciário, Ministério Público, tem a Assistência Social que tem o CREAS, tem a saúde com a campanha da AIDS, o prefeito, a primeira dama, os vereadores, a cultura que faz teatro, o Disque 100. Já tivemos uma equipe do COMCEX que fazia um trabalho sigiloso (de investigação)”.

5.4.2 Ideia Central 2: Os serviços de atenção trabalham de forma isolada e não se articulam

DSC 1: Se fecharam dentro da escola e dizem: do muro pra fora, o problema é da polícia. E ficaram enclausurados dentro da escola. A gente sente a dificuldade com a educação, porque seria uma das principais políticas pra gente fazer parceria. Outra coisa que a gente não tem conseguido é trazer o judiciário para os nossos eventos. Está parecendo que criança e adolescente virou coisa só da assistência social, que criança e adolescente só tem direito à assistência social. Mas se o Ministério Público, o Juiz não estiver junto com a gente, a gente não se sente empoderado, no sentido de encarar. Ficamos inseguros porque a gente também corre riscos. Sozinho o serviço fica mais prejudicado. Aí você faz um evento, não aparece a Secretaria de Educação, não aparece as outras secretarias, é complicado, sabe? Não passa pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente os projetos de educação e saúde vinculados à criança. Eu encontrei obstáculo, essa distância com os demais órgãos, mas já senti essa aproximação muito grande. (era)Fortalecimento.

DSC2: nós comentamos disso com o comandante da PM e ele falou que não podia fazer isso sozinho, porque tinha que ter a parceria do Conselho Tutelar. Em relação à segurança, eu queria tanto participar quanto passar informações do que acontece entre a gente. Houve uma denúncia, diz que o policial falou assim ‘isso é com o Conselho Tutelar’ só que não passou pro Conselho ir atrás. O Conselho Tutelar faz aquele trabalho, a Delegacia não sei o quê, mas a gente tem que ir atrás... “vamos ter que buscar informações...”. O que acontece aqui é tipo assim, eles estão querendo resolver os problemas, mas não saem da toca pra ir buscar. Tem que vir pra passar informação.

5.4.3 Ideia Central 3: A infraestrutura das políticas públicas não suporta as demandas e/ou seus trabalhadores não têm preparo

DSC1 “A demanda é muito grande, e os profissionais são poucos. Só quando realmente acontece o problema (é que atende). A gente precisa urgentemente do atendimento dos psicólogos no município. A escola que está sendo mais sobrecarregada com isso aí. O professor que já tem 30, 40, 50 alunos dentro da sala, tem que cuidar de um aluno desse como se fosse pai. A questão estrutural também complica. Eu mesmo já liguei pro

Conselho à noite, a resposta é aquela: ‘você vão por a gasolina’? Por que não ter uma vara da infância? Os juízes têm muitas atribuições...

DSC2: “Professor, diretor, não sabe lá mais quem na escola que tem que resolver problema de aluno em casa e ele fica sem saber (como atuar). Às vezes a gente precisa se atualizar. E quem está atualizado é o judiciário. E nós que estamos envolvidos com esse trabalho, a gente fica assim né: como que a gente quer mudar? A polícia não tem preparo pra fazer esse tipo de coisa, é um órgão que faz o trabalho que é do outro, não com uma ideia de contraposição de serviço, mas é a ideia errônea mesmo.

5.4.4 Ideia Central 4: A rede de atenção não atende os “casos” porque não tem denúncias, porque não chegam até ela ou porque é difícil

DSC1: A grande dificuldade é da aceitação (da existência da problemática). E ao lado da aceitação, a denúncia, porque geralmente as pessoas têm medo de ser identificado, tem receio, pensa que vai se envolver, pensa que vai ser o culpado. As pessoas não têm conhecimento, as pessoas não denunciam, não falam. Tem vergonha. E muitas vezes não admitem. Então é isso, tem que ser realista: não existe denúncia. A denúncia é muito vaga. Aí parece que há uma confusão quando se trata de uma criança e a pessoa fala assim ‘não vou me meter também, não vou mexer com isso’. A gente sempre fala do disque 100, é tão bom o disque 100 porque você não precisa se identificar, né? A denúncia tem que partir de várias entidades, de vários segmentos, mas não chegam conforme deveriam chegar. De 10 casos que chegam é um, dois, que realmente foi denunciado que fomos atrás e constatamos a situação.

DSC2: Eu acho que até hoje a gente nunca lidou com um caso de exploração. Não chega no Conselho. Às vezes nem chega no CREAS.

DSC3: Mas é muito complicado esse tipo de trabalho. E não tem assim, um resultado 100%. E é muito difícil conseguir fazer a menina vir pro atendimento. Ela não aceita. Quando que eu vi o conselho tutelar lá no posto (pensei que eles iam atuar). Nós tivemos muitos casos que entraram como exploração, aí fica um tempo e a gente faz todas as tentativas de atender e desliga sem atender o caso. Pra isso (atendimento) precisa ter coragem, pra isso precisa não ter preguiça, pra isso é preciso fazer trabalho até fora de horário mesmo, a gente tem um mundo de denúncias de pedófilos, e daí? Quem vai ficar depois das cinco cuidando alguém?

5.4.5 Ideia Central 5: As temáticas que envolvem sexualidade têm muito preconceito em toda a rede

DSC1: O preconceito existe dentro da própria política pública, em aceitar essas... (meninas) Então se percebe um conservadorismo muito grande por parte dos atores da rede em relação a se a pessoa é ou deixa de ser, né? Há uma dificuldade muito grande em se trabalhar a sexualidade de crianças e adolescentes. Digo a questão da própria denúncia, o ato de naturalizar determinadas questões, que a adolescente, por ter um corpinho tal, já pode ter, né... Então a gente percebe que tem um tabu muito grande pra se discutir a sexualidade de crianças e adolescentes e isso em todos os âmbitos: da saúde, da educação. Chega até a questão mesmo da exploração, da gravidez precoce e outras coisas que a gente não sabe. Já chegaram e perguntaram pra mim: ta certo, na

palestra ta escrito isso, mas a gente chegou e a menina casada, tem 12 anos. E aí o que que a gente faz, denuncia ou não denuncia?

5.4.6 Ideia Central 6: A rede se sente incapaz de enfrentar a ESCA

DSC1: “É complicado assim, sabe. Camufla: Pô quem é que vai mexer com aquele cara aqui? Entendeu? Não tem a denúncia. Às vezes quando chega a gente vai lá, mas acho que é bem pouco. Se não tem a denúncia como que você vai intervir? E como são desconhecidas da comunidade então.. ninguém ta nem aí. De repente você fala alguma coisa, falam “não acredito”, “Fulano ta inventando” né? Então a gente ouve e se cala. Eu me calo. Então é uma coisa assim, comum. Vai acontecendo e vai ficando. Acostuma né. Eu falava prostituição daí quando chegava lá, todo mundo nega, “ah, mas tá trabalhando, tá fazendo isso...Já foi discutido até de isolar as casas de prostituição, já foi discutido tanta coisa. Só que as vezes a gente fica discutindo formas de trabalhar até sem denúncia, com essas suspeitas que a gente tem, mas não tem denúncia pra gente ir lá e executar alguma medida, alguma coisa né”.

DSC2: Não tem como você combater isso hoje, porque isso é coisa que já acontece há anos. Aqui na cara da gente. Não tem como você pegar dados para estar verificando realmente porque na hora que você vai identificar, elas não falam. Foi só diz que me diz que. E você vai fazer o que? Não, mas disseram que foi... mas não tem... Como que vamos fazer isso? E entra mandato de um governo, sai outro e vai ficar nisso a vida inteira. Então, as vezes a gente pega caso assim, a gente ouve o caso, fala assim ‘mas escuta nós vamos lá mexer com aquela’. Geralmente você cumprir a lei é muito trabalhoso, então sempre dá um jeitinho, sempre deixa pra lá mais um pouquinho, vamos aguardar ver o que vai dar e acaba burlando a lei. Aí tem aquelas grandes pessoas que tem grandes poderes, em virtude de sua família e do dinheiro em que tudo pode, que tudo acontece e que com ele é natural.

O discurso acerca da RGD tem a marca inicial de reconhecer os serviços existentes, no entanto, é marcado pelo relato insistente das dificuldades encontradas. São inúmeras as justificativas apontadas para essas dificuldades, dentre elas, a infraestrutura, a desarticulação, preconceito e conservadorismo por parte dos atores da rede com relação aos direitos sexuais de crianças e adolescentes, principalmente no trato com as/os adolescentes homossexuais ou as meninas que estão na exploração sexual. No entanto, há um discurso do reconhecimento do atendimento das situações de exploração sexual pela própria forma de organização dos serviços. As críticas referem-se ao desempenho de órgãos da própria rede de proteção, ao processo de naturalização do tema na sociedade.

A falta de denúncias e a falta de integração com o Judiciário também ganham destaque no discurso ora em estudo, indicando que as situações vivenciadas pela rede de garantia de direitos dos municípios cortados pela BR-163 em Mato Grosso do Sul não

diferem muito das de outras regiões brasileiras e que muito precisa ser feito para promover uma mudança de entendimento sobre as funções dos órgãos da rede, o contexto socioeconômico de violação de direitos e a legislação vigente, os serviços não se reorganizam para o atendimento da exploração sexual de crianças e adolescentes, distanciando a RGD da realidade. Há também nos discursos a constatação que o atendimento das pessoas em situação de ESCA é de difícil trato, pois, há uma expectativa de retirada imediata dessas pessoas dessa situação, afirmando inclusive, que quando não há a adequação da demanda ao serviço, essa é sumariamente desligada, sem o devido atendimento. O atendimento refere-se à adequação da criança e do adolescente aos serviços, e não destes às necessidades da infância, inclusive, no diga respeito ao quesito horário.

O sujeito coletivo formado por atores da rede de garantia de direitos acredita que é tudo uma questão de responsabilização e que deve haver maior envolvimento das pessoas, tanto as que estão institucionalmente no papel de agir quanto da sociedade como um todo, isso porque há muito erro na hora de identificar e encaminhar os casos.

Sobre o comportamento da sociedade frente aos casos de exploração sexual, presenciados, de conhecimento público ou não, o discurso do sujeito coletivo sobre o enfrentamento do problema desloca-se para um discurso de culpa da sociedade, não só apontando a falta de denúncias como uma dificuldade para a realização do trabalho, mas também como uma forma de omissão da sociedade, quando esta, em primeiro lugar, não aceita que existam casos e, depois, quando considera natural sua existência. “A grande dificuldade é a aceitação. E ao lado da aceitação, a denúncia, porque geralmente as pessoas têm medo de serem identificadas, têm receio, pensam que vão se envolver, pensam que vão ser culpadas”, relata trecho do discurso, que segue ponderando que a falta da denúncia origina-se, muitas vezes, no “ato de naturalizar determinadas questões, que a adolescente, por ter um corpinho tal, já pode ter, né, pode ter vida sexual”.

O sujeito coletivo elenca como dificuldades para o enfrentamento da questão a grande demanda de trabalho, a falta de profissionais suficientes e qualificados, a pouca infraestrutura de veículos, abrigos e locais de atendimento. Tais dificuldades estariam obrigando a rede, segundo relatado no discurso, a fazer um atendimento indesejável dos casos encontrados e que estejam relacionados com o fluxo na BR 163.

Sobre isso, o discurso aponta a desativação da equipe de investigação do COMCEX/-MS como impedimento para o avanço das responsabilizações necessárias. “Há uns quatro anos tinha uma equipe do COMCEX/-MS que fazia um trabalho bem

sigiloso e nesse período nós tivemos um resultado bem bom porque tudo que você denunciava havia uma posição rápida de todo mundo”, relata trecho do discurso.

É importante perceber como o que não é dito também constrói os sentidos do discurso do enfrentamento da exploração sexual. Mesmo sem admitir incisivamente, o sujeito coletivo formado por pessoas que atuam em órgãos do sistema de garantia de direitos expõe suas fragilidades, como a falta de infraestrutura adequada, frustrações com a não responsabilização de agressores pela Justiça e sobre a conivência das pessoas que entrava as denúncias, e também seus próprios preconceitos. O não-dito no discurso revela, assim, uma auto-crítica entre os sujeitos da rede, no sentido de propor justamente ações que deveriam estar sendo feitas ou articuladas e de justificar os maus resultados.

Como um dos fundamentos para compreender a não atuação da rede nesta temática está os próprios preconceitos e conservadorismo subjacente na sociedade, ao que nos parece a rede de garantias de direitos ressoa os mesmos valores morais que impedem o trato dos assuntos relacionados à sexualidade com naturalidade. Assim, não sobressai a sua capacidade, sobretudo, a responsabilidade em fazer a gestão da política pública que deveria enfrentar esta expressão da questão social.

No que se refere à infraestrutura, os DSC's confirmam a precarização dos serviços públicos, seja do ponto de vista da infraestrutura, da relação com seus trabalhadores e das condições de trabalho. A alta rotatividade dos trabalhadores das políticas sociais, a demanda muito acima da capacidade instalada e o pouco ou nenhum investimento na preparação dos trabalhadores, seja em educação continuada ou permanente, indicam que os serviços foram formatados na contramão da garantia de direitos. Há, portanto, uma franca contradição entre as normativas e os discursos institucionais em relação à realidade e o discurso dos sujeitos trabalhadores.

A ideia central 5.4.6 permite a visualização de um cenário preocupante, em que, a RGD se apresenta como uma instituição descrente da possibilidade de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e até mesmo incapaz, diante dessa realidade. Tal representação sobre si mesmo configura-se num discurso hegemônico que ao mesmo tempo é resultante das condições duca histórica do contexto, reificadas pela manutenção da realidade numa constatação de consciência alienada que mantém-se, também, amedrontada diante desta. Como afirma Marx (2001) a consciência humana não parte de abstrações ou aprendizados teóricos, nem tampouco, da consciência que se quer ter. Parte-se de uma realidade concreta em condições historicamente determinadas e é nessas relações materiais que a sua consciência vai sendo construída. Assim a RGD

vive, constrói e se reconstrói dentro de marcos históricos de um modelo de desenvolvimento altamente alienante, cujo processo de trabalho, não lhe permite o desenvolvimento das potencialidades humanas, ou seja, o aprofundamento da capacidade criadora.

Os discursos dissonantes sobre a descrença na capacidade de enfrentamento ou mesmo quaisquer práticas que possa existir, por certo, advém de seres sociohistóricos que se mantêm construindo consciências como relacionamentos em outros territórios, grupos, que também são dissonantes e mantêm a crítica ao modelo de desenvolvimento que está posto.

5.5 EIXO 5: POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

5.5.1 Ideia central 1: Investir nas políticas sociais básicas

DSC1: “Se tivesse mais a cultura e o esporte, eu garanto que tinha menos (prostituição). Investimento em cultura, porque a cultura é atrativa”.

DSC2: “Toda essa contingência tem que levar aos poderes públicos a adotarem políticas voltadas pra dar melhores condições, pra minimizar a miséria, para educar o pai e a mãe, o filho, o adolescente”.

5.5.2 Ideia central 2: Realizar campanhas de sensibilização e mobilização

DSC1: Divulgação da responsabilização, que existe a lei, que precisa ser cumprida e fiscalizada, que as coisas podem começar a se resolver..., porque a nossa população, inclusive a gente, erra por não conhecer a lei. Eu acho que devia ter uma conscientização com os caminhoneiros. Tem que mobilizar inclusive os vereadores nas reuniões deles, pra eles assumirem o compromisso, o prefeito, primeira dama. Sempre nessas datas de mobilização, a gente ta fazendo essa adesivagem e falando da questão da exploração. Vamos encabeçar uma campanha “fique sabendo”. Cabe aos poderes públicos usarem os meios de comunicação para trabalhar, divulgar, falar nesses assuntos ruins. Tem que divulgar o que tem de ruim na exploração.

5.5.3 Ideia Central 3: Aumentar a denúncia

DSC1: Eu acho que tinha que fazer uma mobilização, uma conscientização das pessoas, principalmente sobre a denúncia. Orientar as famílias, a comunidade. Que se desenvolva, através de mecanismos de formação, uma cultura de que a pessoa denuncie, que utilize mais os mecanismos de controle social: polícia, ministério público, e que a pessoa realmente denuncie, para que nós possamos tomar atitude

5.5.4. Ideia Central 4: Educar para a sexualidade

DSC1: Quando se fala em trabalho com a família se entende só com famílias pobres, e na verdade não são. Tem que capacitar todo mundo. Trazer cultura, trazer teatro, trazer as coisas, leva lá ele vai entender. Uma coisa que a gente conversou foi a prevenção. A gente tem assim encaminhado as famílias para o tratamento do uso de drogas pra tentar cortar esse ciclo vicioso que tem se formado em cima da exploração sexual. Só que isso tem que partir desde lá dentro de casa. A gente tem orientado muito a comunidade quilombola. Tem conversado muito com as mães sobre como abordar as suas filhas, as suas sobrinhas em relação à sexualidade. Então se você quebrar esse tabu que existe na família, essa coisa de falar sobre sexo com o filho (vai ficar mais fácil. O pai ou a mãe(que) tem medo de falar, porque de repente se falar de sexo com a filha ela vai sair dando pra todo mundo, ou eu vou falar de sexo com o meu filho...Então tem que ter consciência dessa questão. Se você conversar com um aluno, existe essa polêmica sim. O filho chega na mãe e pergunta, pra ela é um absurdo, pra criança não.

DSC2:É ajudar a criança a se proteger, cuidar do corpinho dela. Orientar desde pequenininho, por que não adianta nada você esperar ela crescer. Ensinar que ela tem que se cuidar, que o corpo dela é importante pra todas as fases da vida dela. Nós temos que fazer alguma coisa, não podemos ficar assistindo. Falar sobre sexo nas palestras, explicando pras crianças, não só para o pai e a mãe.

DSC3: Pode ter vida sexual? Pode. Mas desde que tenha todo um cuidado. Quando eu abordo esse tema de aparelho sexual, essas coisas, é impressionante a quantidade de nomes que aparecem. Então em relação a essas coisas... esse assunto mais diretamente relacionado a... (sexo). (tem que explicar) cuidando do seu corpo, o seu corpo é algo que ninguém pode tocar, que é só você mesmo. A partir do momento que se discute sexo do jeito que essas crianças falam, aquele tipo de aproximação de repente é até uma curiosidade. Eles querem ver até onde vai chegar aquilo, será que realmente é como eu... como as pessoas comentam? Não me interessa se é mais velho se é mais novo, se é meu padrasto, se é meu tio. Pra eles isso não importa muito não, então que que é isso? Eu acho que a gente tem que ser aberto em relação a essas coisas, sabe? É que as informações e a iniciação precoce hoje(é uma realidade) se não começa a se fazer um trabalho, nas aulas de ciências, a partir dos 12 anos...

5.5.5 Ideia Central 5: Investir na articulação e capacitação entre diferentes serviços, políticas e organizações e potencializar o que já existe, já tem experiência

DSC1: É preciso que os órgãos interajam mais A gente precisa de capacitação. Não só para o conselho tutelar, mas todo mundo que faz parte da rede para todo mundo falar a mesma linguagem e que tem o mesmo entendimento pra hora de fazer o encaminhamento. A articulação importante é com a educação. Nós precisamos que a educação saia desse enclausuramento e venham participar dessas políticas públicas fora da escola. (o juiz)embora ele tenha que estar meio à parte, para estar numa condição de observar o nosso trabalho e a questão das vítimas, ele fortalece. Nós, enquanto conselho dos direitos da criança precisamos reunir com todos os outros

conselhos: da saúde, da educação, pra gente mostrar a importância que tem da rede estar articulada.

DSC2: A gente acabou montando uma comissão intersetorial de atenção a criança e ao adolescente porque a gente trabalha tanto a questão da exploração sexual quanto outras questões de violência ou medida socioeducativa que envolva criança e adolescente. Há uns 4 anos atrás tinha uma equipe do COMCEX que fazia um trabalho bem sigiloso, e nesse período nós tivemos um resultado bem bom porque tudo que você denunciava havia uma havia uma posição rápida de todo mundo.

5.5.6 Ideia Central 6: Investir na fiscalização das migrações de meninas e mulheres e coibir a prostituição

DSC1: “Pra resolver deveria fechar todas (casas de prostituição). Deveria cassar o alvará do estabelecimento, que aí era menos uma boate”.

DSC2: “Tem que se ter uma fiscalização rigorosíssima nessas BRs em relação a esse trânsito de adolescentes e essa migração de mulheres adolescentes, sobretudo de mulheres. Tem que fazer o controle, não de forma proibindo, mas de forma a identificar aquelas pessoas que estão se prostituindo ali no ponto ou com seu cliente porque acaba prevenindo o aliciamento”.

5.5.7 Ideia Central 7: Desenvolver ações específicas com caminhoneiros

DSC1: “Tem que ter realmente leis para (regular) o trabalho dos caminhoneiros, (para a) política pública dar melhores condições de trabalho aos caminhoneiros, para educar o caminhoneiro. Então tem que fazer um trabalho com esses homens, conscientizar eles, porque eles acham que tomar um copo de cerveja com uma adolescente não é maldade”.

5.5.8 Ideia Central 8: É preciso colocar as crianças e adolescentes para trabalhar e reprender com ameaças

DSC1: Se na adolescência é privado de trabalhar isso aí é uma coisa negativa. Porque se eu adoto uma... emprego uma menina pra cuidar da minha casa, um trabalho leve, que não vai machucar ou interferir alguma coisa, ela está dentro de uma família que tem princípios, que está interessado em duca-la a crescer num ambiente bom. Mas então porque essa lei privar a gente de fazer isso? Quantas meninas nós poderíamos tirar da circulação aí pra duca-la como ser humano, pra ser uma futura mãe, uma futura dona de casa. Vai aprender alguma coisa positiva não o que ela ta aprendendo na rua.

DSC2: “Porque não tem uma penalidade justa sabe, tem que botar um medo nessas crianças também porque se está rolando um dinheiro é porque quer, o outro está pagando (vários falam ao mesmo tempo). Não tem uma coisa assim, que repreenda esses moleques. Oh, fala que vai dois dias na casa abrigo, ou vai ficar três dias, que vai ter que pagar serviço comunitário, vai capinar, fazer uma horta ali na creche”.

5.5.9 Ideia Central 9: Investir nos valores familiares e religião

DSC 1: Temos que começar é trabalhar a base, trabalhar os valores da família. Nosso objetivo é sempre tentar resgatar a família. Não digo que a religião vai resolver, mas 70% dos problemas são resolvidos.

O sujeito coletivo formado por atores da rede de garantia de direitos acredita que as ações pendulam entre culpabilizar, responsabilizar, educar e enfatizar as ações das políticas sociais. No entanto, há discursos divergentes que remetem às próprias crianças e suas famílias, a necessidade de mudança de valores, inclusive atuando com rigor sobre elas. Discursos como “colocar para trabalhar”, “educar prá ser uma boa dona de casa”, colocar medo” e retomar “valores familiares e religiosos” indicam que há um processo de culpabilização que é estanque às próprias vítimas.

Pode-se sugerir que a ideia central 5.5.1 é um reflexo do discurso de culpabilização, mostrando que existe a necessidade de políticas sociais que atraia crianças e adolescentes para atividades que os mantenha afastados da ociosidade, vista como perigosa. A “rua” é apresentada como uma figura metaforicamente demonizada, vilã, no contexto da exploração sexual, ou seja, a criança na rua é mais facilmente aliciada, tanto para a exploração quando para o consumo de drogas, além de estar mais suscetível a todos as intempéries, vistos moralmente como, “tudo que não presta” está fora dos “lares”. A localização do perigo a partir da rua e da ociosidade desloca a responsabilização para o imediato e o senso comum. A rua é, por excelência, o deslocamento e o direito de ir e vir, descobrir, vivenciar, socializar. A visão de possibilidades da rua ser também o lugar do exercício de cidadania parece ser destinada somente aos adultos e às classes detentoras de algum tipo de poder.

Também o vínculo da exploração sexual com a ociosidade desconsidera a capacidade criadora exatamente a partir do ócio, o que não é bem visto pela rede de garantia de direitos. A ideia de vincular a cultura e o lazer (sendo este sempre com acompanhamento de adultos), faz dessas duas importantes áreas de formação da criança e do adolescente, somente como instrumento de controle social e não como direito consagrado no ECA.

Políticas públicas de cultura e lazer de crianças e adolescentes podem contribuir para o desenvolvimento de potencialidades, havendo a necessidade de incentivo a esta população, à maior participação, como também a mudança de valores culturais que historicamente desconsideraram esses direitos como importantes para uma sociedade mais saudável. Tais atividades, em verdade existem, mas não atendem a demanda do

público, como também são depreciadas pelas políticas públicas e pela população de forma em geral.

Outro discurso recorrente aduz que apesar das campanhas de sensibilização e mobilização existirem é necessário que tenham caráter permanente, não se resumindo à determinadas épocas do ano ou datas especiais. Ocorre, que uma das faces da exploração se dá, conforme demonstrado, dentro das elites, tanto econômicas quanto políticas que, direta ou indiretamente detém algum tipo de poder sobre a dinâmica dessas campanhas, inclusive não se sentindo afetadas por elas. Dentro do próprio discurso da RGD é possível encontrar a essência desse discurso, uma vez que, as informações não são compartilhadas entre os órgãos, não existe uma articulação capaz de enfrentar a ESCA. Neste sentido, a sensibilização da sociedade, visando a mudança de paradigmas, não pode ser resumida a campanhas, sobretudo deve compor o escopo do trabalho das políticas sociais e das organizações e grupos da sociedade de forma permanente e desenhada a partir dos públicos a serem atingidos.

A falta de denúncia também leva a um DSC que propõe medidas educativas, com a finalidade de que os canais que se têm para a realização de denúncias (Disque 100, 180, 190 ou Conselho Tutelar) ganhem mais publicidade e crédito frente ao fato de que, as pessoas são ignorantes em relação à sua existência e funcionalidades. Como também não há monitoramento dos casos denunciados e a sociedade não fica sabendo o que ocorreu com sua denúncia, há descrédito sobre a atuação e efetiva resolutividade dos casos denunciados. Há possibilidade, inclusive, desses canais de denúncia serem considerados por alguns, meros “contadores” de casos denunciados para fins estatísticos.

O que se percebe é que há uma expectativa de que os canais de denúncia funcionem como ator rápido e efetivo do combate aos casos denunciados. Em outras palavras, espera-se que após a denúncia uma equipe da RGD seja imediatamente acionada para a resolução final de determinado caso. Por outro lado, o questionamento também realizado no âmbito dos colegiados públicos é que uma situação pode ser apenas “uma criança de papel”. Uma denúncia que tramita por diferentes organismos como Ministério Público, Conselho Tutelar, CREAS, Polícias e Judiciário, sendo que todos eles fazem seus relatórios e encaminhamentos e, ao perguntar: “onde está tal

criança?” A resposta poderá ser: “não sabemos!”; “como estão?”, a resposta poderá ainda ser pior: “não temos a menor ideia”¹⁶.

Outra possibilidade de enfrentamento da ESCA, a partir do DSC, é a educação sobre sexualidade, que é necessária, mas não pode ser banalizada ou mesmo deve ser cuidadosa. As famílias são apontadas como barreiras para essa educação, por julgá-la imprópria para crianças e adolescentes. No entanto, em DSCs anteriores, também se reconhecem que a própria RGD também tem preconceito com a temática. Ao imputar às famílias a responsabilidade pela não educação sexual com não conversam sobre sexo com as crianças por serem moralmente desencorajadas e, por isso as crianças fazerem suas descobertas sobre sexo de forma inadequada, na verdade, parte do senso comum que não há educação sexual, o que não é verdade. A educação sexual realizada pela maioria das famílias e pela escola consiste em criar tabus, conceitos e valores que são proibicionistas e conservadores, ou seja, não tratam da sexualidade de forma libertária e segura e do cotidiano dos processos educativos.

Também ao pautar a discussão da educação sexual na família e na educação, significa reconhecer que, juntamente com a Igreja, compõem o tripé de controle sobre as pessoas, ou seja, neste sentido, fazem o controle da sexualidade na infância a partir do medo, do pecado, do errante mantendo “sob véus” o controle do real. A curiosidade, a descoberta, os relacionamentos passam a ser condenados visando o controle moral da sexualidade e, a curiosidade, inerente à infância e adolescência passa a ser vista como desviante.

A educação necessita ser melhor articulada com as demais políticas que tratam da garantia de direitos de crianças e adolescentes com vistas ao enfrentamento da exploração sexual destas. É possível observar que mesmo com a introdução do Programa de Saúde na Escola não houve um reconhecimento por parte da RGD de um aumento da participação das escolas neste enfrentamento. Isso se deve à ativa participação de determinados segmentos sociais ligados ao poder público e à vertentes religiosas conservadoras, simultaneamente, que inadmitem a existência de uma educação voltada à sexualidade nas escolas. Assim, a educação sexual nas escolas continua acontecendo por meio de projetos pontuais o que não se expande tornando política permanente.

¹⁶ Esta análise se baseia em duas situações de crianças e adolescentes, cujas denúncias chegaram até o COMCEX-MS e o acompanhamento foi realizado por integrantes deste colegiado.

Essa mesma moralização que envolve a sexualidade das crianças e dos adolescentes afeta também o cotidiano de meninas e mulheres, quando se sugere um controle do trânsito das mesmas. Essa moralização se traduz no verdadeiro cerceamento do direito de ir e vir dessas pessoas, isso porque, a regulação das migrações é associada à uma forma de coibição da prostituição, como se somente meninas e mulheres se prostituíssem e fossem as únicas responsáveis pela prostituição ou, ainda pior, necessitassem de controle pois não conseguem se proteger, conferindo a elas a ideia de vítimas indefesas.

Quando se vê o trabalho de crianças e adolescentes como a saída para o problema da ESCA instaura-se um verdadeiro dilema sobre tudo que existe a respeito de direitos da criança e do adolescente, pois, está-se afirmando que os direitos sexuais e os direitos que proíbem o trabalho infantil não são coexistentes, ou mesmo que se contrapõem. Tal vertente de pensamento se consubstancia no conformismo da violação de direitos, colocando, no entanto, os direitos de não ser explorado sexualmente num patamar superior aos direitos que vetam o trabalho de crianças e adolescentes. Essa situação de estagnação, de sujeição aos ditames da violação de direitos demonstra uma face fragilizada da rede, que se apresenta como uma entidade que já não mais acredita no próprio trabalho, ou mesmo que não encontra saída a partir da garantia de direitos, evidenciando sentimentos de fraqueza e derrota.

O senso comum machista está arraigado também nesse discurso, pois segundo ele, a menina só será alguém na vida se vivenciar o convencionalismo a respeito da família. Isto é, naquilo que denomina de “educação humana” sugere, nesse viés, que a menina está fadada ao papel de mãe e de esposa, e que qualquer outra forma de viver é passiva de condenação.

Os discursos são contraditórios, pois, iniciam como uma ideia que a partir da política pública se deve enfrentar questões estruturais como a desigualdade e o acesso a direitos e, por outro lado, sugere que através do trabalho sejam retiradas as meninas e mulheres da rua. A proposta assume uma roupagem autoritária ao apontar a repreensão como forma de solução ou mesmo a redução das meninas ao projeto de vida de ser mãe e dona de casa, mantendo essa regra pelo medo e ameaça, usando desse mesmo medo para mantê-la afastada da exploração. No início dos discursos se fala em conscientização ao passo que no final tem-se a imposição de valores por meio do temor.

Diante dessa realidade, tem-se que onde as políticas públicas não se apresentam como ações eficazes, aptas a combater de fato as raízes do problema, a religião toma o

espaço como entidade promotora de soluções ou colaborativa. Os valores morais ou dogmáticos religiosos são vistos como uma das saídas dos problemas relacionadas à exploração sexual, na qual, a simples presença desses valores é tida como capaz de afastar o mau da exploração sexual. Na verdade esses valores afastam a discussão da sexualidade, colocando-a somente como uma questão de reprodução. Tal estratégia somente é funcional quando a própria sexualidade é entendida como uma coisa ruim e a exploração sexual como reflexo de uma sexualidade ativa.

Quanto aos caminhoneiros, novamente, as sugestões de estratégia de combate à ESCA refletem os discursos de culpa analisados anteriormente. No caso, o caminhoneiro que nos DSC's é apresentado como um dos principais alvos das sugeridas políticas públicas de conscientização e/ou capacitação, leva consigo estigma e discriminação, que repercutem numa cultura de vilanização do mesmo, na qual, a ESCA é sempre associada à figura do caminhoneiro como usuário do serviço sexual ou mesmo, como explorador.

As perspectivas de enfrentamento à ESCA, a partir da Rede de Garantia de Direitos, está repleta de contradições, ou seja, é possível vislumbrar que não há um só pensamento, mas que há uma hegemonia do conservadorismo, inclusive sugerindo a violação de direitos como legítima e apta a controlar ou acabar com outra violação de direitos. É como se houvesse a sugestão de uma sinérgica e permanente violação de direitos, em que pese discursos também sugerirem políticas sociais básicas. No entanto, mesmo estas sugestões mais abrangentes, passam distante do enfrentamento a partir da denúncia de questões estruturais como o modelo de desenvolvimento, o machismo, adultocentrismo, heterossexismo, etnocentrismo e o reconhecimento de possibilidades libertárias envolvendo crianças e adolescentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual o tamanho da nossa indignação?

E da nossa coragem?

(Equipe da pesquisa)

O ponto inicial a ser considerado desta pesquisa é o método coletivo de conhecimento da realidade. O envolvimento de diferentes olhares como pesquisadores de universidade, militantes dos direitos humanos de crianças e adolescentes e trabalhadores que estão envolvidos em diferentes cadeias produtivas na BR-163 como trabalhadoras sexuais, saúde e entretenimento possibilitou o levantamento da realidade de forma mais complexa. A gestão administrativa, técnica e mesmo a articulação de diferentes instituições traz consigo o legado de aprendizagem de como fazer da pesquisa a própria intervenção na realidade, por meio do trabalho coletivo e da busca de novas organizações.

A opção por ouvir @s diferentes atores/atrizes sociais que estão nos municípios, ou seja, aqueles que vivenciam o cotidiano da garantia dos direitos da criança e do adolescente permitiu ao mesmo tempo que se coletavam os dados, processo de reflexão pelos próprios participantes. Permitiu também a compreensão das condições concretas em que vivem esses grupos que tão generosamente colocaram-se disponíveis para expressarem o que pensam, ou seja, colocaram suas vidas a serviço do conhecimento da realidade. Ao expressarem sobre o trabalho, não falam somente dele pois vivem no mesmo território, ou seja, são trabalhadores e destinatários da mesma realidade. Por isso, riscos e possibilidades de intervenção não dizem somente respeito ao exercício profissional, mas ao seu próprio viver.

Ao organizar e analisar os dados por meio do DSC, a realidade pode emergir de forma a expressar as contradições e efetivamente conhecer a representação social que a rede de garantia de direitos tem sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes e o vínculo ou não com a BR-163.

Ao levantar os fragmentos históricos sobre o contexto da implantação da BR-163 é perceptível de forma nítida que o objetivo de sua existência não foi vinculado à valorização das comunidades existentes previamente neste território como os povos indígenas, comunidades negras ou pequenos agrupamentos. Pelo contrário, foi pensada

e executada para exploração das riquezas do centro-oeste e do norte brasileiro a serviço da exportação.

Anteriormente, também o acesso a essas localidades foi feita pelos rios e pelas rotas terrestres com a finalidade de exploração de minérios (ouro e pedras preciosas), madeira como também implantação de pecuária extensiva e apropriação das terras em grandes latifúndios. Também tiveram acesso a este território os bandeirantes paulistas que o Estado brasileiro demandava visando manter a integração da região ao território nacional, sob a ótica da segurança nacional.

Pode-se afirmar que, para os projetos de desenvolvimento pensados fora da região e implantados sem nenhuma participação dos grupos populacionais que aqui viviam, a BR-163 não foi concebida para apoiar as localidades, mas atravessá-las, sendo os grupos populacionais vistos como empecilhos à implantação do desenvolvimento do agronegócio ou como estando a serviço deste. Na contemporaneidade, há uma intensificação importante com o avanço da fronteira agrícola para o norte do país, sendo a BR, a principal via de “escoamento da riqueza”. Neste território não há, portanto, a ideia de valorização da suas capacidades de melhoria das condições de quem vive nele, mas de quem está a serviço do desenvolvimento, ou seja, a balança comercial brasileira é determinante na intensidade com que ocorre a utilização e o papel da BR-163.

É neste contexto que estão os trabalhadores: aqueles vinculados à circulação de bens e pessoas na BR; aqueles das políticas sociais existentes no município e, todos os demais que trabalham nas diferentes cadeias produtivas que compõem o modelo de desenvolvimento econômico e que conformam o pensamento e a representação social sobre a realidade. Esta é a base que propicia a representação social que se expressam nos discursos.

A análise dos discursos do sujeito-coletivo sobre a ocorrência de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios do norte do Mato Grosso do Sul entrecortados pela BR-163 comprovou a impossibilidade de se considerar tais ocorrências sem sua ligação com o território. As políticas sociais existentes, mesmo considerando suas (re) organizações a partir da Constituição Federal de 1988, nunca tiveram a importância das políticas econômica e de integração territorial (com vistas à segurança nacional). É possível afirmar que as localidades estão a serviço do desenvolvimento nacional, cuja inserção na mundialização do capital desconsidera a distribuição das próprias riquezas produzidas nestas localidades ou que por elas são escoadas.

A dinâmica da rodovia influi na dinâmica das diferentes explorações, evidenciando a interferência na representação social construída concretamente no processo sociohistórico. Assim, reconhecer a exploração sexual de crianças e adolescente tem diferentes discursos que vão da negação à afirmação e sua relativa importância. Em outros termos, a exploração sexual cometida contra menores de idade tem um discurso que também a vincula à BR-163, mas nega esta como pertencente ao seu território. A ideia da BR como escoamento, passagem, atravessamento e, portanto, não pertencente à responsabilidade do território delimitado pelas fronteiras municipais, incide diretamente na não incorporação desta estrada à responsabilidade das políticas municipais.

Os DSC apresentam, em sua maioria, causas e culpas lineares sobre a ocorrência de situações de exploração sexual, geralmente vinculado uma menina (e, em alguns casos, meninos homossexuais) e um violador. Este equívoco remete a um senso comum que não deveria ser a fala da rede de garantia de direitos. É possível identificar falas dos sujeitos integrantes da rede de garantia de direitos é possível identificar um texto mais censurado e treinado, marcado por silenciamentos, tabus e certo distanciamento da questão. Os discursos revelam uma visão dualista do mundo, em que de um lado estão os culpados (família, meninas, caminhoneiros, governo e o consumismo) e de outro estão as soluções (estruturação da família, conscientização dos caminhoneiros, mais rigor da legislação). Essa visão dual, em que há o embate constante entre bons e maus, entre o que é certo e errado, está presente em praticamente todos os discursos. Tais embates são percebidos pelo uso constante de conjunções com sentido de contradição ou ponderação, como o “mas”.

São discursos treinados por anos de participação em cursos, palestras e eventos, por isso, há uma preocupação com o que é dito e como é dito. Inclusive é possível perceber um cuidado frequente dos sujeitos em utilizar a terminologia correta, evitar preconceitos, tentar não passar uma visão maniqueísta e simplista da questão. No entanto, em muitos momentos, essa auto-censura é vencida pela força de um discurso dominante na sociedade. Isso porque, embora façam parte da rede de garantia de direitos, as pessoas estão, em primeira instância, inseridas em uma sociedade, que tem em si já estabelecidos conceitos e pré-conceitos.

O discurso treinado, no entanto, falha quando revela o desconhecimento do sujeito sobre as especificidades de cada tipo de violência cometida contra crianças e adolescentes, sendo que a exploração sexual é muitas vezes confundida com o abuso

sexual cometido por familiares ou pessoas próximas da vítima. Mas também falha quando não vincula a realidade local e a depreciação dos serviços públicos oferecidos à garantia dos direitos da criança, praticamente como se estes não tivessem outra forma de existir.

As contradições apresentadas pelos discursos, embora sejam minoritários aqueles advindos de representação social mais complexa que evidencie as fraturas do modelo de desenvolvimento e os fundamentos da questão social, possibilitam às organizações que lutam pelos direitos da criança e adolescente, avaliar os processos de formação que estão em curso e que são destinados à rede de garantia de direitos.

Ao apresentar as dificuldades de enfrentamento da exploração sexual, os discursos ainda de forma moralista e conservadora na sua maioria, destinam às crianças e adolescentes as ideias de controle e de políticas públicas que as possam “guardar” do ócio e das diferentes possibilidades de socialização a partir da rua.

O que se tem é que, de um jeito ou de outro, todos os atores das redes de proteção dos municípios apontam para as mesmas causas, culpados e propostas de enfrentamento. Tem os mesmos preconceitos e sentimentos de impotência. Reforçam sempre a questão da denúncia e falta da responsabilização e impunidade na investigação dos casos. O desafio então é promover esse encontro de saberes em prol da construção de atitudes e sentimentos protagonistas quando o assunto é enfrentamento da exploração sexual e que esses processos educativos possam balizar-se pelo reconhecimento dos direitos sexuais de crianças e adolescentes como direitos humanos.

O discurso dos observadores não foge muito dessa linha dualista, no entanto, evidencia problemas da rede de garantia de direitos que não são citados pelo sujeito-coletivo formado pela rede, como o descaso no tratamento das denúncias, quando elas chegam até a rede. É relevante atentar para estas afirmativas acerca da denúncia porque historicamente a rede de proteção reclama de não receber denúncias ou recebe-las sem embasamento ou com informações incompletas. Para quem observou a dinâmica da exploração na BR-163 durante dois meses, a conclusão a que chegou esse sujeito coletivo, é de que é evidente e constante a presença de adolescentes na rodovia e que pouco vem sendo feito pelos municípios para enfrentar a situação. Também foi possível identificar nos discursos os preconceitos e falhas de entendimento sobre os direitos sexuais de crianças e adolescentes, até mesmo entre as pessoas que atuam no mercado do sexo adulto.

O atual fluxo e a perspectiva de aumento constante da economia que passa por esta estrada, inclusive com os recordes anuais da produção de grãos e a forte expansão da cana, não tem as mesmas metas para implantação de serviços e ações das políticas sociais. Ao mesmo tempo que a riqueza “passa” pelo território, a política social em nada se beneficia.

A responsabilidade pelo enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes não pode ser reduzida às famílias ou às políticas sociais locais, mas é imperativo que seja compreendida como uma expressão do modelo de desenvolvimento cuja riqueza concentradora precisa ser revertido e colocar-se a serviço das necessidades locais. Empresas e governos que se beneficiam da concentração de riqueza devem comprometer-se com o enfrentamento dos impactos causados por eles próprios. Potencializar as ações e serviços locais é muito mais que estar nas campanhas de sensibilização, sobretudo significa construir estruturas que possam incidir de forma eficaz sobre a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Entre os desafios que está posto ao COMCEX-MS, Secretaria de Direitos Humanos e à própria Escola de Saúde Pública que estiveram à frente desta pesquisa, é repensar a formação da rede de garantia de direitos que, tanto no aspecto metodológico quanto no conteúdo, possam causar estranhamentos capazes de ir em busca das razões da exploração sexual para além do aparente. É desconstruir paradigmas morais, religiosos, econômicos e sociais que normalizam a barbárie e distanciam os agentes públicos da sua condição de ser social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Polícia Rodoviária Federal. **Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras/2011-2012.** _____ . Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3597.html. Acesso em 26 maio 2014.
- _____. **Estatuto de Criança e do Adolescente.** Lei 8069 de 13 de junho de 1990. Campo Grande. Programa Escola de Conselhos-PREAE/UFMS, 2011.
- BRECHT, Bertolt. **Antologia poética.** Disponível em: < http://chafic.com.br/chafic/moodle/file.php/1/Biblioteca_Virtual/Filosofia_e_Sociologia/Antologia_Poetica_de_Bertolt_Brecht.pdf > Acesso em set./2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- CASTANHA, Neide (org.). Direitos Sexuais são direitos Humanos – Caderno de Textos. Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2008.
- CHILDHOOD. *World Childhood Foundation (Childhood)*. **Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes Indicadores de Risco, Vulnerabilidade e Proteção.** Disponível em: <http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2014/03/vitimas-de-explora%C3%A7%C3%A3o-sexual-de-crian%C3%A7as-e-adolescentes.pdf>.
- COMCEX-MS/IBISS-CO. Instituto Brasileiro de inovações pró-sociedade saudável/Centro Oeste. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Criança e Adolescente de Mato Grosso do Sul. **Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, 2010. Relatório disponível em: http://www.ibiss-co.org.br/site/up/documento/2013_01_08/2013_01_08_11_01_57_0.pdf
- COMCEX-MS/IBISS-CO. Instituto Brasileiro de inovações pró-sociedade saudável/Centro Oeste. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Criança e Adolescente de Mato Grosso do Sul. **Exploração sexual de meninos e meninas brasileiros da fronteira Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia.** Campo Grande, 2011. Relatório disponível em: http://www.ibiss-co.org.br/site/up/documento/2013_09_19/2013_09_19_15_09_07_0.pdf
- FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: CECRIA Ed. Thesaurus, 2000.
- GADAMER, HANS-GEORG. **Verdade e Método:** traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 3. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

HORKHEIMER, Max. **Traditional and Critical Theory**. In. M. Horkheimer, Critical Theory. Selectad Essays. New York: Herder and Herder, 1972.

HORTA, Maria Teresa. **A dama e o unicórnio**. Alfragide, Portugal: Dom Quixote, 2013.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. O pensamento coletivo como soma qualitativa. Disponível em <http://www.fsp.usp.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2011 às 15h

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia Maria Gomes Sousa (Orgs.). **A exploração sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Ucitec, 2010.

MOURÃO, Zacarias. **A matogrossense**. Disponível em < <http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/edson-e-hudson/a-matogrossense/360747> >.

NECKEL, Jane Felipe. **Erotização dos corpos infantis**. In. Corpo, gênero e sexualidade. LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.) Petrópolis: Vozes, 2003.

NOGUEIRA NETO, Nogueira. **Promoção e defesa/proteção dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, na perspectiva dos direitos humanos: generalidades e consensos mínimos**. Disponível em <http://wanderlino-nogueira-neto.blogspot.com.br/2011/10/sexualidade.html>- Acesso em 24 jul 2014.

PECK, M. Scott. **O caminho menos percorridos**. Cascais: Sinais de Fogo, 2000.

SANTOS. Luciane dos. **Moro no mundo e passeio em casa: vida e trabalho dos caminhoneiros**. In: O avesso do trabalho. ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes. (Orgs). 1. Ed. São Paulo :Expressão Popular, 2004.

SCANDOLA, Estela Márcia Rondina. **Mercado sexual e trabalho: uma aproximação para compreender riscos e exploração**. Disponível em: <http://www.ibiss-co.org.br/>. Acesso em 26 abr 2014.

_____. Impactos de grandes projetos na exploração sexual de crianças e adolesce
O caso do setor sucroalcooleiro em Mato Grosso do Sul. In: XI CONGRESSO LU

AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2011. Salvador. Anais Eletrônicos...
Salvador: UFBA, 2011. Disponível em:
<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307668470_ARQUIVO_SetorSucrolacooleiroeExploracaoSexualdeCA0106.pdf>. Acesso em: maio 2014.

_____. Oferta, demanda e mercado sexual: aprendizados de educadora. Revista Conversação, n. 7, p. 4-7, 2009.

WAS, World Association for Sexology. Declaração Universal dos Direitos Sexuais XV Congresso Mundial. Hong Kong, 1999.

Sites consultados:

Universidade de São Paulo
<http://www.fsp.usp.br/~flefreve>

Instituto Brasileiro de Inovações Pró-sociedade Saudável | Centro-Oeste
<http://www.ibiss-co.org.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Ministério dos Transportes
<http://www.transportes.gov.br/>

Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes
www.dnit.gov.br

APÊNDICE 1

DISCURSOS COLETADOS NOS GRUPOS FOCAIS ORGANIZADOS POR RESPOSTAS (TODOS OS MUNICÍPIOS JUNTO)

1. EXISTÊNCIA DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

Na BR quase que a gente não tem caso. Na BR geralmente são pessoas mais adultas. Não chega no Conselho. Às vezes quando chega a gente vai lá, mas acho que é bem pouco. Eu acho que até hoje a gente nunca lidou com um caso de exploração. A Polícia Federal pegou aqui nuns bares perto da BR, mas aqui não tem nada. Não. A maioria das adolescentes não é daqui do município. Não. Não. (concordam alguns). Não tem caso daqui, são pessoas de fora, que passa pelo município e circula. São flutuantes. Tem carona só de adolescente de 14, 15 anos que pegam. Eu já vi as carretas pararem assim e descer, mulher, moça. Mas aquele movimento assim de prostituição, que a gente vê na televisão, que tem assim em lugares maiores, nas paradas de caminhões, de movimento de mocinhas, de mulheres, aqui assim eu não vi. Mesmo porque, essa exploração tem toda uma, uma... desde as roupas que elas usam, desde tudo, tem uma característica. E você não vê essa característica, vê mais como carona. Pode até ser...

Tem. Tem. (silêncio). Pequena, mas tem. Um quantitativo em função a essa ida e volta das caronas. Hoje em dia eu vejo que diminui bastante. Não é tão simples assim, a cidade assumir que tem problemas né... É colocada uma máscara pra proteger a imagem do município. Algumas situações são maquiadas pra poder dizer: não, isso não acontece lá. O que eu percebo nas visitas que eu faço às boates, são crianças que você vê ali dentro. Só que como é durante o dia, não existe nada que impeça. Eu não sabia. Pra nós aparece bem pouco a questão dos meninos, mas existe. Eu acho que a exploração sexual de meninos na nossa cidade é pequena até por causa do preconceito em relação a homens. A BR colabora, mas não é a causadora, tirando ela não vai resolver o problema, amenizaria, mas não resolve o problema.

E eu achei que era só eu sabia disso! (risos) Por Deus! Porque a gente fala, mas ninguém acredita. Eu trabalhava ali. Então você já nem ficava mais horrorizado. Mas pra quem vê assim, pela primeira vez, menina novinha, fica, mas, era normal. São pessoas da própria cidade: produtores rurais.

Quando eu abordo esse tema deee... é... ééé... de...aparelho sexual, essas coisas, éee immmpressionante a quantidade de nomes que aparecem. Então em relação a essas coisas deee... esse assunto mais diretamente relacionado a... Só que isso tem que partir desde lá dentro de casa, cuidando do seu corpo, o seu corpo é algo que ninguém pode tocar, que é só você mesmo. Então se você quebrar esse tabu que existe na família, essa coisa de falar sobre sexo com o filho. O pai ou a mãe tem medo de falar, porque de repente se falar de sexo com a filha ela vai sair dando pra todo mundo, ou eu vou falar de sexo com o meu filho e ele vai né. Então tem que ter consciência dessa questão. Se você conversar com um aluno, existe essa polêmica sim.

O filho chega na mãe e pergunta, pra ela é um absurdo, pra criança não. A partir do momento que se discute sexo do jeito que essas crianças falam, aquele tipo de aproximação de repente é até uma curiosidade. Eles querem ver até onde vai chegar aquilo, será que realmente é como eu... como as pessoas comentam. Não me interessa se é mais velho se é mais novo, se é meu padraço, se é meu tio. Pra eles isso não importa muito não, então que que é isso? Eu acho que a gente tem que ser aberto em relação a essas coisas sabe... ééé... É que as informações e a iniciação precoce hoje se não começa a se fazer um trabalho, nas aulas de ciências, a partir dos 12 anos. Cara, parece que estimula, que aflora mais ainda a vontade delas. Fica mais exacerbado os desejos sexuais. Então a gente percebe que tem um tabu muito grande pra se discutir a sexualidade de crianças e adolescentes e isso em todos os âmbitos: da saúde, da educação. Chega até a questão mesmo da exploração, da gravidez precoce e outras coisas que a gente não sabe. Eu particularmente acredito que criança e adolescente também têm seu direito à sexualidade, que também deve ser preservado. Mas deve ter controle e qualidade de saúde.

1.B FLUXO DE ADOLESCENTES E DA DINÂMICA DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

Um fator que eu penso ser interessante pra falar da questão da BR é que aqui na nossa região é agropecuária, é agricultura, então tem um fluxo de caminhões, de caminhoneiros. E essas meninas têm conhecimento desse fluxo. Existe uma ligação muito grande em termos de BR-163. Isso é fato! É coisa confirmada. Essa migração de adolescentes, aspas, profissionais. Você vê menininha nova, de duas assim. Menininha que você não dava 15, 16 anos pra elas. As meninas menores pegam carona aqui pra ir lá. Você acredita? Porque aqui a polícia pega, o conselho pega. Elas saem daquele posto ali e vão direto pra lá. Eu trabalhava no posto em frente ao frigorífico e acontecia muito isso: as meninas pegavam um caminhoneiro aqui e iam até no posto. Dali já desciam de um caminhoneiro, iam no banheiro, faziam alguma coisa lá no pátio, já montavam em outro, e daí ficava o dia inteiro nesse vai e volta até chegar de noite e voltar pra casa. Pega carona com caminhoneiros e saem de um município para o outro e daí se prostituem durante essa trajetória. Elas ficam passeando o dia inteiro, na prostituição. E ali vai fazendo a vida, desse jeito. Eles chegam, vem de outros lugares e vão movimentando.

Se for ver quantas boates a gente tem cadastrado. Às vezes nesses bares já existe sim um lugar pra... pra.. existe sim. As meninas que vão até lá precisam usar roupas curtas pra atrair os homens e ali acontece o contrato e eles vão pra outros lugares. Até mesmo pro próprio quarto do trabalhador rural.

Não tem assim uma pessoa voltada para a exploração sexual, visando o lucro, uma pessoa forte por trás, nada. São coisas assim, momentâneas, pequenas. Uma pessoa aqui, leva uma, outra leva duas e vai indo. Eu diria que não há uma rede, eu diria que há cabra safado e sem vergonha, cada um num interesse em particular. Tem casos de falsificação de documentos. Elas falsificam à beira dos 18, assim com 17, 16. Então às vezes as meninas passam pela casa, faz o trabalho, e eles nem sabem se é maior ou não né. Elas já vêm aliciadas de outros lugares. Tem alguém atrás. Não é sozinha que elas fazem.

E tem os gays, principalmente os homossexuais que se descobrem agora. Aqui tem um monte. É tipo assim o mais velho assim ensinou o mais novos. E vai. Esses que estão se prostituindo são mais velhos, de 13, 14, 15. Estão envolvidos com a BR. Nós temos casos no CREAS de meninas que fazem sexo oral em velhos por dois reais, por uma bala.

1.C CAUSAS E VULNERABILIDADE

Essa BR- 163 realmente corta aqui. Ela favorece os traslados de muitas adolescentes das cidades vizinhas. É um dinheiro fácil, então é uma luta constante. Tem os postos de gasolina onde os caminhoneiros param pra dormir. Aqui virou um centro de prostituição há muitos anos, mas a gente sabe que não é só aqui. A prostituição não é crime, mas uma reflete na outra. Estimula a outra. Na época de safra é que aumenta a quantidade de prostitutas na cidade. Eu acho que por conta da usina. Está somando tudo: a facilidade da rodovia mais a usina. Tem a questão da soja, então tem um fluxo de caminhão bem constante na BR. Aqui também é um município turístico e eles vêm procurando as meninas pra exploração.

A base maior desse problema todo é o financeiro, questão econômica e o choque de renda entre duas comunidades distintas. A nossa sociedade é muito perversa. Ela é excludente. Há uma concentração de renda nas mãos de poucos e a maioria não tem acesso aos bens materiais mínimos. É uma sociedade que a essência dela é o consumo. Os pais dizem que não querem os filhos dentro de casa porque não tem o que comer. Poder aquisitivo. Pobreza. Eles vêem aquelas coisas na televisão e querem ter, ter... consumismo. E os pais não têm condições. Tem a questão da moradia. Em certas casas aí que são duas peças, onde mora uma família de cinco, seis pessoas, então crescem junto, dormindo tudo junto né. Aí é padrasto que vê a menina ficar mocinha e etc e tal. Aí a criança vê dentro da própria casa cenas de sexo acontecendo com a mãe com o padrasto. Daí acontece dela ser assediada não saber se defender. O problema é a falta de emprego, o emprego mal remunerado, o subemprego, o baixo salário. O jovem não tem como se manter. Isso vai fazer com que elas prefiram optar por essa vida. Elas saírem pra rua e, entre aspas, a gente sabe que elas sabem que estão se prostituindo. É fuga. Aí engravidam, vem mais um bebê pra aquela residência. Se já tinha 3, 4 já vai aumentar.

As mães falam que antigamente criança com 13, 14 anos trabalhava e hoje não se pode, né, então o que elas têm fazer: se prostituir. Aqui as meninas de 16 anos, 14, podem trabalhar, sim, como aprendiz, mas trabalhar, por exemplo, de empregada doméstica, ganha muito pouco. Elas falam assim: o que eu ganho numa noite, tenho que trabalhar um mês pra ganhar numa casa como empregada doméstica. Em uma alta temporada ganha-se quatro mil por mês e em baixa ganha-se mil reais por mês (pensativa). Então, pra elas que estão acostumadas com esses valores trabalhar como empregada doméstica, passando roupa e aguentando encheção de saco né... aguentando gritos e tudo mais ganhando 50 reais, 500 reais, não é interessante. Tudo bem que lá fazendo programas eles têm isso, tem que se submeterem a certas coisas horrorosas, né.. Eu acho que esses adolescentes são assim..... abortados os sonhos deles, então muitas vezes eles acabam ficando a mercê da prostituição.

Tem a questão cultural, desse empoderamento da adolescente. Elas se sentem poderosíssimas, livres. Eu dou pra quem eu quero, cobro. Tenho meu dinheiro, celular da melhor qualidade. Elas se vestem bem, não é? Prostituição infanto-juvenil tem esse

elemento complicador. Meu pai não manda em mim. Minha mãe não manda em mim. Eu sou dona da minha vida. Sem nenhuma consciência, não é?

Junto com o financeiro vem o álcool, o uso de drogas e a desestrutura da família, que não orienta as filhas, e essa questão de achar que é normal. Os valores das famílias estão mudados, invertidos. Modernismo. Muita promiscuidade. A liberdade se confundiu muito com libertinagem, sabe? Isso é muito agravante. A família assim descontrolada, desequilibrada. Não estão preparados pra serem pais, serem mães. O que falta na vida dessa criança, desse adolescente, é a valorização. Falta amor na família. As meninas fazem sexo a procura de amor, em busca de afeto. Tudo carente. É uma forma de ter contato com outra pessoa, ela não tem esse carinho ela não tem esse contato físico com o outro. Eu já presencie um caso de uma adolescente numa época contando... Ela falou chorando que ela não queria se prostituir, mas se ela não se prostituísse ela não teria roupa nova, ia ser o maior mico chegar na escola com roupa velha e não ia ter dinheiro pra sair.

E o que dizer daquela família em que a menina é filha de comandante, filha de general, que ganha 10, 15 mil reais por mês e ela se prostitui? Então, por isso que não é somente uma desestrutura familiar. Mas ter dinheiro também que não significa ter estrutura familiar. Tem famílias com condição financeira ótima e bem estruturada e que mesmo assim acontece da criança e da filha se encaminhar pra onda da prostituição.

A mídia erotiza, tudo é erotizado. A sexualidade é aflorada à pele da criança que frequenta de primeira a quarta série. (fala surpresa e indignada). É coisa assustadora! Só que ta faltando esse cuidado da família, de todos ali que cuidam, de ter esse olhar, de perceber essas mudanças, e pedir ajuda. As crianças estão institucionalizadas desde pequeninhas, aí não pega nenhuma intimidade com os pais, não aprende, depois quando chega a época de estudar então não estão mais tendo valores, até a autoridade dos pais ta sendo questionada. Começa pela falta de informação desde pequeninhos. A gente nota uma falta de orientação de como se prevenir.

Todos os casos que você pega de exploração sexual teve a violência. Ou física, ou psicológica, ou maus-tratos, ou algum tipo de abandono. A criança não teve um lar estruturado e aí de uma hora pra outra ela surtou e entrou na exploração. Em algum momento, essa instituição família faliu. Também está faltando Deus na vida dessas famílias. Infelizmente são pessoas que não tem religião, que não tem fé, que não vão na igreja. Não digo que a religião vai resolver, mas 70% dos problemas são resolvidos.

A família é vítima, pessoal. Não dá pra responsabilizar a família em um problema dessa magnitude (algumas discordâncias com a cabeça. Alguns dizem “não”. Outros se chocam). Uma família, pelo menos nos moldes que a gente conhece, bem estruturada, com pai é pai, mãe é mãe, filho é filho.... faltou educação na mãe, no pai, ou da mãe que é pai, do pai que é mãe, da família que não é tão normal como a gente imagina que tenha que ser. O maior problema mesmo é com relação a menores que não tem educação, não tem visão de futuro. A gente coloca o caminhoneiro como o capeta. E não é assim. O cara ta há 10, 15, 20 dias nessa estrada, a situação dele também é de vulnerabilidade. Ele ta estressado. É uma vida de cão. Entendeu? O cara ta rebitado, ta drogado. Tanto que eles morrem. Não se tem discutido muito essa questão? O profissional da estrada sofre pra caramba. Tem que ter realmente leis e essa questão da política pública pra dar melhores condições de trabalho aos caminhoneiros.

2. O TERRITÓRIO

Principalmente nos bairros mais próximos dos postos fica uma maneira mais fácil delas irem pra vida, tem um movimento muito grande. Eu acredito que não só na extensão da BR. Na avenida aqui também tem bastante e mais os ranchos que estão na beira da BR. Tem aqui na cidade, retirado. Tem rancho pra tudo quanto é lugar. Aqui é privilegiado de todas as formas: na beira do rio, na beira da estrada. Eu acho assim: a BR foi uma coisa que veio depois. Entendeu? Começou com o turismo. Aqui é a rota, por estar bem dentro da BR tem fácil acesso. É porta de entrada de tudo. Esse é um trajeto que corta norte-sul de transporte de cargas. É muita passagem. Ninguém para e permanece, ou passa uma noite, é muito raro o caminhão que encosta.

Os postos de gasolina são praticamente dois e dentro da cidade. Aí tem, além de usuários de drogas, a presença de menores na redondeza do posto. Tinha a questão da iluminação, então causava o acúmulo de pessoas pra essa questão de drogas e exploração sexual. Agora ficou mais fácil de identificar as situações.

Na área rural, é distrito daqui. Depois tem um assentamento também, mais pra frente, mas que fica fora da BR então lá é... é mais calmo, realmente. O assentamento, que ta longe da BR é mais calmo. É difícil o acesso. Tem muito assentamento rurais no município, super populosos.

Quando não tem a zona, casa de mulheres adultas. Porque quando tem todo mundo sabe que ta indo pra aquele sentido, aí que mora o perigo, e a gente sabe que existe e aonde ta acontecendo.

3. BANALIZAÇÃO E O FATALISMO

Elas acham que a gente não sabe que estão se prostituindo. Aí engravidam, vem mais um bebê pra aquela residência. É um problema social que vai gerando isso: prostituição, dinheiro fácil, drogas e vai aumentando. A avó era prostituta, a mãe se tornou prostituta e a filha é prostituta. Às vezes essa mãe se prostitui diante das próprias filhas que é aonde que a criança ou adolescente vai praticar os mesmos atos depois como exemplo.

Essa questão cultural de que há uma relativa normalidade na prática deve ser pontuado. Essa tolerância quanto à prática dessas violências com as crianças. Quando a gente trata de crimes sexuais ou crimes contra a criança parece que tem menos valor, pra todo mundo, pra sociedade. A gente fica até preocupado. É aquela ideia mesmo da naturalização. As pessoas vêem... 'ah, é criança, né'. Tudo pode contra a criança. Eu sou pai, eu faço o que eu quero, né. Parece que não se rompeu aquela ideia de código de menores. Você chega em casa e fala pra alguém, ou até pra seu colega mesmo, que uma menina de 14 anos estava se prostituindo, tava usando bebida, geralmente você vai escutar: "ta querendo dar, o que você vai fazer?" Aí a gente cita o agressor e ouve que a gurria que tá se oferecendo, que acha um absurdo o conselho ir atrás disso. Chega assim pra fazer uma determinada ocorrência: 'ah, mas essa daí já lá do ramo'. E nós que estamos envolvidos com esse trabalho, a gente fica assim né: como que a gente quer mudar? Falta muito, porque as pessoas têm essa mentalidade de achar, por exemplo, que a menina não é mais virgem e ta fazendo programa. Pode tudo. Pode tudo de ruim acontecer com ela. Banaliza a violência. É normal. A gente ouve: "ah, minha mãe falou que pra que ficar guardando esse negócio aí, a terra vai comer".

Não tem como você combater isso hoje, porque isso é coisa que já acontece há anos. Aqui na cara da gente. Não tem como você pegar dados para estar verificando

realmente porque na hora que você vai identificar, elas não falam. Foi só diz que me diz que. E você vai fazer o que? Não, mas disseram que foi... mas não tem... Como que vamos fazer isso? E entra mandato de um governo, sai outro e vai ficar nisso a vida inteira. Então, as vezes a gente pega caso assim, a gente ouve o caso, fala assim ‘mas escuta nós vamos lá mexer com aquela’, sabe? É.... complicado assim, sabe. Camufla: Pô quem é que vai mexer com aquele cara aqui? Entendeu? Não tem a denuncia. Se não tem a denúncia como que você vai intervir? E como são desconhecidas da comunidade então.. ninguém ta nem aí. De repente você fala alguma coisa, falam “não acredito”, “Fulano ta inventando” né? Então a gente ouve e se cala. Eu me calo. Então é uma coisa assim, comum. Vai acontecendo e vai ficando. Acostuma né. Geralmente você cumprir a lei é muito trabalhoso, então sempre dá um jeitinho, sempre deixa pra lá mais um pouquinho, vamos aguardar ver o que vai dar e acaba burlando a lei. Aí tem aquelas grandes pessoas que tem grandes poderes, em virtude de sua família e do dinheiro em que tudo pode, que tudo acontece e que com ele é natural. A gente chegava lá e “nãooo, só dá cadeia com 13 anos, 14 anos já sabe o que quer, já faz o que quer”, isso eu escutei de um delegado. Nós estamos num beco sem saída. Depois de grávida já não tem solução mais. Uma coisa que me deixa muito constrangida é a omissão das pessoas. Saberem, participarem, verem acontecendo e cruzarem os braços.

Se na adolescência é privado de trabalhar isso aí é uma coisa negativa. Porque se eu adoto uma... emprego uma menina pra cuidar da minha casa, um trabalho leve, que não vai machucar ou interferir alguma coisa, ela está dentro de uma família que tem princípios, que está interessado em ajudá-la a crescer num ambiente bom. Mas então porque essa lei privar a gente de fazer isso? Quantas meninas nós poderíamos tirar da circulação aí pra educá-la como ser humano, pra ser uma futura mãe, uma futura dona de casa. Vai aprender alguma coisa positiva não o que ela ta aprendendo na rua. Essas adolescentes não estudam, não tem como ter um emprego bom, um salário bom.

4 RESPONSABILIDADES NA EXPLORAÇÃO SEXUAL

Eu acho que devia ter uma conscientização com os **caminhoneiros**, porque eles são safados! Eles não têm com eles que isso é errado, que não podia estar acontecendo, que do mesmo jeito que estão fazendo isso com essas meninas, podia ser uma filha deles. O caminhoneiro não é o bonzinho, mas também não se pode vê-lo unicamente como esse diabólico, esse pedófilo, esse psicopata que está na estrada. É realmente muito complexo.

Nós temos muitos quartinhos de uma peça e banheiro coletivo, tipo vilinhas, onde moram as vezes famílias inteiras. Mas na maioria das vezes são **peões da usina**, que vem do nordeste e ficam aqui quatro meses sem família. Se uma menina de dez anos chegar lá e querer entrar no quarto dele e fazer sexo, ele vai aceitar. Ignorante, de uma forma ignorante. Não sabe nem que é crime. E elas vão. Elas vão. Se quiser que vai, eles aceitam, sem medo da polícia. Eles são machos.

A gente fala do **produtor rural** que detém o poder econômico. Eu vejo muito coronelismo nesse sentido: de ter poucos que tem domínios de muitas coisas: influência na política, influência em tal coisa, influência naquilo, que se dá um jeitinho e aí as coisas vão acontecendo. A criança continua a ser de baixa renda, mas o explorador é que é de alta, média.

As mães falam que a culpa é do **governo** porque antigamente criança com 13, 14 anos trabalhava. E como o governo proibiu trabalhar então o que elas têm que fazer: se prostituir. Enquanto as mães vão trabalhar, as meninas ficam em casa, geralmente ficam sós.

Tem um fluxo de caminhão bem constante na BR e **elas** têm essa noção de que tem, de que é fácil pegar uma carona, já faz um programa, já tem um dinheiro. Elas sabem que estão se prostituindo. Ela sabe que é época de circulação de pagamento dos peões. Quando o pagamento sai na quinta ou na sexta, final de semana, Deus me livre! Isso aqui frita... Em relação a eles ficarem com meninas eu acho que tem relação mais com a sem-vergonhice (risos). Sem-vergonhice, sim, e das próprias meninas, né, do que por eles. Ora, eu 'to aqui na minha a menina vem aí e tal'. Então, as meninas se habituaram a se prostituir, independente se é velho, se é moço, com quem elas quiserem, o que tiver na reta, isso é natural pra elas. É uma opção delas às vezes né. Na época que os idosos recebem o benefício, há muitos adolescentes que exploram eles, chega ao ponto deles ficarem sem comida entendeu? E é o meio de vida delas sabe, vai lá, mostra o corpo, e aí tira o dinheiro que ele tem, e ele passa a necessidade durante um mês.

E não é só culpa de quem praticou da violência, aquele que foi violentado também tem culpa, isso você pode ter certeza absoluta. Não é só eles que fazem a cabeça, elas estão tão com tanta vontade de ter esse sexo que elas fazem a cabeça dos rapazes também. Foi porque quis ir, né... a fuga delas de ir e vir com carona. Se você perceber é bem provocativo. A gente cansa de ver diálogos assim: "puxa, como você ta gostosinha hoje". E acabam as vítimas virando os culpadas. Ou sendo culpabilizadas: 'ah, porque tava se oferecendo, ah porque não sei o que'. Mas a culpa é dele? É dela? De quem que é a culpa? Na maioria das vezes, é de ambas as partes. Então tem uma tendência muito grande de trocar as bolas aí de quem é quem. Mas eu acho que qualquer pessoa que vai praticar sexo com menor de quatorze anos, mesmo que aquele ofereça a mercadoria, ele está cometendo um crime. Não importa, de qualquer maneira é culpado.

A família às vezes sabe e participa, as **mães** sabem que estão se prostituindo. E muitas vezes a família, os pais, explora essa criança também, por dinheiro. Tem mães que levam as filhas pros bailes, né? Lá a mãe e as filhas se prostituem, aí você vai abordar 'mas ta acompanhada comigo, ela é minha filha'. E aí você pergunta: e aí sua mãe não vai brigar? Não, minha mãe não liga não. A mãe é conivente e deixa a filha ficar com o homem dela porque apaixonada de pedra pelo cara. Por isso que a maior culpada disso tudo é a mulher que está dentro da casa, porque a filha dela é concorrente dela. Tem tantas mulheres que sabem que o cara tem um caso com ela e com a filha, mas ela não consegue se desvencilhar disso. Agora você imagina como é que ela vai orientar essa filha.

Muitas vezes **até o pai** consente ir pra outros municípios, mesmo a criança sendo de menor, adolescente. Alguns pais até acreditam que isso seja uma coisa boa pra filha e aceita achando que sua filha terá uma condição melhor.

A gente vê que é **familiar** então. Muito mais familiar que social. Porque tem escola gratuita, tem a saúde gratuita. Há, salvo melhor juízo, uma questão cultural que implica numa tolerância dos pais permitirem, aspas, ou tolerarem, que as filhas, sobretudo, participem da prostituição infanto-juvenil.

Todo mundo, os pais inclusive são os culpados porque ocupam todo o tempo da criança colocando em curso, no futebol e não deixam a criança viver a infância dela dentro de casa, brincar. Não tem mais limites, o pai não impõe mais, não tem aquele tempo mais de estar com os filhos. Elas crescem muito rápido e desenvolvem com uma mentalidade diferente, com o pensamento desvirtuado para o outro lado. Pra mim não justifica a mãe ou o pai que, por exemplo, percebe, em algum momento, porque a

criança dá sinais, de que ela ta indo pra exploração sexual, pro abuso. Os pais já estão tão envolvidos com as drogas, às vezes, que não conseguem cuidar dos seus filhos pra saber se estão sendo explorados ou não sexualmente.

Os pais de hoje não querem exercer seu papel de pais. Ficam transferindo responsabilidades. Transfere pro conselho, pra rede de proteção, pra escola, pra polícia. Se a menina provoca é porque não teve essa orientação. Todo mundo sabe dessa dificuldade que os pais tem. Eu não estou dizendo todos, claro, mas uma grande maioria. Tem mãe que não tem coragem de chegar no filho e falar sobre sexo. E as famílias não têm mais controle sobre os seus filhos. Os pais não respeitam mais os filhos e com isso faz com que a criança, o adolescente, não tenha mais essa estrutura e eles vão pra esse mundo da prostituição. A maioria das famílias fica só sobre controle a mãe, ela não tem a presença paterna. Aí a mãe quando se chama pra ver o problema diz “ahhh, eu perdi o controle”.

Essas **mulheres** que vem em busca do dinheiro desses peões aí acabam se enturmando com outras que não tem idade ainda, e aí leva pro mau caminho, pra prostituição infantil. Elas encaminham as adolescentes no ramo e se envolvem também com o vício, com a droga. Eu acredito que elas vão em cima daquela questão que a gente discutiu: ‘ó, você pode ter uma vida melhor, você pode ter aquilo que você sempre sonhou, você vai ter o seu dinheirinho’. E essas donas de boates freqüentam salões de beleza, elas vão e vem e ninguém pode impedir, elas estão no direito delas. Então as vezes você fala você é culpada. Dá uma raiva! As próprias pessoas pagam pra colocar a propaganda dela. Tem que dificultar essa publicidade! Porque a adolescente vê e vai querer se inserir nessa área. Não tem formação nenhuma, né. Só tem que ser bonita. Ta chique, né, ai até no jornal.

As **peessoas** não têm conhecimento, as pessoas não denunciam, não falam. Tem vergonha. E muitas vezes não admitem. Então é isso, tem que ser realista. Acaba todo mundo vendo e ninguém faz nada. Fecha os olhos. Não vai resolver. Pra resolver deveria fechar todas. Sempre tem que ter, porque é um mal necessário. Eu acho que a sociedade é negligente. Não denuncia em nenhum desses casos, nem que é de fora, nem daqui. Nem nada. As pessoas, elas fingem. Se omitem.

E se a gente não cuidar, a **rede** acaba também violando. Quando ela discrimina uma determinada situação acaba sendo uma violência institucional. Se fecharam dentro da escola e dizem: do muro pra fora, o problema é da polícia. E ficaram enclausurados dentro da escola. Porque todos os problemas são detectados dentro da escola. É o professor que ta lá no dia a dia.

Menina de 11, 12 anos que eu sei, mais de 90% sabe exatamente o momento em que ela está sendo assediada, seja pelo coleguinha do lado, seja pelo tio, seja por quem for. Mas tem umas que **não tem consciência** não da carga destruidora, posso dizer assim, que a prostituição exerce sobre a vida dessas meninas. Elas acham que é apenas um namoro mais moderno. Na verdade elas ganham alguma coisa em troca. O presente as vezes é cinquenta reais, um lanche, um passeio, um cheeseburger. É a vontade. A criança tem desejos. As adolescentes, elas tem a primeira iniciação sexual depois ela sente livre para fazer o que quiser, aí vem um intruso, oferece alguma coisa.

Porque uma coisa é você fazer sexo com o namorado, lá um menino, outra é dá pra todo mundo assim. E aí que elas vão sair com o tio e o tio paga uma roupa pra elas, então elas estão bem, porque o pai e a mãe não podem pagar isso. Elas não têm essa consciência que nós temos da prostituição, do mal que é isso. E é assim, normal. Ela sai pro rancho, fica lá não sei com quantos caras, bebendo, se drogando, fazendo inúmeras coisas. E é uma festa pra elas. É uma rede que as namoradas levam as amigas. A

prostituição é aquela mulher que cobra lá 50, 100, 150 reais e que trabalha lá num prostíbulo. Elas não são prostitutas. Se não conseguir na conversa, vai no dinheiro.

X CONSEQUÊNCIAS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

Essas questões conduzem a um comportamento em que a criança se sente bem. Ela não sente essa carga de destruição desgraçada. E aí deixam de usar camisinha, aí vem uma gravidez, mas e uma Aids? Porque o risco é o mesmo né. Exploração sexual é o número de DSTs e Aids no município.

A escola que está sendo mais sobrecarregada com isso aí. Professor, diretor, não sabe lá mais quem na escola que tem que resolver problema de aluno em casa. O pai despacha o pobre do aluno na pré-escola porque não quer ficar com criança em casa. Aí o filho dava trabalho, isso e aquilo outro, o professor que já tem 30, 40, 50 alunos dentro da sala, tem que cuidar de um aluno desse como se fosse pai.

Semana passada mesmo teve um crime, aqui no município, uma menor matou uma outra, sei lá se era rival, as duas de Campo Grande, eu acho, num quartinho, num desses quatinhos. No fundo a gente acaba entendendo que é por rivalidade né, invasão de domicílio, de atuação profissional, mais ou menos isso. As adolescentes têm sonhos, elas querem uma roupa nova, querem um CD, enfim querem ter coisas, né... e através do sexo elas estão adquirindo isso.

8. PROPOSTAS DE AÇÃO DA REDE, DIFICULDADES DE ENFRENTAMENTO E RESULTADOS

Eu acho que tinha que fazer uma mobilização, uma conscientização das pessoas, principalmente sobre a denúncia. Orientar as famílias, a comunidade. Tem que mobilizar inclusive os vereadores nas reuniões deles, pra eles assumirem o compromisso, o prefeito, primeira dama. Sempre nessas datas de mobilização, a gente ta fazendo essa adesivagem e falando da questão da exploração. Vamos encabeçar uma campanha “fique sabendo”, porque a gente não tem noção do número de casos de Aids em adolescentes. A população jovem está muito mais vulnerável que a gente imagina. Cabe aos poderes públicos usarem os meios de comunicação para trabalhar, divulgar, falar nesses assuntos ruins. Tem que divulgar o que tem de ruim na exploração.

Quando se fala em trabalho com a família se entende só com famílias pobres, e na verdade não são. É ajudar a criança a se proteger, cuidar do corpinho dela. Orientar desde pequenininho, por que não adianta nada você esperar ela crescer. Ensinar que ela tem que se cuidar, que o corpo dela é importante pra todas as fases da vida dela. Nós temos que fazer alguma coisa, não podemos ficar assistindo. Temos que começar é trabalhar a base, trabalhar os valores da família. Nosso objetivo é sempre tentar resgatar a família. Falar sobre sexo nas palestras, explicando pras crianças, não só para o pai e a mãe. Tem que capacitar todo mundo. Trazer cultura, trazer teatro, trazer as coisas, leva lá ele vai entender. Uma coisa que a gente conversou foi a prevenção.

Toda essa contingência tem que levar aos poderes públicos a adotarem postura de políticas públicas voltadas pra dar melhores condições, pra minimizar a miséria, para

educar o pai e a mãe, o filho, o adolescente, para educar o caminhoneiro. Então tem que fazer um trabalho com esses homens, conscientizar eles, porque eles acham que tomar um copo de cerveja com uma adolescente não é maldade.

A gente tem assim encaminhado as famílias, tentando encaminhar as famílias pro tratamento do uso de drogas pra tentar cortar esse ciclo vicioso que tem se formado em cima da exploração sexual. O preconceito existe dentro da própria política pública, em aceitar essas... Então se percebe um conservadorismo muito grande por parte dos atores da rede em relação a se a pessoa é ou deixa de ser, né. Há uma dificuldade muito grande em se trabalhar a sexualidade de crianças e adolescentes. A gente tem orientado muito a comunidade quilombola. Tem conversado muito com as mães sobre como abordar as suas filhas, as suas sobrinhas, em relação à sexualidade.

A nossa lei é falha, porque se você não pegar em flagrante. Você tem que esperar acontecer o ato. As leis têm que ser mais rigorosas, tanto para os pais, responsáveis, que sabem que seus filhos se prostituem, tanto para aqueles que pegam também na prostituição. É uma questão de responsabilização. Não adianta nós fazermos o nosso trabalho e na hora que bate lá em cima, nosso trabalho é totalmente desmanchado. Tem que se ter uma fiscalização rigorosíssima nessas BRs em relação a esse trânsito de adolescentes e essa migração de mulheres adolescentes, sobretudo de mulheres. Que é bem real. Tem que fazer o controle, não de forma proibindo, mas de forma a identificar aquelas pessoas que estão se prostituindo ali no ponto ou com seu cliente porque acaba prevenindo o aliciamento. É um trabalho de fiscalização intensivo e pra isso precisa ter coragem, pra isso preciso não ter preguiça, pra isso é preciso fazer trabalho até fora de horário mesmo, a gente tem um mundo de denúncias de pedófilos, e daí? Quem vai ficar depois das cinco cuidando alguém?

Nós tivemos muitos casos que entraram como exploração, aí fica um tempo e a gente faz todas as tentativas de atender e desliga sem atender o caso. Possível que seja maior esse número. Muitos vêm pra cá como indignância, maus-tratos, inadequação de convivência familiar e depois a gente diagnostica como sendo exploração.

A grande dificuldade é da aceitação. E ao lado da aceitação, a denúncia, porque geralmente as pessoas têm medo de ser identificado, tem receio, pensa que vai se envolver, pensa que vai ser o culpado. Não existe denúncia. A denúncia é muito vaga. Aí parece que há uma confusão quando se trata de uma criança e a pessoa fala assim 'não vou me meter também, não vou mexer com isso'. A gente sempre fala do disque 100, é tão bom o disque 100 porque você não precisa se identificar, né. A denúncia tem que partir de várias entidades, de vários segmentos, mas não chegam conforme deveriam chegar. De 10 casos que chegam é um, dois, que realmente foi denunciado que fomos atrás e constatamos a situação. Nós temos acompanhado casos de estupro, que talvez essas meninas que sofreram estupro estavam vinculadas à exploração sexual, mas não necessariamente relacionados à BR.

Digo a questão da própria denúncia, o ato de naturalizar determinadas questões, que a adolescente, por ter um corpinho tal, já pode ter, né...pode ter vida sexual? Pode. Mas desde que tenha todo um cuidado. Relação sexual com menores de 14 anos é estupro presumido, não cabe prova, mas você chega em situações em que tá lá a menina casada 'mas quantos anos você tem? 12, 13'. E aí o que você faz? Vai denunciar? Já chegaram e perguntaram pra mim: tá certo, na palestra tá escrito isso, mas a gente chegou e a menina casada, tem 12 anos. E aí o que que a gente faz, denuncia ou não denuncia? Eu acho assim, a cultura mesmo da não responsabilização, do não denunciar, do achar que é natural uma menina tá saindo com um cara que tem uma caminhoneta. Então isso que eu percebo que também dificulta. E aí permite que questões de classe, né.. usem dessas situações.

Que se desenvolva, através de mecanismos de formação, uma cultura de que a pessoa denuncie, que utilize mais os mecanismos de controle social: polícia, ministério público, e que a pessoa realmente denuncie, para que nós possamos tomar atitude. Eu falava prostituição daí quando chegava lá, todo mundo nega, “ah, mas tá trabalhando, tá fazendo isso...” São muito ocultos, são muito sigilosos, os aliciadores acobertam. Já foi discutido até de isolar as casas de prostituição, já foi discutido tanta coisa. Só que as vezes a gente fica discutindo formas de trabalhar até sem denúncia, com essas suspeitas que a gente tem, mas não tem denúncia pra gente ir lá e executar alguma medida, alguma coisa né. Deveria cassar o alvará do estabelecimento, que aí era menos uma boate.

A gente não sabe se fica animado com isso porque realmente não tem ou se é camuflado de alguma forma. Carona é até mais difícil porque há um deslocamento de um lugar pro outro muito rápido. A demanda é muito grande, e os profissionais são poucos. Só quando realmente acontece o problema. A gente precisa urgentemente do atendimento dos psicólogos no município.

Quando vem de outra cidade, o Conselho faz o atendimento e se localizar a gente devolve para o município de origem. Às vezes nem chega no Creas. Nós não temos aqui uma casa adequada para abrigar, pra fazer um trabalho com eles. Infelizmente nós temos que pegar e devolve-la para o município de origem. Mas é muito complicado esse tipo de trabalho. E não tem assim, um resultado 100%. E é muito difícil conseguir fazer a menina vir pro atendimento. Ela não aceita. Nós não conseguimos dar destinação, em função de que ela não assume, não reclama. Nós não conseguimos comprovar e transformar em um ilícito penal.

Divulgação da responsabilização, que existe a lei, que precisa ser cumprida e fiscalizada, que as coisas podem começar a se resolver, né, porque a nossa população, inclusive a gente, erra por não conhecer a lei. As próprias pessoas que vão atender o público não conhecem a lei, não sabem o que é que vão fazer, não sabe como encaminhá-las. A gente precisa de capacitação. Não só para o conselho tutelar, mas todo mundo que faz parte da rede para todo mundo falar a mesma linguagem e que tem o mesmo entendimento pra hora de fazer o encaminhamento. A polícia não tem preparo pra fazer esse tipo de coisa.

É preciso que os órgãos interajam mais. Um órgão que faz o trabalho que é do outro, não com uma idéia de contraposição de serviço, mas é a ideia errônea mesmo. Houve uma denúncia, diz que o policial falou assim ‘isso é com o conselho tutelar’ só que não passou pro conselho ir atrás. Eu encontrei obstáculo, essa distância com os demais órgãos, mas já senti essa aproximação muito grande. Fortalecimento. A gente acabou montando uma comissão intersetorial de atenção a criança e ao adolescente porque a gente trabalha tanto a questão da exploração sexual quanto outras questões de violência ou medida socioeducativa que envolva criança e adolescente.

A articulação importante é com a educação. É ali que estão os profissionais que estão todo dia, mas a gente sente a dificuldade com a educação, porque seria uma das principais políticas pra gente fazer parceria. Nós precisamos que a educação saia desse enclausuramento e venham participar dessas políticas públicas fora da escola. Nós, enquanto conselho dos direitos da criança precisamos reunir com todos os outros conselhos: da saúde, da educação, pra gente mostrar a importância que tem da rede estar articulada.

Outra coisa que a gente não tem conseguido é trazer o judiciário para os nossos eventos. Às vezes a gente precisa se atualizar. E quem está atualizado é o judiciário. Aí você faz um evento, não aparece a secretaria de educação, não aparece as outras secretarias, é complicado, sabe. Tá parecendo que criança e adolescente virou coisa só

da assistência social, que criança e adolescente só tem direito a assistência social. Não passa pelo conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente os projetos de educação e saúde vinculados à criança. Há uns 4 anos atrás tinha uma equipe do COMCEX que fazia um trabalho bem sigiloso, e nesse período nós tivemos um resultado bem bom porque tudo que você denunciava havia uma havia uma posição rápida de todo mundo. Mas se o ministério público, o juiz não estiver junto com a gente, a gente não se sente empoderado, no sentido de encarar. Ficamos inseguros porque a gente também corre riscos. Sozinho o serviço fica mais prejudicado. A questão estrutural também complica. Por não ter uma vara da infância, os juízes têm muitas atribuições, embora ele tenha que estar meio à parte, para estar numa condição de observar o nosso trabalho e a questão das vítimas.

DISCURSO DOS OBSERVADORES

A observação que eu tive das crianças que ficam na BR ali, é assim: elas pegam carona até certo ponto, né, faz programa com o cara, depois volta com outro caminhão e desce no mesmo ponto. É de 15 anos, tem menina de 12. A maioria é caminhoneiro. Eles já chegam nos pontos de prostituição perguntando “você não tem nenhuma menininha novinha não?”. Aí ela diz “já tão chegando já...”. Tipo assim, lá em cima não fica, porque a gente bate o pé. Porque assim, acaba prejudicando a gente entendeu?

Vem meninas de fora também, de outros estados, fica dois, três dias. Nós não deixamos, não permitimos. Vão achar que a gente está, né. Essas meninas que ficam vendendo doce lá, é tudo na fachada. Tem de menor trabalhando na BR. Elas já ficam ali porque o caminhoneiro vai se interessar e vai parar pra comprar o doce, e já para e já dá aquela cantadinha.

A gente viu meninas beijando os caras, mas a dona [da boate] bateu o pé e disse que não era lugar. As meninas menores, principalmente as que estão no bairro ali, o que tem de menor ali com homem casado, porque eu presenciei não foi só uma vez não, foram várias vezes. Você chega assim, às 2, 3 horas da manhã, meia noite, pega um carro e desce lá pro (nome do bairro) o que você de menor... (Risos).

O Conselho Tutelar faz aquele trabalho, a delegacia não sei o que, mas a gente tem que ir atrás... “vamos ter que buscar informações...”. O que acontece aqui é tipo assim, eles estão querendo resolver os problemas, mas não saem da toca pra ir buscar. Tem que vir pra passar informação. Quando que eu vi o conselho tutelar lá no posto? E lá é o ponto, o ponto da BR 163 mais forte de prostituição, que tem mais profissionais do sexo. Tem mesmo. Eu mesmo já liguei pro Conselho à noite, a resposta é aquela: “você vão por a gasolina?” (Risos) Você está denunciando, está fazendo um favor... (Risos). As lan houses, né, nós comentamos disso com o comandante da PM e ele falou que não podia fazer isso sozinho, porque tinha que ter a parceria do Conselho Tutelar. Em relação à segurança, eu queria tanto participar quanto passar informações do que acontece entre a gente.

Ih... Oh... Se for ver, essa é a cidade mais forte de prostituição. Se você contar quantas putas, desculpa, perdão pela palavra, quantas putas têm no posto. Geralmente, tipo assim, lá mesmo, onde a gente foi fazer, é uma biba que arrumou uma guria que é maior, que arrumou a sobrinha, que tem 11 anos. Ou a pessoa oferece. Tem casos aqui que a mãe que alicia as filhas pra prostituição. Tem mãe que nem sabe. Tem menina que estuda à noite: “vou pra escola” e esconde o material e a mãe nem sabe o que está

acontecendo. Tem taxista que leva pra rancho e tudo, essas coisas. A profissional do sexo mesmo, à vezes vai indicar: “você não quer, não gostou de mim, mas tem uma bonitinha, novinha, de 15”; “ah...quanto eu vou ganhar?”.

Geralmente é ligação... Elas só vão pra avenida agora. Tanto que tem uma de 13 anos que está grávida. Ela mora com a avó. Faz programa desde os 10 anos. Teve um caso também que veio pra cá que a mãe né, a mãe cria as filhas, também são menores, uma de 13, agora tem 14 né? E a mãe alicia as filhas e as amigas né.

Tem muitos meninos também. Geralmente eles não ficam bem na frente de escola. Os mais velhos que encostam o carro pegam os meninos uma quadra, duas quadras pra baixo. É de 14, 15 aninhos. E é a fase de desenvolvimento do pênis. Eu diria que essa fase dos 14, 15 aninhos já estão tudo em fase de transformação, estão se conhecendo.

É que nem eu falo... porque não tem uma penalidade justa sabe, tem que botar um medo nessas crianças também porque se está rolando um dinheiro é porque quer, o outro está pagando (vários falam ao mesmo tempo). Não tem uma coisa assim, que repreenda esses moleques. Oh, fala que vai dois dias na casa abrigo, ou vai ficar três dias, que vai ter que pagar serviço comunitário, vai capinar, fazer uma horta ali na creche...

Essas meninas também costumam ficar com senhores de idade, aposentados, pra fazer sabe o quê? Uma boa chupetinha né? Que nem eles falam, porque muitos deles já falaram pra mim, que tão cortando a estrada, não tão passando mais por dentro do bairro. Por que? Porque a má situação que eles vivem lá é financeiramente. A maioria é pra comprar bebida pro pai, e outras já são pra se alimentar...

É a cafetinagem: A pessoa vai e procura uma guriuzinha novinha ou um menino novinho. Eu vou, ligo pra alguém, um dos meninos ou das meninas, que passam. Nisso eu vou ganhar um troco, vou ter um comissão sua, e do menino também. Aí uma outra fica sabendo que a outra tem, que fulana arruma programa pra ela, e eu também quero, “põe o meu numero lá”. É uma rede. É uma rede muito grande. Muitos param ali né, e perguntam se eu conheço rapaz de 14 e 15 anos pra fazer programa. Não é só caminhoneiro, é viajante qualquer.

Quer ver outra coisa, a máfia como está se expandindo? Quando eu comecei lá no posto, tipo assim, eu sou a única loira lá. Aí se tem uma loira nova, já passa no rádio pro outro, pelo rádio amador, que passa pro amigo, e o outro que já escutou, porque o rádio num fica só entre um caminhão e outro, os outros que estão em outros caminhões também estão escutando. Aí vira toda uma máfia, quando eles tão numa rota. Aí quando chega na cidade, já vão no ponto certo.

A máfia se expandindo aí, por isso eu to aqui preocupada. Os mais prejudicados não são as gurias, mas prejudica assim, senhoras, avós, que tem que sustentar os netos, e tudo mais, tem as outras mães que tem 5, 4 filhos. Prejudica todo mundo. Tem muita gente! Tem muita gente que trabalha aqui, na prostituição. Vai lá, faz um, dois. E tem gente que não faz nenhum programa na noite.

Quantas vezes eu tive em casa de família, fala desse jeito pra mãe “você num tem nada a ver com a minha vida, eu vou procurar o que é bom pra mim!”. Criança de 12 anos falando isso pra mãe. É... a evolução hoje é muito grande. Todos com celular. Liga, ou muitas vezes pega um mototaxi, vai lá.

A prostituição? Se tivesse mais a cultura e o esporte, eu garanto que tinha menos. Investimento em cultura, porque a cultura é atrativa. Uma coisa que friso é que trabalhar não mata ninguém, tipo assim, num certo ponto, a criança tem o direito de brincar, mas tem que ter o brinquedo, tem que ter o parque pra criança brincar. Num pode vender um picolé, mas a criança fica lá, às vezes tem até vontade de vender um

picolé, mas aí fica na esquina com mais 3, 4 amiguinhos tomando tereré, a mente vazia, aí um deles fala: “vamos fazer aquilo ali”. Vai no embalo. Chega outro amiguinho, oferece outra coisa além. Uma macoinha, um pozinho pra cheirar...

Aonde você vê um barzinho, você pode saber que ali é barzinho que tem. E tem muito. Lá, o foco de prostituição é muito grande. Tem muito na véspera de pagamento. Tem o pessoal do turismo também, que vem tudo pra cá. Não tenho noção, mas são muitas, mais de cem, de duzentas.

Tem um dado importante agora: tem penças de adolescentes hoje convivendo com o vírus da AIDS e não sabem. Tem uns dois, três anos, com HIV sem saber. Na prostituição...

ANEXO 1



Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Comitê de Ética em Pesquisa / CEP/UFMS



Carta de Aprovação

A minha assinatura neste documento, atesta que o protocolo nº 1409 do Pesquisador Osvaldo dos Passos Pereira Jr. intitulado "Conhecendo a realidade da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes na BR-163 – de Jaraguari (MS) a Sonora (MS)", e o seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram revisados por este comitê e aprovados em reunião ordinária no dia 04 de junho de 2009, encontrando-se de acordo com as resoluções normativas do Ministério da Saúde.


Edison dos Reis

Coordenador em exercício do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS

2ª via Carta de Aprovação

Edison dos Reis
Vice-coordenador
CEP/UFMS

Campo Grande, 06 de dezembro de 2012.